

Julho 2020

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, O PAÍS, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e  
Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop - Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# ÍNDICE

<b>I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Angola atinge renda média	6
1.2 Cesta básica apenas com bens nacionais	6
1.3 A nossa grande pobreza	7
1.4 Pobreza vai disparar até 2024	8
1.5 Trabalhadores deixam de receber 3% da Segurança Social a partir de Julho	9
1.6 Quatro mil trabalhadores caíram no desemprego	10
1.7 Taxa de desemprego em Cabinda atinge 42 por cento	11
1.8 Portugal: Remessas dos angolanos caem 18,3% em Maio	12
1.9 Organização cívica marcha-contra pobreza e desemprego no Soyo	12
1.10 Subida de preços de bens de primeira necessidade «abala» mais carentes	13
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>14</b>
2.1 Bancos comerciais sancionados por incumprimento em créditos	14
2.2 Por cada 1.000 Kz de crédito concedido pela banca 350 Kz são malparado	14
2.3 40 Milhões de dólares para a compra de fertilizantes	15
2.4 Projecto de apoio ao crédito tem oito financiamentos aprovados	16
2.5 Activos dos bancos cresceram 11 por cento no ano passado	17
2.6 BNA investiga conflitos de interesses na concessão de crédito do Banco Sol	17
2.7 BNA força bancos a dar credita ao impor taxa sobre excesso de liquidez	19
2.8 Financiamento ao programa de Apoio ao Crédito sobe para 227,8 mil milhões Kz	20
2.9 Lucros dos 26 bancos angolanos caíram 76% em 2019	21
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>22</b>
3.1 Pesca artesanal provê 40 por cento da oferta	22
3.2 Táxis voltam a andar com 50% da lotação e apenas até às 18 horas	22
3.3 Vendedores do Mercado do “Asa Branca” no Cazenga são testados hoje	23
3.4 Sobas denunciam invasão de garimpeiros	23
3.5 Alfaiates e vendedores de roupa exigem reactivação da indústria têxtil	24
3.6 Empresas do sector de café ajudam a formalizar a venda nas ruas de Luanda	24
3.7 Luandenses agastados com alteração de horário para circulação de táxis	25
3.8 Imposto vai ser pago de Janeiro a Junho	26
3.9 Permanecem as aglomerações nas paragens de táxi em Luanda	26
3.10 Mercados rurais em Mucaba movimentam toneladas de produtos agrícolas	27
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>29</b>
4.1 As receitas e despesas do orçamento	29
4.2 Estado volta a gastar mais com o sector social ' do que com juros da 'vida pública	30
4.3 PR aproveita revisão do OGE 2020 para reforçar áreas sociais... e a presidência	31
4.4 Proposta de revisão do OGE mantém compromisso de pagar credores	33
4.5 Taxa de câmbio e stock da dívida em dólares	33
4.6 Resumo do Orçamento Geral do Estado 2020 revisto	35
4.7 Educação e Saúde têm verbas incrementadas	37
4.8 Orçamento da Saúde aumenta 2,4 por cento	38
4.9 Revisão do OGE prevê despesas para as autarquias	39

4.10	Densidade populacional dita atribuição de verbas por províncias	39
4.11	Parlamento aprova na generalidade OGE/2020 Revisto	40
4.12	Agravamento da taxa de IEC aumenta receitas do OGE	40
4.13	Força de Aérea, Porto Caio e novo aeroporto viram prioridade no PIP	41
4.14	Imposto Predial Urbano tem nova designação	43
4.15	Joana e o Orçamento Geral do Estado Revisto	43
4.16	“OGE revisto permite atenuar efeitos do crescimento económico negativo”	44
4.17	Os desafios da gestão orçamental num ambiente de pandemia	47
4.18	"OGE revisto indica que este ano não há eleições"	51
4.19	Programas sofrem corte de 2,692 biliões de Kwanzas	52
4.20	Energia e Segurança Social priorizados no OGE 2020	53
4.21	Verba para malária teve corte de 45% nos últimos 2 anos	54

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA 55

5.1	Proposta sobre os símbolos autárquicos tem consenso	56
5.2	Banco Africano prevê recessão de mais de 5 por cento em Angola	56
5.3	Estatutos das administrações municipais sofrem alterações	57
5.4	CASA-CE acredita na realização das eleições autárquicas em 2022	57
5.5	Revisão do OGE prevê despesas para as autarquias	58
5.6	"OGE revisto indica que este ano não há eleições"	59
5.7	Mosaiko encoraja participação nas autárquicas	60
5.8	Símbolos Autárquicos recebem luz verde	60
5.9	Civil faz pressão e MPLA pede compreensão	61
5.10	Realização das autarquias não se resume a eleições"	62

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 64

6.1	CASA-CE pede revisão das políticas habitacionais	64
6.2	Imposto Predial beneficia municípios	64
6.3	Seis mil clientes pediram alargamento do prazo de pagamento	65
6.4	Ministro constata projectos habitacionais	65
6.5	1.400 apartamentos prontos para habitar	65
6.6	Recredit pode ter prejuízos com activos	66
6.7	Imposto Predial Urbano tem nova designação	67
6.8	Cofre Geral da Justiça recebe chaves de edifícios	67
6.9	Programa para retirar populações de zonas de risco em execução no KN	68
6.10	Tribunal condena invasores de apartamentos do Zango	68
6.11	Angola participa na reunião do UN-Habitat	69
6.12	BNA força bancos a dar credita ao impor taxa sobre excesso de liquidez	69
6.13	Compra e venda de divisas nas casas de câmbio em queda livre	70

## 7. TERRA 72

7.1	Camponeses do Chinjenje clamam por apoios	72
7.2	Mulheres incentivadas à agricultura	72
7.3	Falso soba é detido por venda de lotes	73
7.4	Martelo demolidor destrói 24 moradias em construção	73
7.5	Municípios do Uíge e Negage têm instrumentos de ordenamento	74
7.6	Desalojados Ilhéus há 11 anos abandonados num «deserto» onde falta quase tudo	74
7.7	Edificações junto dos jardins estão previstas no Kilamba	76
7.8	Superfície sobre a água na Baía de Luanda divide investidores	76
7.9	Programa para retirar populações de zonas de risco em execução no KN	77

<b>8. SERVIÇOS BÁSICOS</b>	<b>79</b>
8.1 Caxito volta a ter água potável	79
8.2 Aterro de Catenguenha vai receber lixo a partir do dia 11	79
8.3 Falta de água nas cadeias preocupa órgãos de Justiça	79
8.4 Água vai chegar a 15 mil habitantes	79
8.5 Mais de 4 mil famílias vão beneficiar de água	80
8.6 Trabalhadores deixam de receber 3% da Segurança Social a partir de Julho	81
8.7 Água chega em Caita e Txamba Mendes	81
8.8 Moradores do distrito urbano 11 de Novembro clamam por melhores serviços	82
8.9 Engenheiros pretendem criar rio artificial para abastecer Luanda	83
8.10 Excesso de lixo no bairro pode provocar epidemia	84
8.11 Saneamento básico deficiente agrava a vida dos moradores	84
8.12 Elisal sai da gestão do aterro sanitário dos Mulenvos que vai ser privatizado	86
<b>9. GÉNERO E VIOLENCIA</b>	<b>89</b>
9.1 Recolhidas mais de 100 mil armas em posse da população	89
9.2 Detidos 13 assaltantes no Rocha	89
<b>10. AMBIENTE</b>	<b>90</b>
10.1 Empresa mobiliária vê o PIIM como uma oportunidade de negócios	90
10.2 BIOCUM anuncia perdas de 250 milhões de kwanzas provocadas por incêndios	90
10.3 Campanha florestal aberta com restrições	91
10.4 “Nós do Projecto Otchiva já nos sentimos vencedores”	93
10.5 Prémio Mentora de projecto que restaurou mais de mil hectares de mangais em Angola nomeada finalista pela ONU	93
10.6 Queimadas e desflorestação	94
<b>11. MINEIRA</b>	<b>96</b>
<b>12. MIGRAÇÃO</b>	<b>96</b>
<b>13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA</b>	<b>96</b>
13.1 "Alargar o prazo de pagamento da dívida à China trará alívio e liquidez à economia do País"	96
13.2 "A China é um dos melhores parceiros financeiros e comerciais"	97
13.3 Cerca sanitária é levantada hoje	99
13.4 China e Macau têm sido parceiros estratégicos de Angola e Moçambique	100

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Angola atinge renda média

*Jornal de Angola*

*1 De Julho de 2020*

*Texto: Ismael Botelho*

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio dos Santos, procedeu ontem, em Luanda, ao lançamento da Plataforma Nacional dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no quadro da estratégia Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na ocasião, Sérgio dos Santos, nas vestes de Ordenador Nacional, que esteve ladeado pelo coordenador Residente do Sistema da ONU em Angola, Paolo Balladelli, afirmou que foi dado um passo significativo para acelerar, priorizar, disseminar e mobilizar financiamentos para os ODS, bem como monitorizar a sua implementação em Angola.

O ministro da Economia e Planeamento referiu, também, tratar-se de um caminho iniciado em 2018, com aprovação do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN), que estabelece, igualmente, as metas e objectivos da Agenda 2030.

O governante aproveitou a ocasião para agradecer a pronta disponibilidade dos parceiros no auxílio na busca de soluções às metas do PDN 2018-2022

"Na altura, seleccionamos 525 metas e estas estão relacionadas com as 169 dos 17 objectivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda das Nações Unidas 2030. Estamos a levar a cabo um programa com a necessidade de não deixar ninguém para atrás", garantiu.

Sérgio dos Santos apresentou três notas importante, que terá o país que trilhar nos próximos anos para atingir o desenvolvimento. Uma tem a ver com o grande desafio que Angola terá em Fevereiro de 2021, altura que será graduado para País de Renda Média (PRM), deixando de ser um País Menos Avançado (PMA), segundo uma resolução definida pela ONU em 2016.

O outro desafio importante, segundo o ministro, acontece em Julho, quando Angola apresentar, no Alto Fórum Político do Conselho Económico e Social das Nações Unidas – ECOSOC, instância da ONU que trata dos assuntos económicos e sociais, o

Relatório Nacional Voluntário, considerada avaliação das condições objectivas do país sobre as metas dos ODS.

O terceiro passo tem a ver com a selecção dos coordenadores nacionais, cuja escolha, na visão de Sérgio dos Santos, deve envolver um Departamento Ministerial, uma Universidade ou Associação, com o objectivo de garantir o critério de participação plural.

"Estes desafios vão requerer uma mudança de comportamento naquilo que diz respeito ao acompanhamento destes instrumentos de planeamento. Por isso, queremos marcar passos mais firmes num caminho que iniciamos em 2018", disse.

## I.2 Cesta básica apenas com bens nacionais

*Jornal de Angola*

*1 De Julho de 2020*

*Texto: João Dias*

O Bureau Político do MPLA recomendou, ontem, em Luanda, que o Executivo estabeleça como cesta básica o conjunto de produtos exclusivamente de produção nacional, de acordo com os hábitos e costumes locais, aos quais se deverá priorizar concessão de financiamentos para a sua produção.

Num comunicado final, o órgão de direcção do partido governante recomendou o estabelecimento de uma lista de produtos agrícolas de produção nacional para exportação, com grande procura em mercados internacionais, como mecanismo de obtenção de divisas.

O órgão de direcção recomendou ao Executivo a desenvolver um plano específico para o melhoramento urgente das infra-estruturas de saneamento básico e que sejam identificadas fontes de financiamento para a viabilização de projectos de rápida execução, de menos custos e com benefícios no curto prazo.

O BP congratulou-se com o facto de o Executivo, apesar da crise sanitária da Covid-19 e da difícil situação económica e financeira, continuar empenhado no reforço e apoio ao sector social. Ainda assim, recomendou o aumento contínuo do investimento nesta área.

O órgão de cúpula do MPLA reconheceu haver alinhamento entre o Plano de Acção para 2020-2022, resultante da avaliação intercalar do PDN 2020-2022 e a proposta de revisão do OGE 2020, tendo considerado como orçamento possível face à

conjuntura actual do país, caracterizada pela Covid-19 e pela baixa do preço do petróleo.

Congresso da OMA

No plano da vida interna, o BP apreciou os documentos reitores do processo de preparação e realização do sétimo congresso ordinário da OMA, previsto para o primeiro trimestre de 2021. Apreciou, ainda, os instrumentos relativos ao processo de regularização das direcções do MPLA no Huambo, Luanda e Uíge.

Neste sentido, aprovou as candidaturas de Loth Nolika, Joana Lina e Sérgio Rescova Joaquim para os cargos de primeiros secretários do MPLA do Huambo, Luanda e Uíge, respectivamente.

Anuiu a resolução sobre a cessação do mandato de Vigílio Tyova do cargo de primeiro secretário do MPLA no Cunene e a indicação de Gerdina Didalelwa para assumir, temporariamente, a direcção do partido na província.

### 1.3 A nossa grande pobreza

*Jornal de Angola*

*10 De Julho de 2020*

*Texto: Sousa Jamba*

Graças as novas tecnologias, tenho falado muito com o meu filho cassule, de dez anos, nascido nos Estados Unidos, que nunca esteve no continente africano. Recentemente, estivemos a falar sobre a altitude do Planalto Central de Angola.

A um certo momento, o Tiyuka perguntou se a África era assim tão pobre como se tem visto nos relatos de televisão. A conversa com o meu filho fez-me pensar na pobreza da nossa própria área, aqui no Planalto Central. Sim, há muita pobreza — mas não é por falta de recursos naturais, o que existe é uma cultura que promove uma certa pobreza de imaginação e mentalidade.

No século XIX, o reinado do Bailundo foi um grande centro comercial. Sim, há o lado triste dos raids no interior para a obtenção de escravos; porém, existiu também caravanas que iam até o Zanzibar à procura de produtos. Os Ovimbudus tinham a mesma desenvoltura que os comerciantes da África Ocidental que hoje vão detectando possibilidades em várias partes do mundo. Depois da guerra de 1902-1904, houve um esforço tremendo de enfraquecer as redes comerciais tradicionais ovimbundas. Depois houve, também, uma estratégia de se transformar os Ovimbudus numa mão-de-obra baratíssima a favor do colono. Na minha aldeia ancestral, Manico, havia

uma escola chamada Salvaterra, do grande professor Daniel Ekundi. O Professor Ekundi estava sempre em disputa com comerciantes locais que achavam que ele estava a dar aos jovens o tipo de conhecimento que os levaria a recusar a ser parte do sistema de trabalhadores contratados. O comerciante contratava jovens que iriam trabalhar numa fazenda no Norte do país. Este comerciante tirava o seu lucro sem fazer essencialmente nada. Para se sustentar este arranjo, tinha que haver uma cultura que enfatizava a inferioridade do negro. O Professor Ekundi foi eventualmente enviado para o São Nicolau.

Durante a guerra do pós-Independência, as várias entidades políticas precisavam de comunidades com jovens que poderiam prontamente serem incorporados nos exércitos. Em Setembro de 2003, quando vim para o Manico, encontrei muita tensão entre os jovens e os mais velhos; havia, na altura, a noção de que a prosperidade do Manico viria de uma bênção do Governo Central etc. No Manico, havia disputas, às vezes exaltadas, entre membros do MPLA e da UNITA. Uma das grandes questões na altura era sobre o salário do soba, que também era o representante máximo na aldeia do partido no poder, o MPLA. Este era o mesmo caso em várias aldeias que visitei, na altura.

Aqui, no Planalto Central, estou a testemunhar uma verdadeira revolução, em que, muitos, especialmente os jovens, estão a despir-se dos preconceitos que propagavam a pobreza. Estive recentemente na aldeia de Sachipanguele, na comuna do Chiumbo, porque tem esconderijos encantadores. Em Sachipanguele, ia sempre visitar o meu jovem amigo, Domingos, que, como vários outros, ia trabalhar em Luanda e no Norte para fazer algum dinheiro. Até recentemente, havia autocarros que vinham para o Chiumbo levar jovens para irem trabalhar no Norte. Hoje já não é o caso: estou a ver camiões a vir de Luanda e do litoral à procura de comida para levarem para o Norte. Na aldeia de Sachipanguele, os jovens estão a produzir couve, cenoura, pimentão, feijão, etc nas suas lavras. Ontem vi um sistema impressionante de valas de irrigação. Nesta aldeia, vi várias antenas parabólicas e motorizadas; até vi um candongueiro que partiu de manhã para levar os comerciantes para o Huambo. No passado, tinha tirado uma foto de uma criança malnutrida, sem saúde. Ontem vi a mesma criança, cheia de vida a comer abóbora com leite condensado. Na aldeia de Sachipanguele já se construiu uma loja para um comerciante mauritaniano.

O que aconteceu é que Sachipanguele está agora ligado à Estrada Nacional E250 por causa de várias rotas construídas pelo empresário Segunda Amões, usando os seus próprios fundos. Mas também há, naquela aldeia, cada vez mais, um espírito de

cooperação que estava ausente. As valas de irrigação, por exemplo, são cavadas por todos. Notei, por exemplo, que se usa muito na aldeia o adubo composto. Os jovens “beberam” dos mais velhos, que aprenderam as técnicas dos missionários protestantes, e assim o solo está a ser explorado de uma forma mais sustentável. Depois há a rotação de colheitas: planta-se feijão desta vez para depois se plantar batatas e isto enriquece o solo. Um jovem, no Sachipanguale, disse-me que havia um velho que trabalhou em várias fazendas por muitos anos e estava a dar conselhos muito úteis aos outros. Numa outra parte de Sachipanguale, um grupo de jovens está a plantar mangueiras e abacateiros porque preveem um dia plantar café. Soube que no passado a aldeia já produziu café.

A maior pobreza que um povo pode ter é a falta de autoconfiança. Quando as comunidades se emancipam da escravidão mental, o resultado é que as mesmas passam a ter uma verdadeira noção das suas potencialidades. Quem tem dinheiro que lhe permite sonhar ter uma carinha brevemente e poder enviar os filhos para uma boa universidade, não têm tempo para o kaporroto ou promessas de activistas políticos que às vezes andam a pé!

## 1.4 Pobreza vai disparar até 2024

*Jornal Expansão*  
10 De Julho de 2020

Ainda mais? Perguntar-se-ão os cerca de 12 milhões de pobres calculados pelo IDREA do INE para 2018/2019. Mas também se questionarão políticos, cidadãos normais, estudantes, pastores e espero que alguns membros do Governo. Mas em especial os empresários: com tanta pobreza, para quê investir no aumento da produção? Para se vender a quem? (1) Este é o chamado círculo vicioso do empobrecimento.

A acomodação (???) da pobreza a curto prazo depende da capacidade da economia transferir rendimento, mormente por intermédio do Estado (as vulgarmente conhecidas transferências para as famílias, directas abonos de família, rendimentos sociais de inserção, bolsa-família - e indirectas, através da redução dos impostos impendentes sobre os rendimentos do trabalho (impostos directos), como da tributação indirecta, que tem reflexos significativos sobre os preços finais dos produtos).

O IVA tem tido efeitos devastadores sobre a subida dos preços de todos os produtos, incluindo os da cesta básica, por um efeito conjugado da desvalorização do Kwanza e da reduzida capacidade

de se aumentar a oferta interna (num efeito tipo Rostow, cuja teoria defendia o "takeoff" pela injeção substancial e sustentada de investimento, ou seja, uma quebra acentuada e sistemática dos preços dos bens talvez só ocorra quanto os incrementos na produção forem significativos e sistemáticos em toda a cadeia de valores produtivos do sistema nacional de produção (2)).

Pode vir a acontecer alguma quebra na dinâmica de aumento do IPC por redução da procura - equilíbrio com a oferta disponível em níveis mais baixos do que os normais - verificando-se entre as faixas mais pobres da população e de outras da classe média a empobrecer, redução de quantidades consumidas e substituição de produtos». As elasticidades procura-preço, directas e cruzadas, estão bem acima da unidade. Na altura em que ocorreram discussões muito interessantes sobre o tema do IVA entre a AGT e os empresários houve, da parte da estrutura oficial cobradora de impostos, a garantia de que os preços não subiriam, incompreensivelmente ignorando um dos mais conhecidos efeitos da tributação a que se chama repercussão dos impostos, quase sempre para a frente - dissociando o contribuinte de facto do contribuinte de juremas por vezes também para trás. Via de regra este jogo não é de som anula.

O combate definitivo contra a pobreza só tem três caminhos: crescimento económico, geração

A pobreza vai disparar até 2024 de emprego e valorização do capital social na posse dos pobres (a educação e a formação profissional ajudam a melhorar os salários e, por esta via, a diminuir a pobreza monetária). Ou seja, criação de emprego qualificado, associado a bons índices de produtividade, viabilizadores da prática de altos salários.

Quanto ao crescimento económico, o mesmo deixou de ocorrer, de forma sistemática e sustentada, desde 2008, não se tendo verificado, nos 12 anos depois da grande crise financeira internacional 2008/2009, índices elevados de aumento do PIB. 2008, com 11,2%, foi o último ano com um registo de dois dígitos e depois de 2015 (0,9% de variação real do valor agregado nacional) a economia nacional está em franca derrapagem, com um acumulado recessivo de - 9,5%, para um valor de variação negativa do PIB de 4,1%, segundo as previsões do FMI, Banco Mundial e da Intelligence Economico Unit para 2020. As previsões do CEIC-UCAN apontam para uma regressão da produção nacional de -6,8% para 2020 (4), perfazendo, neste caso, uma perda acumulada de capacidade de crescimento de 12,1%. A abordagem da pobreza desloca-se, então, para medidas de alívio



imediatamente, ligeiro, sem capacidade de geração de efeitos multiplicadores sobre consumo privado, essencialmente das famílias, uma importante componente do leque de factores de crescimento de uma qualquer economia.

O corolário lógico desta recessão de 5 anos é a diminuição do rendimento médio da população – cumulativamente entre 2015 e 2020, - 23,5% - donde uma menor capacidade de consumo e poupança, uma insuficiente disponibilidade da procura privada e, no final do dia, produzir para quem?(5)

O segundo caminho é o do aumento de emprego líquido (saldo positivo entre criação e destruição de emprego), que também não apresenta registos positivos. A Folha de Informação do INE referente ao I trimestre de 2020 apresenta uma taxa global de desemprego (formal e informal) de 32% e uma outra de 57,8% para o de emprego jovem (15- 24 anos de idade)(6). Evidentemente, que sem aumento da produção de bens e da prestação de serviços (é o que afinal configura o PIB) não pode haver geração de emprego. Aguardo com enorme expectativa a Folha Informativa relativa ao II trimestre de 2020 e seguintes, para se poder começar a avaliar a verdadeira incidência da Covid-19 e do confinamento, não sendo temerário, pelos relatos desesperados dos empresários, apontar para um aumento de 4 pontos percentuais na taxa de desemprego.

Pobreza e desemprego é o cocktail perfeito para o incremento da desigualdade, podendo esta tornar-se no rastilho para perturbações sociais expressivas e graves. Tanto mais que as previsões de crescimento do PIB pós Covid-19 (2020-2025) não são propriamente animadoras: "A previsão é que o PIB de África do Sul, Angola e Nigéria regresse aos níveis pré-crise apenas em 2023 ou 2024"(7), variando consoante as fontes, mas nunca ultrapassando a taxa de crescimento da população. A pandemia tem acentuado as desigualdades em todo o mundo, mas especialmente na África subsariana, como o reconhece o Fundo Monetário Internacional: "É provável que a Covid-19 cause o primeiro aumento da pobreza global desde 1998, quando a crise asiática ocorreu. Segundo estimativas do Banco Mundial, na África Subsariana, a pandemia poderá levar mais cerca de 26 milhões de pessoas à pobreza extrema em 2020 e até 39 milhões no caso de surgirem riscos negativos de crescimento. Ao mesmo tempo, espera-se que a desigualdade de renda aumente, pois os bloqueios afectam desproporcionalmente os trabalhadores do sector informal e as pequenas e médias empresas nos sectores dos serviços"(8)

Quantos destes milhões de novos pobres caberão a Angola? Vou apresentar 3 cenários possíveis de comportamento da taxa de pobreza monetária até 2023(9).

Só com uma taxa média anual de crescimento do PIB estratosférica (15%) e uma alteração corajosa e mesmo radical do modelo de distribuição do rendimento nacional (incremento de 1% na taxa de crescimento do PIE e redução de 1,85% na taxa de pobreza) se alcançará uma taxa geral de pobreza de 26,8% em 2023.

Neste cenário, em 2023, ter-se-ão libertado cerca de 2.400.000 pessoas da pobreza, com direito a entrada no livro do Guinness, mas principalmente com a reposição da sua dignidade. A alteração do modelo de redistribuição do rendimento nacional passa pelo crescimento e criação de emprego (jargão conhecido), mas, sobretudo, pela criação de condições a montante para a população pobre: educação, formação profissional, utilização de mão-de-obra nos processos produtivos, ou seja, incrementar a qualidade destes activos populacionais.

## 1.5 Trabalhadores deixam de receber 3% da Segurança Social a partir de Julho

*Jornal Expansão*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Faustino Diogo*

Termina no dia 26 de Julho o prazo para que os consumidores regularizem as dívidas dos serviços de energia e água contraídas durante o estado de emergência que vigorou durante dois meses no País por causa da pandemia da covid-19.

Também no próximo mês, os 3% de salário que os trabalhadores receberam a mais por não pagarem Segurança Social, voltam a ficar retidos.

Neste período do estado de emergência (Março a Maio), os clientes ficaram "desobrigados" do pagamento das facturas da luz e da água sem que no entanto as empresas públicas pudessem suspender o fornecimento. A mediada foi anunciada como auxílio às famílias para minimizar os constrangimentos que a estado de emergência provocou na economia nacional.

O Decreto Presidencial que ditou as regras da situação de calamidade pública vigente desde 26 de Maio, deu 60 dias para que os pagamentos em atrasados com a ENDE e EPAL fossem regularizados, findo este período as empresas pública

passam a estar legitimadas a efectuarem cortes no fornecimento destes serviços.

Aquando da declaração da situação de calamidade pública, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, avançou que até 26 de Julho, os cidadãos devem regularizar as suas facturas. A regularização podia ser feita de forma faseada, mas depois de 27 de Julho as autoridades podem retomar a dinâmica normal. Ou seja, a partir do final do mês de Maio os consumidores poderiam pagar a dívida acumulada em prestações, quem não o fez, deve agora pagar na totalidade, salvo alguma negociação directa com a ENDE e a EPAL.

Entre as medidas que estão em fim de vigência, consta também a transferência de 3% do desconto da Segurança Social para o salário dos trabalhadores do sector privado que começou a vigorar em Abril. Isto significa que a partir deste mês os trabalhadores deixam de receber este valor que volta a entrar nos cofres do INSS.

A medida de alívio fiscal anunciada para melhorar o rendimento das famílias e ajudar as empresas permitiu, durante 3 meses, aos trabalhadores receberem mais 'kumbu', no final de cada mês.

Quanto às empresas, deixa também de ser permitido o diferimento do pagamento da contribuição para a SS (contribuição de 8% do total da folha salarial) referente ao II trimestre de 2020. Ou seja, a pagamento da Segurança Social volta à normalidade para as empresas e para os cidadãos. O Expansão apurou junto de fonte do Governo que as medidas fiscais anunciadas não serão prorrogadas, terminando nos prazos previstos aquando da sua divulgação.

De acordo as regras da situação de calamidade pública, os documentos caducados que ainda estão a ser usados, como por exemplo, bilhete de identidade, carta de condução, livre-te de viatura, título de propriedade automóvel, passaporte, cartão de estrangeiro residente e outros, devem ser renovados até 30 de Agosto.

## 1.6 Quatro mil trabalhadores caíram no desemprego

*Jornal de Angola*

*17 De Julho de 2020*

*Texto: Adelina Inácio*

Ao todo, 84 empresas suspenderam, de Abril a Junho, o vínculo labora com 4.180 trabalhadores, devido à crise resultante da pandemia da Covid-19.

De acordo com dados da Inspeção Geral do Trabalho apresentados, ontem, pela ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Rodrigues Dias, durante a discussão, na especialidade, da Proposta de OGE Revisto, outras 35 empresas têm a intenção de despedir 2.886 trabalhadores, o que acontecer vai perfazer um total de 7.066 funcionários desempregados.

Teresa Rodrigues Dias garantiu que, a apesar deste cenário, os esforços do Executivo são permanentes, tendo apontado o Plano de Acção e Promoção da Empregabilidade (PAPE), aprovado pelo Presidente da República, que prevê a criação de 500 mil empregos. “No momento em que se delineou o Programa, não se imaginava que surgiria a pandemia da Covid-19, por isso as razões de operacionalização do programa e da sua continuidade mereceu um estudo prévio que terminou recentemente e visa o ajustamento do programa”, sublinhou.

A ministra informou que o sector que dirige preparou, igualmente, os pacotes da Política de Empregabilidade e do Fundo da Reserva e Estabilização do Instituto de Segurança Social, para poder garantir a sustentabilidade e evitar a dinâmica de suspeições que se vêem levantando. Também avaliou o Fundo Social da Segurança Social.

A intenção, segundo Teresa Rodrigues Dias, é permitir que as questões de emprego sejam abordadas de forma segura e sustentável. Segundo a ministra, o Executivo prevê a reestruturação do PAPE, para evitar a construção de mais centros. “A nossa visão é evitar a construção de mais centros, aproveitando os que existem e actualizá-los.

Temos bastantes centros que precisam de reparações e reequipamentos”, disse Teresa Dias, salientando que “o que se pretende é aumentar a expectativa da empregabilidade”. No âmbito dos desempregos massivos, o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social tem estado a trabalhar com a Inspeção Geral do Trabalho, no sentido de se aferir “se muitos deles não se tornam um aproveitamento do momento”.

“Temos notado que algumas vezes que se levantam nesse sentido não correspondem à verdade. Já fizemos alguns levantamentos e nem muito próximo desse número que se vem dizendo correspondem à verdade”, afirmou. A ministra defende o reforço da Inspeção Geral do Trabalho para que possa fazer o devido acompanhamento destes tipos de aproveitamento e trabalhar só naqueles que merecem apoio.

O ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, lembrou que a situação da Covid-19 provocou em todas as economias, em particular em Angola, uma situação muito difícil de manutenção dos postos de trabalho. Sérgio Santos adiantou que o Executivo está a lançar iniciativas para aliviar a situação do desemprego: “Estamos a acompanhar a evolução do mercado de trabalho e os dados que o Instituto Nacional de Estatística nos dá apontam para um agravamento da situação do desemprego”.

No último trimestre, acrescentou, a taxa de desemprego cresceu em cerca de 5,3 por cento nas idades entre 15 e 24 anos. Segundo Sérgio Santos, dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que o desemprego cresce mais na zona urbana e decresce no meio rural. “Acreditamos que está a acontecer uma dinâmica que é natural nesta situação. Quando há uma situação como esta de crise económica, os sectores sociais são os primeiros a serem afectados”, sublinhou.

O responsável pela Economia e Planeamento disse que “vê-se a dinâmica nos sectores da Agricultura e das Pescas”. O ministro fez uma comparação da taxa de desemprego na zona rural do primeiro ao quarto trimestre do ano passado, que foi de 17 por cento e no primeiro trimestre do ano em curso, que passou para 12,6. Na zona urbana, disse, passou-se de uma taxa de desemprego de 42 para 45 por cento.

O ministro garantiu que se pretende aumentar a produção nacional na agricultura e nas pescas, no comércio e nos serviços, trazendo incentivos para a manutenção e criação de mais empregos. Sérgio Santos acredita que as medidas de alívio económico anunciadas e os recursos financeiros que estão a ser disponibilizados pelos bancos vão permitir que se atinja esse objectivo.

“Os institutos de apoio às pequenas e médias empresas e os ligados ao desenvolvimento agrário e industrial estão a trabalhar com várias empresas nos vários sectores”, informou. O ministro revelou que 1.962 empresas candidataram-se ao programa de apoios financeiros. “Muitas destas empresas estão na situação de informalidade e não têm um registo conveniente na segurança social, têm dificuldade de títulos de concessão das terras”, referiu.

## 1.7 Taxa de desemprego em Cabinda atinge 42 por cento

*Jornal de Angola*

*16 De Julho de 2020*

*Texto: Joaquim Suami*

O desemprego no seio dos jovens em Cabinda aumentou de 21 para 42 por cento com o surgimento da pandemia de Covid-19, resultantes das dificuldades das empresas, tendo atingido uma taxa de 97,6 por cento das actividades comerciais.

Do total das empresas inquiridas, 19,64 por cento apontam para uma queda na arrecadação de receitas e 14 por cento de firmas observam maior índice com despesas e custos devido à crise financeira agravada com o surgimento da pandemia de Covid-19.

Esses dados constam de uma pesquisa feita pela consultoria CEPI a 142 empresas de produção de bens e serviços, em Cabinda, sobre o impacto da Covid-19 nas Micro, Pequenas e Médias Empresas, no período entre Maio e Junho deste ano.

O estudo contou com a participação da Universidade 11 de Novembro e da UPRA – Universidade Privada de Angola, núcleo de Cabinda. A análise diz ainda que, do conjunto das 142 empresas, 30,98 por cento reduziram, de forma significativa, a força de trabalho na ordem de 50 por cento e 24,64 por cento estão a operar com 20 por cento e 14,78 por cento conseguem atingir os 100 por cento da sua mão-de-obra.

O coordenador da pesquisa, Henrique Bitebi, apela a uma maior intervenção do Governo Central e Local para que consigam mitigar os efeitos negativos que estão afectar as instituições na produção e prestação de serviços.

Para Henrique Bitebi, das 142 empresas inquiridas na pesquisa, 42,95 por cento consideram que a política do Governo Central de recuperar a economia do país pode acontecer dentro de cinco anos e 33 por cento mostram-se indecisos do tempo que vai durar a recuperação da economia nacional, em função das actuais medidas que estão a ser tomadas pelo Executivo, o que poderá acelerar o fracasso da produtividade das empresas da região.

## Linhas de créditos

Segundo o consultor Henrique Bitebi, das 142 empresas em análise, 12,5 por cento afirmam ter conhecimento de linhas de créditos levadas a cabo pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), para o alívio económico e fiscal.

No estudo, acrescenta, 71 por cento das empresas afirmam que não consegue concorrer a diversas linhas de crédito por várias razões, como o cepticismo, a veracidade dos programas, a burocracia excessiva e dificuldades no acesso à informação essencial para a obtenção de financiamento.

“O Governo provincial, para salvar as empresas locais, deve procurar compreender que os programas elaborados a nível central, tem que ter em conta as especificidades de cada região, com vista a existir maior integração entre empresas com a finalidade de haver maior competitividade através do fomento da indústria transformadora e do sector agrícola para o estímulo da empregabilidade”, aconselha

## I.8 Portugal: Remessas dos angolanos caem 18,3% em Maio

*Jornal de Angola*  
22 De Julho de 2020

As remessas dos angolanos a trabalhar em Portugal caíram 18,3 por cento em Maio, para 670 mil euros, arrastando o total das verbas enviadas pelos imigrantes lusófonos africanos para uma queda de 15,6 por cento, para 2,6 milhões de euros.

De acordo com dados do Banco de Portugal, os angolanos a trabalhar em Portugal enviaram em Maio deste ano 670 mil euros, o que compara com os 820 milhões enviados em Maio do ano passado para o país de origem.

A descida deste valor teve uma influência directa no montante total que os emigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a trabalhar em Portugal enviaram para os seus países, que passou de 3,15 milhões, em Maio do ano passado, para 2,66 milhões, em Maio deste ano.

No total, os emigrantes portugueses enviaram 270,8 milhões de euros, o que representa uma pequena descida de 0,4% face aos 271,8 milhões enviados em Maio do ano passado. Em sentido inverso, os estrangeiros a trabalhar em Portugal enviaram para os seus países de origem 34,9 milhões de euros em Maio, o que equivale a uma ligeira queda de 0,4% relativamente aos 35,1 milhões enviados em Maio de 2019.

## I.9 Organização cívica marcha- contra pobreza e desemprego no Soyo

*Novo Jornal*  
31 De Junho de 2020

Um grupo de jovens afectos à Organização Cívica dos Direitos Humanos, no município do Soyo, província do zaire, promete marchar contra a fome, a pobreza e o desemprego que afligem muitas famílias na região.

Segundo o coordenador da referida organização, Sebastião Esteves, não se compreende como é que um município com um potencial enorme em termos de recursos naturais esteja praticamente abandonado.

"Vivemos uma realidade muito crítica. Muitas famílias estão a passar fome, sobretudo nesta fase da pandemia, Os principais motivos desta manifestação passam-também pela má governação da administradora municipal do Soyo, Lúcia Maria", explicou o activista cívico, para quem a juventude, enquanto força motriz, deveria merecer uma atenção especial.

O activista assumiu ter as condições criadas para a realização da marcha de forma ordeira, tendo, na ocasião, adiantado já ter sido notificada a administração local e a Polícia Nacional, para dar a conhecer esta actividade.

"Queremos apenas que sejam respeitados os direitos humanos para o bem de todos os angolanos e exigir transparência na administração de Lúcia Tomás, que está aqui há sete anos, mas as condições sociais continuam precárias", disse o activista, tendo demonstrado, no momento, preocupação com a evasão de cidadãos estrangeiros que, nalguns casos, tem a cumplicidade das autoridades.

"Muitas zonas precisam de assistência da parte do Executivo, e isso não tem acontecido. Já fizemos várias reclamações, mas a Administração do Soyo nunca levou em consideração as nossas preocupações", assinalou.

"O Soyo continua muito pobre. Temos aqui a exploração do gás e diversos minerais, mas a vida social e a económica continuam de mal para pior", afirmou Sebastião Esteves. O responsável apontou, igualmente, como uma das maiores preocupações as vias secundárias e terciárias, em virtude de estarem degradadas, dificultando o escoamento de produtos do campo para a cidade.

Os activistas pretendem percorrer pelas principais artérias daquela localidade, às primeiras horas da próxima quinta-feira (7), culminando na Administração do Soyo.

José Londa, administrador-adjunto do Soyo, disse desconhecer informações oficiais sobre a manifestação, pelo que se recusou a entrar em mais pormenores.

Adiantou estar em curso a implementação de projectos ligados ao PIIM, com destaque para o sector da construção, saneamento básico e a manutenção de estradas.

"O Soyo não tem relatos de casos de fome. Não temos pobreza acentuada, nem mendigos e crianças na rua", fez saber o administrador-adjunto.

Sobre o desemprego, considerou um caso trivial em todo o País, agravado pela Covid-19, e, em consequência, algumas empresas do sector industrial no Soyo foram atingidas e obrigadas a desempregar trabalhadores.

## **I.10 Subida de preços de bens de primeira necessidade «abala) mais carentes**

*Novo Jornal*

*31 De Julho de 2020*

*Texto: Hortência Sebastião*

Os preços dos principais produtos que integram a cesta básica continuam elevados e cada vez mais desajustados aos actuais salários auferidos pelos consumidores, sobretudo os trabalhadores que auferem uma renda mensal não acima das três categorias do salário mínimo nacional, apurou o NJ.

Da ronda efectuada por este semanário, constatou-se que, há três anos, a maioria do público consumidor da classe menos favorecida conseguia garantir a sobrevivência mensal com escassos 100 dólares, na compra de alimentos, ou o equivalente a 17 mil kwanzas de então. Actualmente, a realidade é bem diferente, ou seja, a prática mostra que a mesma quantidade de bens só é possível adquirir com pouco mais de 90 mil kwanzas.

Em Angola, o salário mínimo nacional está estabelecido em três categorias, sendo que, na classe ligada à agricultura, está fixado em 21.454 kwanzas, no ramo associado aos trabalhadores do comércio e da indústria transformadora é de 26.817 kwanzas, enquanto para os do comércio e da indústria extractiva está fixado em 32.181 kwanzas.

Os cidadãos ouvidos pelo Novo Jornal, que auferem renda mensal nesta ordem, dizem que, no actual período, pouco ou nada se faz com os referidos montantes, já que, para adquirirem os produtos essenciais, teriam de gastar mensalmente 90 mil kwanzas.

Em peças jornalísticas anteriores divulgadas pelo NJ, sobre os custos dos produtos que integram a cesta básica, registava-se que a tendência altista dos preços seguia imparável de um tempo a esta parte, sob o olhar silencioso das autoridades fiscalizadoras.

Prova disso, nas diferentes superfícies comerciais da capital angolana, com incidência para os supermercados, nesta época do mês, regista-se fraca frequência de compradores, a julgar pelos preços altos praticados, segundo clientes contactados por este semanário.

Exemplo disso, no supermercado Kero, localizado na Avenida dos combatentes, o quilograma de arroz é vendido a 600 kwanzas e o litro de óleo vegetal custa 950 Kz. No supermercado Jumbo, por sua vez, o quilograma de açúcar está fixado em 510 kwanzas, enquanto o de arroz é vendido a 740 Kz e o litro de óleo vegetal é comercializado a 600 kz.

Já no supermercado Max, da Maianga, quilograma de açúcar custa 479 kwanzas, o litro de óleo 700 Kz, e 671 kwanzas para o quilograma de arroz.

Enquanto isso, os bens perecíveis viram, nos últimos dias, agravados os preços, com as carnes, peixes e enchidos quase que duplicaram, contrariando o poder aquisitivo dos cidadãos que não cessam de reclamar galopante 'custo de vida.

A título elucidativo, o quilograma de frango congelado é adquirido no mercado do S. Paulo a 2.500 kwanzas, quando, em Junho, era vendido a 1.200 Kz. O quilo de carne, que em Abril custava três mil Kz, subiu agora para 4.000.

No entanto, face ao fraco poder aquisitivo do imenso público, este parece ter institucionalizado a partilha na compra dos referidos bens, entre duas ou mais pessoas, que, na busca de um mesmo produto, se associam e repartem entre si, a posterior, visando atenuar os gastos e assegurar maior diversidade de bens.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Bancos comerciais sancionados por incumprimento em créditos

*Jornal de Angola*  
10 De Julho de 2020

O Banco Nacional de Angola (BNA) instaurou processos de contravenção e aplicou sanções pecuniárias, no valor global de 442 milhões de Kwanzas, a 13 bancos comerciais por violação do aviso que os orienta a concederem crédito ao sector produtivo de, pelo menos, 2 por cento do valor dos activos registados nos seus balanços a 31 de Dezembro de 2018.

Num comunicado, o BNA esclarece que a medida visava criar um clima favorável à promoção e diversificação da economia real angolana e, por essa via, reduzir a dependência excessiva da importação de bens e serviços e contribuir para a sustentabilidade das contas externas do país.

Os que tiveram as multas mais altas são o Banco de Fomento de Angola (BFA) e o Internacional de Negócios (BNI), que devem pagar 45 milhões de Kwanzas cada, seguidos do Banco Comercial Angolano, com 44 milhões. A seguir vem o Millennium Atlântico, com 40 milhões, o Banco BIC com 39 milhões, Finibanco Angola, 35 milhões e Prestígio, 34,5 milhões. Da lista consta ainda o Banco Yetu e o Banco Comercial do Huambo, 32,5 milhões, BAI Microfinanças, 27,5 milhões, Banco de Comércio e Indústria, 26 milhões e o Sol, 23 milhões de Kwanzas de multa.

### 2.2 Por cada 1.000 Kz de crédito concedido pela banca 350 Kz são malparado

*Jornal Expansão*  
10 De Julho de 2020  
Texto: Nelson Rodrigues

O malparado no sistema bancário nacional atingiu, em Abril, o valor mais alto dos últimos oito meses, agravado pelos efeitos da Covid-19 na economia, ao fixar-se nos 34,9% do total do crédito concedido pela banca comercial, de acordo com os indicadores de solidez financeira do sector bancário compilados pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

Uma vez que, de acordo com o relatório sobre o crédito por sectores actividade também divulgado

pelo banco central, em Abril, o total do crédito era de 5,1 biliões Kz. Contas feitas, significa que, naquele mês, 1,8 biliões Kz eram crédito vencido, ou seja, malparado.

Comparativamente a Março, o crédito mal parado aumentou 1,6 pontos percentuais (Pp), isto porque, no período, o volume de crédito em incumprimento era de 33,3% sobre o total do crédito de toda a banca comercial.

Em termos percentuais, trata-se do maior volume de crédito malparado desde Setembro de 2019. Os dados do BNA não trazem explicações sobre a evolução do crédito vencido, IT em identifica as entidades bancárias onde se encontra esse crédito vencido, mas a crise financeira e económica que vive o País desde 2014 e, agora, o surgimento da pandemia do coronavírus têm sido apontado como a base da subida do volume de malparado na nossa economia

Foi precisamente em Abril que se começaram a sentir em Angola os efeitos da crise provo- cada pela pandemia e pelo choque de preços do barril de petróleo provocado pela 'guerra de preços' da Arábia Saudita e da Rússia, mas também pelo arrefecer das economias mundiais.

A generalidade das empresas angolanas sentiram na pele os efeitos da pandemia, com diminuição de receitas e dificuldades para cumprirem as suas obrigações. Isto apesar de o banco central ter obrigado os bancos a concederem moratórias a créditos, de forma a dar folgas às empresas. Só que parte dessas empresas já se encontravam em dificuldades antes da pandemia, devido ao cenário de quatro recessões económicas que o país atravessa.

Segundo analistas ouvidos pelo Expansão, o confinamento a que as pessoas foram submetidas e o impedimento da circulação das pessoas entre países e continentes agravou ainda mais o quadro das empresas em Angola, já que muitas delas operam com profissionais estrangeiros que, devido a essa restrição, não entraram no país. Isto afectou também o consumo no país.

Para o ex-accionista e ex-administrador do extinto Banco Mais, Filipe Lemos, no actual momento, a pandemia do coronavírus é a principal razão para o aumento do malparado. "Neste espaço [de tempo] em que nos encontramos, é a principal causa; as empresas estão a trabalhar a meio gás e as pessoas estão confinadas. As receitas das empresas baixaram, não há produtividade absolutamente nenhuma, e isso faz com que elas não tenham capacidade para

responder às suas obrigações, como os pagamentos de créditos", explica Filipe Lemos.

Subida do desemprego...

Por seu turno, o economista Jaime Fortunato acrescenta que o nível de "deterioração do emprego" tem afectado o compromisso das famílias e até das empresas junto da banca. O economista mencionou ainda como factor do aumento do malparado a depreciação cambial, e deu como exemplo que, em Angola, uma parte substancial dos empréstimos "são concedidos tendo como referência a taxa de câmbio vigente na altura da concessão ou da formalização do contrato [de crédito] ", o que tem impactado no comportamento do malparado, devido ao factor depreciação cambial. "O crescimento da depreciação cambial significa a necessidade de um esforço financeiro adicional para [as empresas e famílias] poderem honrar o compromisso com a dívida. Mas acontece que os compromissos assumidos ou a amortização do crédito, a nossa capacidade interna financeira, não têm tido reposições na mesma proporção da depreciação cambial", salienta.

Também o analista financeiro Mateus Maquiadi atribuiu a subida do malparado ao fraco desempenho da actividade económica neste período Citando um estudo do Banco Central Europeu, o analista defende que "existe uma forte correlação entre o malparado e Q crescimento da economia".

"Normalmente, quando as economias estão em recessão, a taxa de malparado explode. Quando estamos a falar de recessão económica estamos a falar de perda de riqueza e de rendimento. As pessoas não conseguem efectivamente ter a capacidade de solvência dos créditos que contraem no período de expansão [da economia]; no período de expansão há, sim, muito crédito, mas no de recessão económica normalmente há o malparado", aponta Mateus Maquiadi.

Segundo o analista, foi em Abril que as famílias e empresas começam a ser afectados pelos efeitos da pandemia, com a redução das receitas e demais rendimentos. "Esse B crescimento [do malparado] de Março a Abril, eu atribuo efectivamente à pandemia, porque, e como sabemos, a Covid-19, e logo que se decretou o estado de emergência, o que aconteceu é que as famílias perderam rendimentos e as empresas fecharam. E o INE já tinha publicado um estudo sobre a taxa de falência das empresas. E durante esse período as empresas faliram e o nível de despedimentos aumentou" sublinhou Mateus Maquiadi.

Para impedir o crescimento do mal parado, os defendem um período de renegociação dos prazos de reembolso e maior supervisão nos pedidos de crédito que entram nos bancos.

## 2.3 40 Milhões de dólares para a compra de fertilizantes

*Jornal de Angola*  
20 De Julho de 2020

Sete empresas vão receber um financiamento de 40 milhões de dólares para adquirir 75 mil toneladas de fertilizantes, segundo" o relatório de balanço do PRODESI. O crédito está incluído nas medidas de alívio económico devido à pandemia de covid-19.

No total, foram recebidas 506 candidaturas para adquirir meios de trabalho para a Agricultura e Pescas, sendo que 41 foram encaminhadas para o Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA). Destas propostas, "sete foram aprovadas e as restantes encontram-se em fase de tramitação interna ou em comité de crédito", aponta o documento assinado pelo Ministério da Economia.

As sete empresas aprovadas resultam de consultas feitas ao Ministério da Agricultura e Pescas e, igualmente, à Associação de Agricultores e Pecuáristas de Angola (AAPA).

Estima-se que as sete empresas aprovadas vão beneficiar de um financiamento de 40 milhões de Dólares (bastante acima da linha de crédito canalizada para o efeito, que é de cerca de 9 mil milhões de kwanzas ou 15 milhões de dólares para a aquisição de fertilizantes. O objectivo é receber os fertilizantes nos meses de Agosto e Setembro.

Também incluída nas medidas de apoio à economia está a rubrica "Financiamento de compras de bens de consumo de origem nacional", que conta com uma linha de crédito de 17,6 mil milhões de kwanzas. No total, foram recebidas 1.016 candidaturas, sendo que 243 foram submetidas ao BOA e encontram-se em fase de tramitação interna.

Ainda incluído no mesmo pacote de combate aos efeitos da pandemia, está o financiamento às cooperativas (13,5 mil milhões' de kwanzas), com um limite de 50 milhões de kwanzas por cada entidade, num máximo de 15 projectos por província.

Até ao momento, foram seleccionadas 288 cooperativas, que estão a ser "alvo de um trabalho de diagnóstico das suas necessidades e avaliação de potencial", segundo o Ministério da Economia.

## 2.4 Projecto de apoio ao crédito tem oito financiamentos aprovados

*Jornal de Angola*

*20 De Julho de 2020*

*Texto: Miguel Gomes*

O Projecto de Apoio ao Crédito (PAC), inserido no PRODESI (Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações), aprovou até ao momento oito financiamentos nos sectores da Indústria e Pescas. Os apoios atingem os 17 mil milhões de kwanzas (cerca de 30 milhões de dólares).

Os dados, consultados pelo Jornal de Angola, constam de um relatório de balanço, compilado pelo Ministério da Economia, sobre a implementação do PRODESI.

O PAC aplica -se aos projectos de investimento que contribuam, directa ou indirectamente, para a produção interna de bens. Os apoios são direccionados para um conjunto de 16 tipos de operações, relacionadas com os 54 produtos prioritários do PRODESI.

Os oito projectos aprovados situam se nas províncias de Luanda (seis), Namibe e Benguela. No total, durante o primeiro semestre de 2020, foram submetidos 46 projectos à banca, no âmbito do PAC, que representam cerca de 90 mil milhões de kwanzas.

Entre as referidas propostas, duas já receberam o financiamento garantido, num total de 4 mil milhões de kwanzas. As duas iniciativas estão localizadas na província de Luanda e dedicam -se ao sector industrial (alimentar e bebidas e transformador).

### Prioridades

Também incluído no PRODESI está o aviso N°10/2020 do Banco Nacional de Angola (BNA), relativo à concessão de crédito ao sector real da economia. O banco central definiu um conjunto de produtos, que vão desde os materiais de construção civil, às frutas tropicais, avicultura e pecuária, entre outros, que devem ser prioritários no acesso ao crédito.

A medida inclui ainda a bonificação da taxa de juro, que foi estabelecida em 7,5 por cento, e obriga os bancos comerciais a destinarem 2,5 por cento do seu activo para esta finalidade específica.

Até ao fim do primeiro semestre de 2020, registaram-se 10 processos já desembolsados, sendo quatro na província de Luanda e os restantes no Cuando Cubango (1), Malanje (1), Benguela (2), Lunda-Sul (1) e Cuanza-Sul (1), totalizando 55,21 mil milhões de kwanzas.

"No mesmo período, contabilizaram-se 21 processos de financiamento que aguardam o desembolso, num total de 51,38 mil milhões de kwanzas", destaca o relatório.

### Mil milhões da Alemanha

Ao abrigo da linha de financiamento do Deutsche Bank, que totaliza 1000 milhões de euros e também faz parte do PRODESI, foram submetidas ao Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) 10 propostas, que representam 107 mil milhões de kwanzas (cerca de 166 milhões de euros). Todas foram aprovadas durante o segundo trimestre de 2020. Os 10 projectos estão distribuídos pela Agricultura (8) e Aquicultura (2) e serão instalados nas províncias de Luanda (7), Huambo (1) e Benguela (2).

Para além dos financiamentos directos à produção interna, o PRODESI também promove outras iniciativas. Desde logo com várias intervenções nos processos burocráticos de criação de empresas e novos negócios, apesar de Angola ter caído da posição 173, em 2019, para 177, em 2020, na tabela relativa ao Ambiente de Negócios promovida pelo Banco Mundial. O índice compara 190 países.

Também está previsto o lançamento do Portal da Produção Nacional e de outros portais electrónicos associados à criação de empresas e divulgação de oportunidades.

Ainda no âmbito do PRODESI, foram desenvolvidos estudos sobre as cadeias de valor dos recursos geológicos, pescas, turismo e do sector têxtil, vestuário e calçado.

### O que é o PRODESI?

O PRODESI é o acrónimo do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações. Foi aprovado pelo Decreto Presidencial número 169/18 de 20 de Julho.



É um programa que visa acelerar a diversificação da produção nacional, focada num conjunto de produtos com potencial de exportação e substituição de importações, nos seguintes sectores: Alimentação e Agro-indústria, Recursos Minerais, Petróleo e Gás Natural, Florestal, Têxteis,

Vestuário e Calçado, Construção e Obras Públicas, Tecnologias de Informação e Telecomunicações, Saúde, Educação, Formação e Investigação Científica, Turismo e lazer.

O programa persegue cinco objectivos essenciais: aumentar a produção e o volume de vendas das fileiras prioritárias, reduzir importações de produtos da cesta básica, aumentar e diversificar as fontes de acesso a moeda estrangeira, aumentar os fluxos de investimento directo estrangeiro e melhorar o ambiente de negócios.

## 2.5 Activos dos bancos cresceram 11 por cento no ano passado

*Jornal de Angola*  
24 De Julho de 2020

O valor total dos activos dos bancos comerciais que operam no mercado angolano ascendeu a 14.102 mil milhões de kwanzas em 2019, um crescimento de 11 por cento face a 2018, afirma a 14ª edição da Banca em Análise, um estudo da Deloitte apresentado ontem em formato webinar.

O estudo, apresentado pelo presidente da Deloitte Angola, José Barata, indica que o total do resultado líquido do sector bancário nacional registou, em 2019, um decréscimo de 76 por cento em relação ao ano anterior, passando para os 78.439 milhões de kwanzas.

O BAI lidera a banca com um activo total de 2.641 mil milhões de kwanzas, seguido pelo BFA, BPC, BIC e o Millennium Atlântico, uma lista que forma os cinco maiores bancos implantados no país, os quais representam cerca de 72,4 por cento do total do activo do sector bancário, com um crescimento cerca de 23 por cento face ao ano anterior.

“Os principais indicadores do sector bancário apresentaram tendências distintas em 2019: por um lado, registou-se um aumento global do total dos activos e dos capitais próprios dos bancos e, por outro, houve uma diminuição do crédito líquido concedido a clientes, do produto bancário e dos resultados líquidos dos bancos em relação a 2018”, declarou José Barata para definir o período estudado.

Os números do estudo dizem que o total de crédito líquido ascendeu a 2.648 mil milhões de kwanzas, menos 10 por cento que em 2018, com o BIC, BAI, Atlântico, BFA e Banco SOL a liderarem na concessão de crédito.

O rácio de crédito vencido ascendeu para 38,2 por cento em 2019, quando no ano precedente foi de cerca de 33,1 por cento, anuncia o relatório que ressalva, entretanto, sublinhando que este rácio é influenciado pelo peso do BPC: “caso este banco não fosse considerado, observar-se-ia um rácio de crédito vencido de 17,4 e de 14,6 por cento em 2018 e 2019, respectivamente”.

Em 2019, o valor total dos depósitos de clientes no sector bancário foi de 9.796 mil milhões de kwanzas, o que representa um crescimento de 25 por cento face a 2018. O BAI continua a ser o banco com maior volume de depósitos captados, seguido pelo BFA, BPC, Atlântico e BIC.

Outros resultados relevantes

O relatório nota que os meios electrónicos de pagamento mantêm tendência crescente, com o número de cartões Multicaixa activados a aumentar para 5,7 milhões em 2019, face aos 5,4 milhões em 2018, e um total de 7,1 milhões de cartões emitidos em 2019, face aos 6,4 milhões em 2018. A rede de terminais de pagamento também continua a aumentar, de acordo com o documento, que aponta um crescimento de 0,7 e de 19 por cento do número de Caixas Automáticas (ATM) e Terminais de Pagamento Automático (TPA).

O número de ATM aumentou de forma residual de 3.098, em 2018 para 3.120 em 2019, e o número de TPA fixou-se em 115.206 terminais em 2019 face a 96.754 em 2018. Número de transacções atingiu novo recorde em 2019, com um crescimento global de 28 por cento face a 2018, tendo as transacções realizadas em ATM aumentado 20 por cento e as transacções efectuadas em TPA cerca de 25.

## 2.6 BNA investiga conflitos de interesses na concessão de crédito do Banco Sol

*Jornal Expansão*  
24 De Julho de 2020  
Texto: Nelson Rodrigues

O Banco Nacional de Angola (BNA) iniciou um processo de "averiguação preliminar" às operações do Banco Sol que "poderá dar lugar a uma inspecção",

na sequência de um reporte interno do banco que revela irregularidades na carteira de crédito e situação de conflitos de interesse na relação da entidade bancária com seus accionistas, apurou o Expansão de várias fontes, incluindo do banco central.

De momento, decorrem trabalhos de recolha de evidências das denúncias que, confirmadas, põem em curso a acção inspectiva do regulador.

"Estamos a trabalhar num processo preliminar que, em função das evidências recolhidas poderá resultar numa inspecção, caso se prove necessário. Mas as inspecções aos bancos são regulares", disse.

O Expansão sabe ainda que o processo de "averiguação" foi desencadeado na sequência de um relatório interno produzido pela anterior comissão executiva do Banco Sol, e que seguiu para os accionistas e para os presidentes dos órgãos sociais, que concluiu haver, entre outros, "conflitos de interesses" na gestão do banco.

De acordo com outra fonte ligada ao processo, algumas das decisões da anterior administração geravam mais proveitos particulares para os accionistas e afastava vantagens para a entidade bancária, situação que está na base da decisão do ex-CEO, Mário Nascimento, a avançar com o relatório e a sair do banco.

Entretanto, o documento que era para ficar entre as 'paredes' da instituição bancária foi parar às mãos do regulador do sistema bancário nacional, este que por sua vez decidiu "averiguar".

"No geral, o relatório concluiu haver conflitos de interesse em situações em que a gestão toma decisões que muitas vezes podem ser prejudiciais para o banco, mas benéficas para os accionistas ou gestores", disse a fonte conhecedora de todo o processo.

Ao Expansão, o ex-banqueiro e antigo administrador do extinto Banco Mais, Filipe Lemos, considera que a actuação do regulador terá como ponto de partida a inspecção às áreas de compliance e de controlo interno banco. Ou seja, o banco central vai passar a pente-fino e questionar se o compliance funciona ou não.

"A inspecção [do BNA] primeiro vai verificar se o banco tem compliance, ou seja, se de facto, são praticados de acordo com as regras, normas e regulamentos. O que acontece é que a maior parte dos bancos não têm este compliance", sublinha.

No relatório que deu origem à 'investigação' do BNA, os conflitos de interesse são explicados com a

atribuição de crédito sem garantias a grupos empresariais de partes relacionadas e de altos gestores da entidade bancária detida, entre outros accionistas, pela Gefi (51,00%), Fundação Lwini (10,00%), a antiga primeira-dama da República, Ana Paula dos Santos (5,42%) e por outros conhecidos accionistas do circuito político e empresarial doméstico, conforme relatou ao Expansão outra fonte da actual administração.

Quanto à atribuição de crédito do banco a partes relacionadas, o ex-banqueiro Filipe Lemos adverte que, quando as pessoas são indicadas para posições de chefias, estas estão submetidas a algumas limitações, como é o caso de não poderem participar no processo de aprovação de créditos para benefício próprio. "As pessoas quando são indicadas para exercerem determinadas funções, elas depois entram nesses conflitos de interesse. Ao invés de se concentrarem no interesse da instituição, elas acabam por aproveitar-se dos cargos que ocupam para deixarem de fazer que devem fazer", aponta.

Quem também concorda com a limitação de funções dos órgãos de gestão é o risk manager Adolfo Dombo. "No princípio de conflito de interesse, diz que, quando se trata de uma operação de crédito onde há conflitos de interesses ou onde um dos membros do órgão de administração ou accionista tem um laço directo, estes devem ser excluídos no momento da aprovação", lembrou.

Aliás, Adolfo Dombo antevê ainda que, se concluir que houve gravidade nas acções dos gestores na atribuição de crédito a partes relacionadas do banco, o conselho de administração pode mesmo exonerar ou afastar do banco os envolvidos na operação.

Por sua vez, o ex-banqueiro Filipe Lemos avança que o regulador tem, dentro dos instrumentos de supervisão, várias penalizações, que vão desde a aplicação de multa à inibição de determinadas pessoas voltarem a exercer cargos noutras instituições financeiras no país. Entretanto, reforça que, "comprovada a gravidade dos actos, a idoneidade dos administradores e dos accionistas pode ser posta em causa", rematou.

Proibido crédito superior a 20% dos fundos próprios

O aviso nº.06/2020 impôs limites à concessão de crédito dos bancos aos seus accionistas, numa medida que surgiu três meses depois de o processo de avaliação aos activos de 13 bancos comerciais ter detectado que parte destas instituições apresentava uma exposição elevada da sua carteira de crédito aos seus accionistas.

A norma do banco central orienta que "o somatório do montante total a conceder, sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, directa ou indirectamente, a detentores de participações qualificadas não deve ser superior a 20% dos fundos próprios de base da instituição", depois de "deduzido o valor das participações detidas em instituições autorizadas a funcionar pelo BNA, bem como filiais e sucursais de instituições financeiras no estrangeiro".

A título individual, a parte relacionada não pode obter crédito superior a 5% do valor do somatório já acima referido. Caso a parte relacionada seja uma empresa, o valor máximo é de 10%.

Auditor externo coloca sete reservas ao balanço Paralelamente ao relatório de inspecção, o auditor externo às contas do banco relativas a 2019 - a Ernst & Young (EY) - colocou sete reservas, o que compara com as reservas apontadas pelos auditores anteriores (ver tabela).

Entre outros aspectos, o relatório do auditor externo conclui que o banco constituiu imparidades insuficientes e fez provisões curtas face ao malparado. No fundo, o relatório do auditor bate com algumas das conclusões do relatório que deu origem à averiguação do banco central.

Na interpretação de Adolfo Dombo, "no caso de haver divergências entre os valores estimados de imparidades por parte do BNA e por parte do Banco Sol, o BNA irá exigir que seja feita uma revisão do cálculo de imparidade, em que o valor, por exemplo, que foi reportado no relatório e contas de 2019, terá de ser refeito".

Quanto à possibilidade de multas ao banco e para sua gestão, nos dois casos, o risk manager considera que é a gravidade da situação que a vai determinar. "Se for uma situação em que há um incumprimento da disposição legal que remete directamente à lei de base das instituições financeiras e que prevê punição, o BNA aplica uma multa", aponta.

O Expansão solicitou esclarecimentos ao Banco Sol, tendo sido, posteriormente, contactado por uma porta-voz da administração, Mónica Aleixo, que remeteu os esclarecimentos para o banco central, adiantando que o SOL não está a ser alvo de qualquer inspecção.

**COMÉRCIO E CONSUMO DOMINAM CRÉDITO NO FIM DO I SEMESTRE DE 2020**  
Crédito por sector, mil milhões Kz

Área de actividade	Jan. 20	Dez. 20	Variação %
Comércio por grosso e a retalho	1.070	984	-8 ▼
Particulares	718	743	3 ■
Actividade imobiliária	707	634	-10 ▼
Construção	648	427	-34 ▼
Serviço colectivo e Pessoais	562	396	-30 ▼
Indústria transformadora	413	356	-14 ▼
Indústria extrativa	158	275	74 ■
Agricultura e produção Animal	259	215	-17 ▼
Transportes e Comunicações	175	170	-3 ▼
Alojamento e Restauração	94	90	-5 ▼
Actividades Financeiras	56	60	6 ■
Educação	28	27	-5 ▼
Produção de electricidade e água	20	21	7 ■
Saúde e Acção Social	26	21	-22 ▼
Pescas	18	18	1 ■
Famílias c/empregados domésticos	11	10	-13 ▼
Organismos internacionais	0	0	-33 ▼
<b>TOTAL</b>	<b>4.965</b>	<b>4.447</b>	<b>-10 ▼</b>

Distribuição do crédito por sector de actividade, com o comércio e o consumo a dominarem a absorção do crédito no primeiro semestre deste ano

## 2.7 BNA força bancos a dar credito ao impor taxa sobre excesso de liquidez

*Jornal Expansão*

*31 De Julho de 2020*

*Texto: Nelson Rodrigues*

O Banco Nacional de Angola (BNA) vai começar a taxar os excessos de liquidez dos bancos comerciais para os obrigar a canalizar crédito à economia e para fomentar a produção interna, de acordo com uma decisão do Comité de Política Monetária (CPM), tornada pública no início desta semana.

Com a introdução fia também designada 'taxa de custódia sobre o excesso de liquidez' dos bancos comerciais, o BNA inicia assim mais um processo de 'seca' de liquidez na banca.

No fundo, o banco central quer que o dinheiro que as instituições bancárias têm em disponibilidades sirva os projectos de fomento à produção nacional.

O governador do BNA, José Massano, disse esta semana em entrevista à TAP, que a introdução desta, que ainda requer regulamentação, surge com a necessidade de financiamento à economia. "Tomámos a decisão de, aqueles recursos que estão livres, os recursos que estão lá no BNA, à guarda do BNA, que são fundos ociosos e que não servem a economia, o BNA vai passar a aplicar uma taxa sobre

esses recursos. E muito com sentido não penalizador, mas de os bancos comerciais usarem essa liquidez para servir a economia", disse Massano.

Esta decisão foi anunciada após 12 bancos comerciais terem sido multados, num acumulado de 364 milhões Kz, por não cumprirem as determinações do banco central quanto à concessão de crédito. E também decorreu numa altura em que foi aprovada no parlamento a revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020, em que, por via da diminuição das receitas petrolíferas, dispararam as necessidades de financiamento interno em 27% para 3,1 biliões Kz.

Aliás, fonte do banco central admitiu ao Expansão que além de servir o crédito tradicional, os recursos ociosos dos bancos também podem ser aplicados no mercado da dívida pública. "Não queremos que fique ocioso", disse.

Com um olho no crédito à economia e outro na dívida Segundo uma fonte do sector bancário, esta seca de liquidez imposta pelo BNA pode ser positiva para fomentar a concessão de crédito, mas os empréstimos à economia podem não acontecer tal como é o objectivo do banco central. Isto porque o crédito à economia representa menos retorno e maiores riscos, especialmente numa altura em que muitas empresas procuram crédito para conseguirem cumprir as suas despesas correntes (como impostos ou pagamento de salários). Por não se tratarem de créditos para investimentos, os bancos tendencialmente olharão para outras operações.

Até porque esta liquidez que os bancos têm utilizam-na para as operações cambiais, já que para comprar divisas têm que ter o contra valor em kwanzas. As operações cambiais representam hoje uma parte importante dos lucros da banca (taxas e comissões altas) pois têm menor risco e maior rentabilidade. Já as taxas de juro dos financiamentos à economia que o Governo pretende rondam os 7,5% e estão bem abaixo da inflação. O que significa que, do ponto de vista comercial, não é tão apetecível como apostar na aquisição de títulos de dívida pública.

Logo, ao secar a liquidez para fomentar o crédito à economia, pode ter como efeito perverso o reforço da aposta dos bancos nos títulos de dívida. O que até dará jeito ao Governo, já que nos últimos tempos está longe de conseguir colocar a dívida pública que necessita

Por sua vez, o presidente da comissão executiva do Banco Angolano de investimento (EA), Luís Lélis, também não afasta a hipótese desta ferramenta instituída pelo CPM do BNA vir a gerar efeitos perversos, na medida em que alguns empresários

solicitem empréstimos com objectivo de cobrirem despesas correntes, nomeadamente pagamentos de impostos ou de salários "por isso é que estamos dar os parabéns ao BNA pela sua capacidade criativa de criar estes instrumentos, mas precisamos que, do lado do Executivo, se perceba que têm também de implementar o conjunto de medidas que assegurem que os bancos, ao concederem crédito, recuperem esses valores e reduzam os incentivos para comportamentos indevidos na gestão do crédito", disse o gestor. E alguns desses mecanismos até estão a ser criados (ver página 16).

Para Lélis, a introdução da taxa sobre o excesso de liquidez é mais uma tentativa de o BNA incentivar ou motivar os bancos a não manterem os recursos ociosos, mas para concederem crédito. "O BNA tudo está a fazer para continuar a criar condições para que os bancos concedam mais créditos", aponta. "O que os bancos querem ver, de facto, é publicada a lei das falências, a lei da insolvência e implementados os mecanismos em vários tribunais e em todas as comarcas das províncias do país para que os processos judiciais de recuperação das garantias obtidas sejam céleres e aí sim os bancos vão-se sentir um pouco mais confortáveis, num contexto em que está cada vez mais difícil", disse.

## 2.8 Financiamento ao programa de Apoio ao Crédito sobe para 227,8 mil milhões Kz

*Jornal Expansão*  
31 De Julho de 2020  
Texto: Joel Costa

Cinco novos bancos aderiram esta semana ao Programa de Apoio ao Crédito (PAC) com um reforço de 29,7 mil milhões de Kz aos já disponíveis 198 mil milhões Kz, segundo um comunicado do Ministério da Economia e Planeamento a que o Expansão teve acesso.

Com a adesão dos bancos Económico, Sol, Caixa Angola, Prestígio e Crédito do Sul, o número de instituições financeiras disponíveis para apoiar o instrumento de financiamento do Programa de Apoio à Produção Nacional, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), aumenta para catorze e o dinheiro disponível para financiar à actividade produtiva no País passa para 227,8 mil milhões Kz.

De acordo com o Executivo, PRODESI define o papel da intervenção estatal no fomento da produção, promoção da substituição das importações e na

promoção da diversificação das exportações. E já integram a iniciativa os bancos BPC, BIC, SKA, BAI, BNI, BCH, BMA, BCI e BFA.

Para além da linha de crédito em que os bancos são os protagonistas do suporte à actividade produtiva, o Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) pretende assinar contratos com oito sociedades de microcrédito, que vão operacionalizar a terceira linha de crédito das medidas de alívio dos efeitos económicos e financeiros, avaliada em 4 mil milhões Kz.

A referida linha visa dinamizar a actividade de micro-negócios, nos sectores de processamento alimentar, logística e distribuição de produtos agro-alimentares e de pesca, reciclagem de resíduos sólidos urbanos, produção cultural e artística, desenvolvimento de softwares e outros produtos e serviços que constituem à cadeia do agronegócio.

Ao abrigo do PAC, o consórcio de nove bancos protocolados com o Ministério da Economia e Planeamento (MEP) disponibilizou até final de Junho 3,9 mil milhões de Kz, para apenas dois projectos do sector da indústria, apesar de já estarem aprovados 13 que juntos representam um investimento de 19,5 mil milhões de Kz. O Expansão sabe que entre Janeiro e Junho, 46 empresas submeteram à banca projectos avaliados em 90,2 mil milhões Kz.

Doze bancos que operam no País foram recentemente punidos pelo BNA por: incumprimento na cedência de crédito, nove dos quais ouvidos pela Expansão questionaram os critérios usados pelo regulador na aplicação das multas.

CEO's, analistas e um 'banqueiro justificaram o travão nos empréstimos com desconhecimento dos empresários nas áreas de negócios que pretendem investir e a falta de garantias para cobrir o risco associado.

Para remover as barreiras ao crédito está em discussão na Assembleia Nacional a Proposta de Lei sobre Garantias Mobiliárias e Registo de Garantias (ler página 32).

## 2.9 Lucros dos 26 bancos angolanos caíram 76% em 2019

*Novo Jornal*

*31 De Julho de 2020*

Os resultados líquidos do sector bancário angolano registaram, em 2019, um decréscimo de 76% em relação ao período homólogo, passando para 78,4 mil

de kwanzas, segundo a 14.ª edição do estudo da consultora Deloitte.

Por outro lado, os activos da banca nacional aumentaram 11% no ano passado para 14,1 biliões de kwanzas, contrastando com a queda de 10% na concessão de crédito em relação a 2018.

O estudo Banca em Análise, apresentado na quinta-feira, 23, em Luanda, que abrangeu os 26 bancos que operam no sistema financeiro, refere que, entre os cinco maiores bancos a actuar em Angola, o Banco Angolano de Investimento (BAI) liderou com um activo total de 2,6 biliões de kwanzas, seguindo-se-lhe o Banco de Fomento Angola (BFA), o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o BIC e o Atlântico.

Os cinco maiores bancos representaram cerca de 72,4% do total de activos da banca angolana e registaram um aumento de 23% face ao ano anterior.

Já o total de crédito líquido ascendeu a 2,6 biliões de kwanzas, o que significa uma redução de 10% face a 2018.

BIC, BAI, Atlântico, BFA e Sol lideraram na concessão de crédito, indica o estudo da consultora Deloitte.

- O rácio de crédito vencido registou um aumento de 38,2%, em 2019 (33,1% em 2018) "muito impactado pelo BPC", salienta o documento.

O BPC, banco público angolano, apresentou prejuízos recordes no ano passado e tem em curso um plano de reestruturação, a aplicar no decurso dos próximos três anos, e prevê que serão necessários 880,1 mil milhões de kwanzas para capitalizar a instituição em 2020.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Pesca artesanal provê 40 por cento da oferta

*Jornal de Angola*

10 De Julho de 2020

Texto: Victorino Joaquim

Quarenta por cento do peixe consumido em Angola é provido pela pesca artesanal, uma actividade desenvolvida por cerca de 100 mil pescadores, declarou ontem, em Luanda, a secretária de Estado das Pescas.

Esperança Costa, que falava num acto de entrega de artefactos de pesca a cooperativas de pescadores dos distritos urbanos da Ingombota e Samba, considerou que, para os angolanos, a pesca representa um instrumento privilegiado na luta contra a pobreza e para a provisão da proteína animal necessária para o equilíbrio da dieta alimentar.

A responsável reconheceu que o actual estado de confinamento imposto pela pandemia da Covid-19 tem deixado as cooperativas de pescadores desprovidas dos principais insumos para realização das suas actividades. Ontem, o Ministério da Agricultura e Pescas entregou artefactos de pesca às seis cooperativa implantadas nos distritos urbanos da Ingombota e Samba, no âmbito do Programa de Apoio ao Fomento de Pesca Artesanal.

O donativo é composto por botas, balanças, redes, linhas de pesca, cordas, baldes, bidões, bóias, salvavidas e facas, entregues às cooperativas Família Rui Tito, Êxodo, Jovens Unidos, Kiluanje, APL e Peixeiras “Avó Mabunda”.

### 3.2 Táxis voltam a andar com 50% da lotação e apenas até às 18 horas

*Jornal Expansão*

10 De Julho de 2020

Os transportes públicos de Luanda voltam a funcionar apenas com 50% da lotação e com horário limitado entre as 5h00 e as 18h00. Isto aplica-se aos táxis, autocarros, comboios suburbanos e "gira-bairro".

Foram aumentadas as penalizações para os que violam a cerca sanitária, sendo que agora estão também sujeitos a multa, que varia entre 100 e 250 mil Kz, além da obrigatoriedade de cumprimento da quarentena institucional, com a novidade de serem obrigados a compartilhar, entre 50 e 100%, dos custos inerentes a esta estadia assim como dos testes que serão necessários realizar.

Os que auxiliarem ou forem coniventes com esta acção serão igualmente responsabilizados e sujeitos às mesmas penalizações. Por exemplo, se um cidadão for "apanhado" num camião a tentar furar a cerca sanitária de Luanda, o motorista sofrerá as mesmas consequências que o infractor.

Outra das inovações importantes neste quadro legislativo tem a ver com a deslocação de delegações oficiais a partir de Luanda. Em primeiro lugar está definido que apenas a Comissão Multisectorial pode autorizar, depois que estas têm que ter o menor número de pessoas possível, e que todos os que fizerem parte destas delegações terão de fazer o teste antes de se deslocar. Esta medida vai ao encontro de uma preocupação crescente pelo facto de muitas pessoas se deslocarem para as províncias incorporadas nestas delegações para resolverem alguns dos seus problemas pessoais e familiares.

Relativamente às cerimónias fúnebres voltam as condições que estavam em vigor no Estado de Emergência - funerais normais apenas com 10 pessoas e até às 13 horas, e com falecidos com covid-19 apenas 5 pessoas e da parte da tarde.

Fica também definido que a transladação de cadáveres para os óbitos de covid-19 é proibida, serão enterrados no local onde faleceram, e para os restantes, apenas com o acompanhamento de duas pessoas. Ou seja, se a família de falecido em Luanda quiser fazer o funeral em Benguela, se motivo for covid-19 é impossível, se for outra doença, pode realizar-se mas o corpo só pode ser acompanhado por duas pessoas.

J.C.

### 3.3 Vendedores do Mercado do “Asa Branca” no Cazenga são testados hoje

*Jornal de Angola*

11 De Julho de 2020

Texto: Alberto Pegado e Xavier

António

Os vendedores do Mercado do “Asa Branca”, no município do Cazenga, em Luanda, são hoje, a partir das 8 horas, submetidos à testagem aleatória em massa, que as autoridades sanitárias levam a cabo, face aos conglomerados de alto risco.

O anúncio foi feito, ontem, pelo secretário de Estado para a Saúde Pública. Franco Mufinda informou que as autoridades sanitárias continuam a intensificar a testagem em massa nas comunidades, com foco nos mercados, grupos de risco e centros de saúde sentinelas. Nestes locais, acrescentou, estão a ser utilizados testes rápidos serológicos.

“Temos uma alta taxa de sensibilidade que nos permite realizar o rastreio mais seguro em determinadas populações. Já vamos no terceiro dia que realizámos testes nos mercados”, precisou. O governante, que interveio na sessão de atualização de dados da Covid-19, lembrou que, ainda ontem, deu-se sequência ao rastreio no bairro Mártires do Kifangondo, entre as ruas 16 e 20, onde foram testadas mil pessoas.

Franco Mufinda informou, por outro lado, que há três caminhos de testes, o primeiro resulta na base de sangue (IGG), que conclui que existe imunidade, ou seja, em alguma vez, a pessoa teve contacto com o vírus que causa a doença da Covid-19. Já o segundo, pode expressar que se está numa fase activa da doença que, gotejando sangue e reagente, há o diagnóstico de IGM.

O terceiro caminho é a fase da transição, passando para activa, tendencialmente da doença para a defesa. Na realização dos testes serológicos, explicou, a pessoa, que expressa a fase activa, deve ser isolada para poder confirmar os resultados finais, recorrendo com a Biologia Molecular, com o uso da zaragatoa.

Para Franco Mufinda, nos três dias dos testes em massa notou-se que 98 por cento das pessoas já expressaram imunidade, esclarecendo que poucos indivíduos estão na fase activa da doença.

### 3.4 Sobas denunciam invasão de garimpeiros

*Jornal de Angola*

14 De Julho de 2020

Texto: Armando Sapalo

As autoridades tradicionais da Comuna do Xá-Cassau, município do Lucapa, Lunda-Norte, denunciaram ontem a existência de elementos afectos a empresas de segurança privada, que introduzem estrangeiros em situação migratória ilegal e pequenos grupos de cidadãos nacionais nas concessões mineiras reservadas às cooperativas, para extracção ilícita de diamantes.

O Soba Rufino Lumanhe disse que os elementos ligados a empresas de segurança privada colocam garimpeiros nas áreas diamantíferas a troco de dinheiro e outras comissões.

As cooperativas diamantíferas seleccionadas pelo Governo para as reservas da Comuna do Xá-Cassau ainda não começaram a desenvolver as suas actividades, pelo facto de aguardarem que lhes sejam restituídos os títulos de exploração, disse o Soba Rufino Lumanhe.

Lembrou que as autoridades tradicionais já apresentaram queixa à esquadra comunal do Xá-Cassau, mas nada foi feito para se desmantelar o grupo de seguranças supostamente ligado ao auxílio do garimpo e à imigração ilegal.

“Apresentamos queixa ao comandante comunal do Xá-Cassau, mas até hoje nada foi feito. Os garimpeiros continuam a invadir as áreas diamantíferas”, afirmou o soba, salientando que o Comando Municipal da Polícia Nacional do Lucapa já foi notificado sobre a invasão de garimpeiros às reservas diamantíferas do Estado.

Para conseguirem “fintar” as autoridades, disse, os garimpeiros fazem o trabalho na calada da noite.

### 3.5 Alfaiates e vendedores de roupa exigem reactivação da indústria têxtil

*Jornal de Angola*

17 De Julho de 2020

Texto: António Eugénio

A foto fala por si. Elas calcorreiam pelas ruas de Luanda e fazem da zunga de máscaras uma alternativa para a sobrevivência.

Qual corrida de estafetas, elas recebem as máscaras das mãos dos artesãos, que as confeccionam. O “testemunho” é transportado até às ruas, onde o negócio flui. A pandemia circula comunitariamente e o “negócio da salvação” ganha corpo, ou seja, produz facturação.

Maria Garcia é uma das vendedoras. Nas suas mãos, estão umas tantas máscaras, como sinal de que a sua actividade anda de vento em pompa. Do mercado “11 de Novembro”, na Sapu, isto no Kilamba Kiaxi, anda de um lado ao outro comerciando máscaras de várias cores.

A sua fonte fornecedora está no Distrito Urbano do Sambizanga. Maria Garcia sobrevive deste negócio desde princípio do ano. Paga por cada máscara 150 Kwanzas e quando não as vende nas imediações do 11 de Novembro, opta pela Baixa da Cidade onde as vende a 250 Kwanzas. E, em caso de encomenda, ela comercializa também as personalizadas cujos custos variam entre 4 e 5 mil Kwanzas.

Ao lado dela, está Carolina Berta. É uma senhora muito dinâmica que luta pela sobrevivência, pois leva o pão à mesa com o dinheiro que amealha desta actividade.

Carolina diz que, nesta fase, a procura subiu bastante e o negócio tem sido rentável. Tal como Carolina e outras companheiras de negócio, elas justificam a rentabilidade enaltecendo a paciência e o sacrifício, como segredo do sucesso.

A procura por tecidos para a confecção é cada vez mais realizada. Há demasiada e o preço começou a ser oneroso.

Entretanto, a performance depende do tecido e da perícia do costureiro, conforme contam Macuenda Zola e Elizabeth Kuenha, que expressaram enorme satisfação pelo sucesso do negócio.

A matéria-prima, explica, é adquirida no mercado local e compensa a investida. Ela frisa que tem várias obras por encomenda e algumas das quais prontas para ser entregues aos clientes nos próximos dias.

Quem solicita quer cada vez mais qualidade e máscaras seguras e bem trabalhadas. Logo, são de opiniões que as indústrias têxteis funcionem de facto, porque a produção de matéria-prima se impõe.

### 3.6 Empresas do sector de café ajudam a formalizar a venda nas ruas de Luanda

*Jornal Expansão*

17 De Julho de 2020

Texto: Victor Panzo

A venda de café nas primeiras horas do dia, tornou-se numa forma de ganhar vida para muitos jovens, que assim levam algum dinheiro para casa. Lídia Cambunga é um caso de sucesso neste negócio, uma empreendedora que trabalhava há anos no mercado “informal” como vendedora de produtos variados na capital e que agora circula pela cidade com o seu termo de café,

Acompanhada da sua filha mais velha, Rosa Cambunga teve há três semanas uma oportunidade e decidiu formalizar o negócio - tornou-se uma dos 100 novos empreendedores que aderiram ao projecto “Ginga Desperta” da Angonabeiro.

Ao formalizar o negócio, Lídia Cambunga e Rosa Cambunga (mãe e filha) receberam um kit de trabalho completo composto por máscara, camisola, colete, copos e garrafa térmica, bem como uma caixa com 16 embalagens de café para comercializar aos clientes, sendo que nesta estação de cacimbo, com mais frio, há muita procura pela bebida quente. Este material é fornecido do sem custos pela entidade promotora, a fim de garantir todas as condições de segurança e qualidade ao consumidor.

Assim, por cada caixa vendida mãe e filha ganham 20 mil Kz, além de outros benefícios - afasta os fiscais e têm uma imagem mais atractiva dos seus produtos. Cada caixa tem 320 saquetas, cada café é vendido a 200 kz, o que significa que por cada 64.000 Kz de vendas, as vendedoras ficam com 20.000, 31,5% da facturação.

Moradoras do bairro “Cala-wenda” no Cazenga, contam que a jornada laboral começa as cinco horas da manhã, enfrentam a escuridão e fazem o percurso a pé até ao centro da cidade.

Empreendedora

A circular pela zona do São Paulo e arredores, Teresa Chilala, que há três anos trabalhava por conta de outrem, decidiu de forma ousada “largar” o antigo



ofício para se dedicar à venda de café instantâneo da marca "Nestlé". O leque de clientes é diversificado, trabalhadores de instituições públicas, empresas privadas, taxistas. e outros cidadãos que circulam pela cidade.

A senhora Chilala admite que vende entre 30 e 40 saquetas de café por dia, antes vendia mais, "mas como aumentou o número de vendedores na rua a facturação reduziu um pouco. O rendimento é variável depende da proactividade de cada um e da zona onde é comercializada. A bebida é consumida logo pela manhã", acrescentou Chilala.

Outro exemplo de empreendedorismo é o do jovem Dambito Kassua, de 16 anos de idade, que há cinco semanas exerce a sua primeira experiência no mercado de trabalho. Vende o café da marca "Nestlé" e o material foi adquirido no mercado Kicolo. Para tal, investiu 15 mil Kz para a aquisição do kit completo, que compreende um colete, copos, garrafa térmica, bem como uma caixa de Nescafé com 24 pacotes.

Crispino Calufele vende o seu café no largo dos ministérios, zona do Maculusso e à porta da maternidade Lucrécia Paím. Conta que este trabalho é muito cansativo porque anda muito a pé. Nos dias bons, leva para casa um valor acima dos 8.000 Kz. "Este negócio já alivia o sofrimento de muita gente uma vez que o emprego está difícil", diz-o-nos, acrescentando que com o que factura na venda do café consegue sustentar à família.

De acordo com o director de intercâmbio da "Nestlé Angola", a empresa foi a primeira a desenvolver este tipo de negócio, venda de café instantâneo nas ruas de Luanda a fim de contribuir para a redução do desemprego. "A Nestlé Angola iniciou o projecto "Myowbu"(o meu próprio negócio) que incentiva as pessoas a obter independência financeira ao tornarem-se auto empreendedores ou operadores independentes", explica Graça Júnior.

Na conversa com os vendedores percebe-se que s jovens pretendem inscrever-se no Instituto de Nacional de Segurança Social (INSS), fazer as suas contribuições a fim de garantir uma pensão de reforma no futuro. No entanto não sabem como devem fazer, nem onde se dirigir, Numa altura em que o País se preocupa com os altos índices de desemprego e emprego informal, a formalização destas actividades que enchem diariamente o quotidiano da cidade de Luanda é um enorme desafio. A venda do café na rua é um exemplo deste caminho entre o Estado e os privados para a formalização.

### 3.7 Luandenses agastados com alteração de horário para circulação de táxis

*Novo Jornal*

*17 De Julho de 2020*

Cidadãos de Luanda manifestam-se insatisfeitos devido à alteração dos horários de circulação dos táxis, vulgo «candongueiros», fruto da decisão decretada a 9 de Julho pelo Estado angolano, por conta do agravamento das medidas ligadas à Situação de Calamidade, face à Covid-19.

Em virtude disso, os táxis foram obrigados a não ter lotação superior a 50% da sua capacidade. O Executivo definiu, igualmente, que estes serviços apenas devem funcionar das 5 às 18 horas, situação que tem criado enorme caos em várias artérias da capital do país, no início da manhã e final da tarde.

O Novo Jornal realizou ronda de constatação nalgumas rotas de táxi da cidade, como são os casos do São Paulo, 1.0 de Maio, Largo das Escolas e Congolezes, onde os cidadãos interpelados pela nossa equipa disseram estar conscientes das graves consequências da Covid-19, mas solicitam que as autoridades revejam o período de circulação dos transportes públicos, dado que parte significativa da classe trabalhadora reside em pontos distantes do local de serviço.

Uma cidadã que se identificou apenas pelo nome de Sofia, que em companhia de outras pessoas lutava para conseguir um «candongueiro» na paragem do Largo das Escolas, enquanto o relógio marcava menos 30 minutos para as 17 horas, contou o drama vivido por ela. "Vivo em Viana e trabalho no centro da cidade. Algumas vezes, eu e outras pessoas-já andámos a pé até à Shoprite do Palanca, porque todos os táxis chegavam lotados", desabafou.

A funcionária do sector privado sublinhou que, nos últimos tempos, as enchentes nas paragens passou a ser o «pão nosso de cada dia» ou pesadelo das pessoas que dependem dos táxis ou transportes públicos para sair e regressar às suas casas, como é o seu caso. Segundo a jovem de aproximadamente 25 anos, devido ao actual quadro, já se viu obrigada, com todos os riscos possíveis, a pedir boleia a desconhecidos, só para chegar à residência.

Na zona do São Paulo, por exemplo, o NJ observou um enorme cordão de pessoas à espera de autocarros com capacidade para 45 lugares, mas que, por conta da decisão das autoridades, só podem levar até 22 passageiros. Entre os empurrões da fila, Pascoal de Jesus desabafa: "Por favor, até temos noção de que a

Covid-19 vem alastrando-se a cada dia, mas que velem pela nossa situação e recuem com a medida da lotação dos táxis a 50%. Nós, que não temos carros próprios, estamos a sofrer e a gastar muito dinheiro", desabafa.

O Executivo, para estancar a disseminação do novo coronavírus, com mais de 500 casos confirmados e acima de 20 mortes no País, agravou algumas medidas de segurança.

Para os táxis, o novo decreto recuou nas medidas anteriores, que previa uma lotação nos transportes públicos de até 75% na taxa de lotação, voltando para 50%.

DULCINEIA LUFUA

### 3.8 Imposto vai ser pago de Janeiro a Junho

*Jornal de Angola*  
20 De Julho de 2020

O imposto sobre os veículos motorizados vai ser pago no período de Janeiro a Junho de cada ano, reportando-se ao exercício anterior, segundo a Lei 24/20, de 13 de Junho, Lei do Imposto sobre os Veículos Motorizados.

A nova Lei, aprovada pela Assembleia Nacional, em Junho último, e publicada em Diário da República no passado dia 13, entra em vigor no próximo mês.

O diploma, que eleva a taxa de circulação à categoria de imposto, determina valores fixos, que, entretanto, podem ser ajustados na Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado.

Com o diploma, o Estado passa, também, a tributar as aeronaves e embarcações.

Para os motociclos, ciclomotores, triciclos, quadriciclos e veículos ligeiros e pesados foram fixados valores que variam entre 1.850 a 15.350 kwanzas por ano. Para as embarcações, os valores variam entre 250 mil kwanzas e 5.052.556 kwanzas.

Já para as aeronaves, os valores variam entre 500 mil kwanzas e 5.146.684 kwanzas. O valor a pagar é determinado tendo em conta a cilindrada do motor, para os automóveis ligeiros, ciclomotores, motociclos, triciclos e quadriciclos, e a tonelagem para os pesados.

O peso máximo autorizado à descolagem, para as aeronaves, a tonelagem de arqueação bruta, para as embarcações e o ano de fabrico.

Ficam isentos do pagamento do imposto sobre os veículos automóveis o Estado, as Autarquias Locais, os Institutos Públicos, partidos políticos, missões diplomáticas e consulares, quando haja reciprocidade e organizações internacionais.

O diploma determina que nenhum acto de registo ou licenciamento sobre veículos motorizados pode ser praticado pelas entidades competentes sem que o interessado prove o pagamento do imposto devido.

### 3.9 Permanecem as aglomerações nas paragens de táxi em Luanda

*Jornal de Angola*  
29 De Julho de 2020  
Texto: Edivaldo Cristóvão

Apesar do alargamento do horário dos serviços de transportes públicos, continuam visíveis aglomerações nas paragens de táxi em Luanda.

A nossa reportagem passou pelas principais ruas da capital e constatou que o cenário não mudou, depois da entrada em vigor, segunda-feira, do novo horário dos transportes públicos, no âmbito das medidas de prevenção e combate à pandemia da Covid-19. Foi possível constatar que, até ontem, os 329 novos autocarros anunciados, recentemente, pela governadora de Luanda, Joana Lina, ainda não estão em circulação.

Joana Lina garantiu que nos próximos dias vão ser definidas 11 rotas para facilitar a movimentação das pessoas, reduzir as enchentes nas paragens e, consequentemente, o risco de contágio da Covid-19.

A governadora de Luanda anunciou que as medidas estão a ser tomadas em conjunto com vários departamentos, nomeadamente, o Ministério dos Transportes, estruturas provinciais e municipais de tráfego e mobilidade, Polícia Nacional e as oito operadoras de transporte colectivo urbano que ganharam o concurso público.

Considerou que o alargamento dos horários dos transportes públicos vai mitigar as dificuldades que os utentes têm enfrentado nos últimos dias, durante esse período da pandemia. O taxista João Bravo aplaudiu a medida do Executivo no que concerne ao alargamento dos horários dos transportes públicos nesta fase da pandemia. Disse que o horário que vigorava até domingo e a limitação dos passageiros no interior das viaturas têm dificultado muitos cidadãos que dependem dos serviços de táxi.

“O mais grave é que há patrões que não aceitaram baixar a fasquia. No meu caso, tenho que entregar diariamente 15 mil kwanzas ao patrão, outros entregam 25 mil kwanzas. Em consequência disso, todo o dinheiro que fazíamos ia para o dono da viatura”, lamentou. João Bravo tem mulher e filhos. Com o alargamento do horário afirma que pode fazer, diariamente, 35 mil kwanzas. Com este valor já consegue levar alguma coisa para casa. O taxista garantiu que na sua viatura os passageiros têm cumprido com as medidas de protecção, a lotação baixou para oito ocupantes, incluindo o motorista.

Realçou que todos os passageiros são obrigados a usar a máscara e desinfetar as mãos com álcool gel antes de entrar na viatura, para evitar a propagação da Covid-19. João Bravo é taxista há mais de cinco anos. Começa a trabalhar às 5h00 e geralmente faz o percurso Congolenses/Mutamba/Zamba II. André Futu, taxista que faz a rota Congolenses/Maianga, disse que a mudança de horário lhe é indiferente, porque geralmente larga o trabalho às 17h30.

#### Passageiros agastados

Vanda Lourdes saiu do Zango às 9h30 para ir trabalhar nas imediações da Ponte do 25, na zona de Viana, em Luanda. Preferiu apanhar “um carro qualquer” para chegar mais cedo e “evitar a confusão” nas paragens, tendo desembolsado 300 kwanzas.

“Hoje a viagem foi mais calma. Pela hora que saí de casa não encontrei muitos obstáculos, mas quando ando de ‘azul e branco’ é um grande problema, devido às enchentes nas paragens”, disse Vanda Lourdes.

Márcia Carina lamentou o facto de os taxistas continuarem a fazer linhas curtas, mesmo com o alargamento do horário. Ontem saiu da Centralidade do Kilamba ao Golfe II e teve de pagar 150 kwanzas até ao Camama. Daí tomou outra viatura até ao destino, tendo pago mais 150 kwanzas.

Márcia Carina afirma que apesar do alargamento do horário, ainda há muitas dificuldades em andar de táxi, nesta fase da pandemia. “As linhas são curtas e as paragens têm estado sempre abarrotadas. Saímos cedo de casa, mas chegamos tarde ao serviço. O pior cenário acontece no regresso a casa”, desabafou.

### 3.10 Mercados rurais em Mucaba movimentam toneladas de produtos agrícolas

*Jornal de Angola*

*31 De Julho de 2020*

*Texto: Joaquim Júnior*

Vários mercados rurais, no município de Mucaba, oferecem aos munícipes e aos visitantes, uma variedade de produtos desde o campo ao industrializados e oportunidades de trocas comerciais entre regiões.

As esteiras são produtos procurados, sobretudo, por pessoas que organizam pequenos casebres ou jangos em alguns pontos turísticos das zonas urbanas, além de uso doméstico para dormitório.

Na Quinta-feira, outro mercado que agita a concorrência dos transeuntes é o mercado do Quimini. Este pertence ao território do Bungo, mas situado ao longo da estrada que liga a sede capital da província ao Mucaba, concretamente no começo da Cerra de Mucaba. Naquele mercado oferece aos comerciantes o carvão vegetal como principal produto. “Vendemos o saco de carvão vegetal entre 2000 a 2.500 Kwanzas dependendo da concorrência e da quantidade do produto na praça”, disse Catarina Pedro, da localidade de Mulamba, fabricante e vendedora dos produtos extraídos no interior da floresta que circunda os limites entre os municípios do Bungo e Mucaba.

Ainda no mercado das Quintas-feiras de todas as semanas, movimentam o comércio no município, os mercados da sede municipal de Mucaba e na aldeia Mussenga e Quimixone. Estes dois partilham um mercado geminado e no mesmo dia que proporcionam como principais produtos, a banana, abacate, bombó, feijão, jinguba, o jinzombe, a macaxiquila (folhas de feijão) e a mitekwa.

Na comunal do Wando-Mucaba, 42 quilómetros da sede municipal, as trocas comerciais acontecem a Sextas-feira. A carne de caça, o bombó, subproduto da mandioca, as frutas como tangerinas e limões são as principais cadeias de produtos mais comercializados naquela comunidade.

## Kinguilas

Quem realiza negócios naqueles mercados, sobretudo aqueles que adquirem banana em grandes quantidades que têm como destino às províncias de Cuanza Norte e Malanje, madrugam as 4 horas para ficar nas chamadas kinguilas (locais de espera). Nas kinguilas, os produtos são prontamente ocupados pelos compradores antes que os mesmos cheguem aos mercados.

Por exemplo, Massanga António, compra banana em toneladas transportada através de carrinhas alugadas. Ela revela que a região de Mucaba tem forte potencial em produção da fruta da banana e uma região forte em comércio. Com experiência de quase seis anos a circular nos mercados daquela municipalidade, reconhece os benefícios que as trocas comerciais proporcionam.

## Incentivo ao comércio

Recentemente, a Administração Municipal atendeu 20 vendedoras ambulantes do mercado municipal, com bens alimentares para reforçar os seus negócios, no âmbito do apoio às famílias mais vulneráveis e do fomento ao empreendedorismo feminino. Dos meios entregues, constaram sacos de açúcar, sabão, farinha de trigo e óleo alimentar.

## Construção de mercados

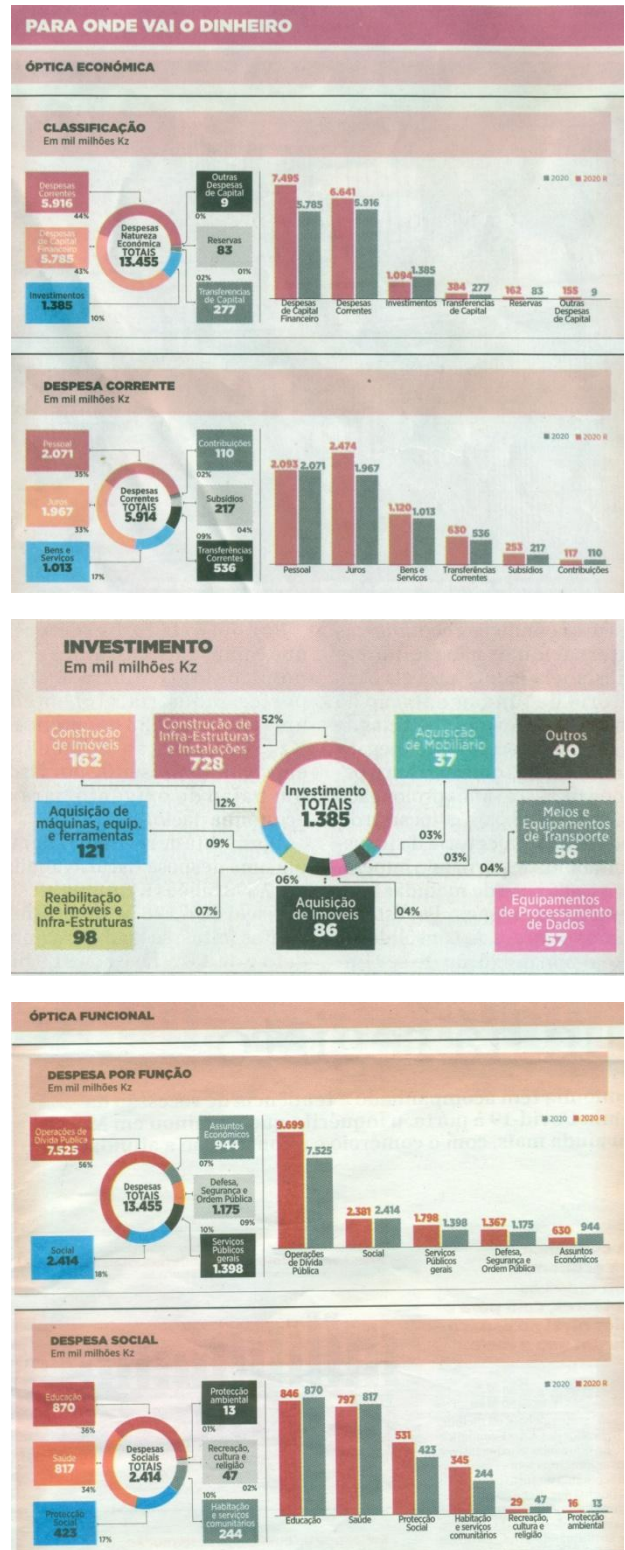
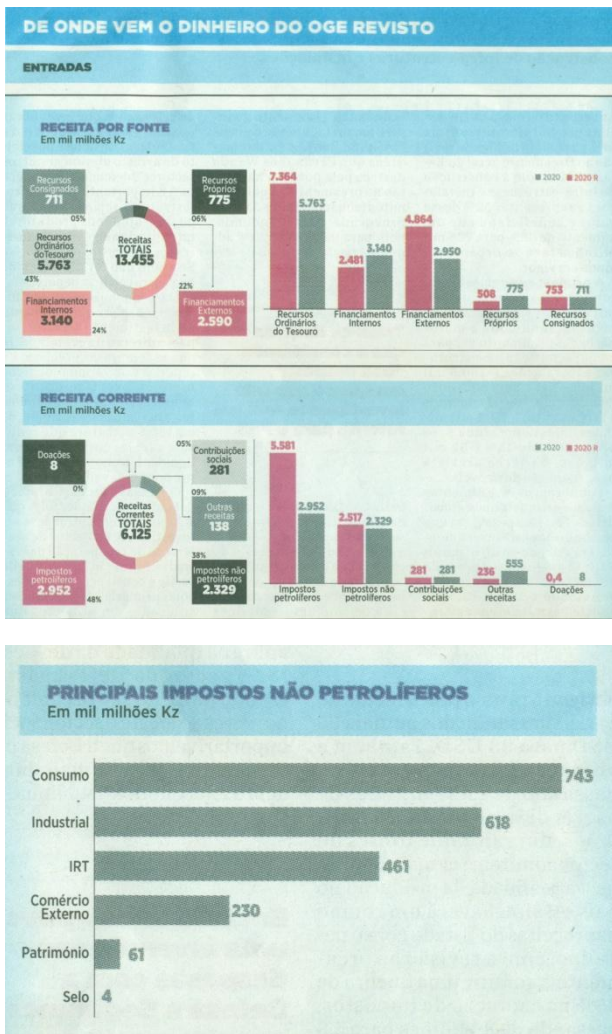
Para melhorar o ambiente de negócios, a Administração Municipal está a construir um novo mercado na localidade do Quidila, no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, a par de outros cinco mercados já construídos de raiz, nos anos anteriores, na sede Municipal e nas localidades de Caondo, Mussenga, Quimuxona e na Comuna do Wando, que geram grande fluxo de vendas e auxiliam no fomento da economia rural.

# 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

## 4.1 As receitas e despesas do orçamento

*Jornal Expansão*  
10 De Julho de 2020...

Estes são os grandes números da revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020. Entre cortes e mais cortes na despesa e na receita, a revisão resulta do agravamento da situação macroeconómica do país devido, sobretudo, à descida do preço do barril de petróleo. Pela primeira vez, as receitas petrolíferas valem menos de 50% do total da receita fiscal.





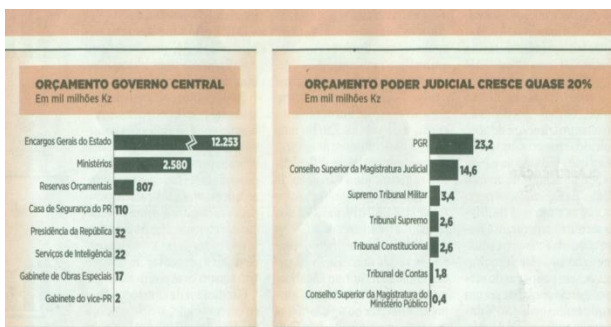
## 4.2 Estado volta a gastar mais com o sector social ' do que com juros da 'vida pública

*Jornal Expansão*

10 De Julho de 2020

Texto: Joaquim José Reis

O valor dos juros a pagar pela dívida pública este ano baixou 20,5% na proposta de revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020, contribuindo para que o valor a pagar pelos juros volte a ser inferior aos gastos públicos com todo o sector social, de acordo com cálculos do Expansão.



No início do ano, quando entrou em vigor o OGE 2020, foi a primeira vez na história de Angola em que as despesas com juros sobre a dívida ultrapassavam as de toda a despesa do Estado no sector social, que engloba áreas como a saúde, educação, protecção social e habitação. Em consequência da subida, nos últimos anos, do endividamento público para financiar os orçamentos do Estado, de forma a compensar a quebra de receitas com o petróleo, o pagamento de juros em 2020 apontava a históricos 2,474 biliões Kz. Com a revisão ao documento, que contempla uma quebra de 15% para 13,5 biliões Kz nas despesas e receitas totais face às previstas no orçamento ainda em vigor, os custos dos juros da dívida caem para 1,967 biliões.

Esta queda na despesa resulta, essencialmente, do acordo com a China, que aceitou a suspensão dos pagamentos de juros e amortizações da dívida angolana. Segundo a proposta de revisão do orçamento os gastos com amortizações diminuí em 23% para 5,6 biliões Kz, o que se traduz num alívio importante aos cofres públicos, pelo menos no imediato. "Deixa-me preocupado saber que Angola teve que pedir uma moratória. Isso significa que nos próximos OGEs o aperto poderá ser maior. Mais do que saudar essa moratória, preocupa-me não saber até hoje quem foram os reais beneficiários e qual foi o destino dado aos empréstimos que geraram essa dívida", sublinha Fernandes Wanda, investigador da Universidade Agostinho Neto.

Ainda assim, e apesar da queda das necessidades de capital para pagar juros e amortizações da dívida externa, a sustentabilidade da dívida angolana continua a ser uma dor de cabeça para o Executivo, já que o mercado de petróleo enfrenta ainda elevados níveis de incerteza, o que obrigou a rever o preço médio do barril, passando dos actuais 55 USD para 33 USD. Também a produção foi revista em baixa, passando de 1,437 milhões de barris diários para 1,284 milhões, um valor que fontes do sector admitem ser mais realista face à realidade da produção no país. Assim, haverá um rombo nas receitas do Estado com o petróleo, com a revisão ao orçamento a admitir uma quebra de 35% na captação de impostos, passando de 8,1 biliões para 5,3 biliões. Esta quebra resulta, essencialmente, do rombo nos impostos petrolíferos, que deverão cair 47% para perto de 3 biliões.

Segundo o relatório de fundamentação, a dívida pública atingiu os 113% do PIE em 2019 e poderá ascender aos 123% em 2020 "caso as condições económicas internacionais não melhorem substancialmente", revela o relatório de fundamentação da proposta de revisão. "As taxas de crescimento económicas negativas sucessivas que marcam o período recessivo mais prolongado da história do país, colocam a dívida numa trajectória de insustentabilidade, tornando imperativo a adopção de medidas para reverter a tendência. Por esta razão, os esforços de consolidação fiscal não deixarão de ser imprescindíveis para o Governo", acrescenta. Para o economista Wilson Chimoco, o facto de o Governo "começar a admitir que a dívida pública já está em níveis de insustentabilidade é positivo" porque pode "começar a ser mais assertivo na gestão das finanças do Estado".

Corta na Protecção Social e aumenta na Defesa

Apesar de as despesas com o sector social também sofrerem um corte, de 6% (-150 mil milhões Kz), no que toca à Educação e à Saúde há um reforço das verbas.

Para a Educação há um aumento de 3% (24 mil milhões) face ao OGE ainda em vigor, e para a Saúde 2% (20 mil milhões). Dentro do Sector Social foram penalizados a Protecção Social, com uma redução de 20% do seu orçamento (-108 mil milhões Kz) e a Habitação e Serviços comunitários com menos 29% alocados (-101 mil milhões).

Se os polícias (Segurança e Ordem Pública) vão receber menos 11% de verbas, a Defesa regista um aumento de 9%, equivalente a mais 46 mil milhões Kz, o que para Wilson Chimoco é sensurável. "Realocar as despesas com predominância para

sectores que não sejam o Social e o Económico, parece-me ser um desrespeito, até para os próprios credores, internos e externos, sendo que este acto pode pesar em próximas renegociações", refere.

Desde que João Lourenço assumiu QS destinos do País, houve uma inversão nas despesas dos OGE com a Defesa e Segurança, que passaram a receber menos verbas que a Educação e Saúde (ver página 4). Fernandes Wanda elogia essa tendência e defende que, ainda assim, é necessário apurar a qualidade da despesa:

"Se o sector da Defesa gastar grande parte do seu orçamento no mercado local e o sector Social importar, vemos que a Defesa poderá ter um impacto mais duradouro na economia", sublinha.

Por outro lado, os sectores que compõem os assuntos económicos (agricultura, transportes, indústria, etc) obtém um reforço de 233 mil milhões Kz (+33%) face ao orçamento em vigor. Representa, por isso, um balão de oxigénio para a economia nacional.

A proposta de revisão contempla uma despesa fiscal avaliada em 7,393 biliões Kz, e uma receita fiscal de 6,125 biliões o que, contas feitas, se traduzirá num défice de 4,0% face aos 31,9 biliões Kz do Produto Interno Bruto (PIE), equivalente a 1,268 biliões. Isto, depois de nos últimos dois anos o orçamento ter gerado superávits.

As novas projecções apontam para uma contracção do PIE real na ordem de 3,6% em 2020, que contrasta com a expansão de 1,8% previsto no OGE 2020. O PIE do sector dos hidrocarbonetos (petrolífero e gás) deverá contrair em 7,0%, enquanto a taxa de crescimento média projectada para o sector não petrolífero será de 2,1%. A revisão aponta ainda para uma inflação de 25%.

#### 4.3 PR aproveita revisão do OGE 2020 para reforçar áreas sociais... e a presidência

*Novo Jornal*

*10 De Julho de 2020*

*Texto: Sandra Bernardo*

Na nova versão do OGE 2020, o Ministério da Justiça, que em 2019 teve uma dotação de 38,5 mil milhões de kwanzas, irá dispor de 54,9 mil milhões, mais 9,7 mil milhões do que o previsto na primeira versão (45,2 mil milhões), mas a rubrica "Massificação do Registo Civil e atribuição de Bilhete de Identidade" sofre um corte de quase mil milhões

em relação à primeira versão do Orçamento, voltando a valores semelhantes aos atribuídos em 2019.

Resta saber se, com os 995,1 milhões atribuídos nesta revisão do OGE 2020, o Governo vai conseguir pôr em marcha a campanha massiva de registo civil prometida em Outubro de 2019 por Francisco Queirós. Na altura, durante a 5.ª Conferência Africana dos Ministros responsáveis pelo Registo de Nascimento e Estatísticas Vitais, realizada em Lusaka, Queirós assegurou que essa campanha iria abranger 12 milhões de cidadãos até ao fim da presente legislatura.

Também as novas rubricas "Encargos com centros de observação de menores" e "Encargos com centros de semi-internamento de menores" sofreram ajustes, com a retirada, respectivamente, de 5,8 milhões, no primeiro caso (de 18,2 para 12,4 milhões), e de 19,2 milhões (de 34,3 para 15,1 milhões) no segundo. A introdução destas rubricas é, no entanto, uma novidade trazida pelo OGE deste ano.

Outra das novidades deste OGE 2020 revisto é a introdução da rubrica "Encargos com a comissão das vítimas dos conflitos políticos", que vai custar aos cofres do Estado 20,9 mil milhões de kwanzas. Entre as iniciativas previstas pelo Governo, no âmbito destes encargos, está a construção, ainda este ano, de um memorial nacional na zona infra-estruturada da encosta da Boavista, em Luanda.

Para a reforma e modernização da administração da Justiça, estão previstos 30,9 mil milhões de kwanzas.

#### Saúde e Educação menos pobres

A nova versão do OGE 2020, cuja aprovação final compete à Assembleia Nacional, e que tem como linha mestra o valor das receitas serem equivalentes às despesas, ou seja, 13,5 biliões de kwanzas, prevê ainda uma dotação de 182, 2 mil milhões para a Saúde, o que representa um reforço de 57,5 mil milhões em relação à anterior versão, que destinava a verba de 124,7 para o ministério. E, se tivermos em conta o Orçamento de 2019 (117, 9 mil milhões), o aumento é ainda maior.

Também a Educação é reforçada nesta versão com pouco mais de 5,7 mil milhões, se calcularmos a diferença entre os 71, 4 mil milhões inscritos na versão antes dos ajustamentos e os 77,4 mil milhões assentados no OGE revisto.

Mas, a grande diferença estabelecida pelo Governo na versão que há de ir à aprovação do Parlamento tem a ver com a introdução de uma verba destinada

ao ensino pré-escolar", que terá uma dotação de 462,8 milhões de kwanzas.

Também no que respeita ao ensino primário, que fica com uma fatia de 37.2 mil milhões, há um fortíssimo incremento em relação aos documentos de anos anteriores. Em comparação com o de 2019, por exemplo, em que eram apenas destinados 3,1 mil milhões, a diferença é de 12 vezes mais.

Com este OGE, o Governo faz também uma forte aposta no ensino profissional, dotando o Ministério da Educação com 10,2 mil milhões para tal.

OGE revisto entrega à Presidência mais 6,7 mil milhões

O OGE revisto, entregue na Assembleia Nacional na passada sexta-feira, 3, retira 2,3 biliões à versão inicial do OGE e entrega à Presidência mais 6,7 mil milhões, passando este órgão a ser dotado com 31,9 mil milhões contra os 25,1 mil milhões inicialmente previstos.

Como avançou, na quarta-feira, o Novo Jornal na sua edição online, o documento prevê uma dotação de 3,3 mil milhões de kwanzas para a reabilitação do edifício da casa protocolar B e respectiva adaptação para o Centro Clínico Dentário da Presidência da República.

A reabilitação e a transformação deste edifício estão inscritas no Programa de Investimentos Públicos (PIP) e têm uma dotação orçamental de 3,3 mil milhões de kwanzas, o equivalente a 5 milhões de dólares norte-americanos.

Este Centro Clínico Dentário da Presidência da República não estava inscrito no Orçamento Geral do Estado 2020 antes da revisão.

A versão revista do OGE 2020 surge como resultado do ajustamento do valor do barril para 33 USO, o que levou a uma redução deste montante que era inicialmente de mais de 15,9 biliões, quando o barril tinha como valor de referência os 55 USO.

A necessidade de revisão foi considerada pelo Executivo uma "medida essencial para ajustar as decisões de despesa e projecções de receita às condicionantes impostas pelo actual contexto económico mundial e nacional, caracterizado pelo forte impacto negativo da pandemia causada pela Covid-19", segundo um comunicado divulgado no final da reunião do Conselho de Ministros, que apreciou a proposta.



#### 4.4 Proposta de revisão do OGE mantém compromisso de pagar credores

*Jornal de Angola*

*10 De Julho de 2020*

*Texto: Cristóvão Neto*

Um dos principais traços da Proposta de Revisão do Orçamento Geral do Estado de 2020 é a manutenção, no documento, da noção de Angola como nação solvente, um conceito que mede a capacidade dos países observarem compromissos soberanos como é a dívida.

Isso mesmo foi declarado pelo docente universitário Rui Malaquias que, ao analisar para este jornal as variáveis da proposta de revisão apontou, como prova, o facto de, apesar de haver uma redução de 15,7 por cento face às receitas e despesas do OGE inicial, a alocação da receita para pagamento da dívida pública foi reduzida apenas em 4,7 por cento.

Rui Malaquias nota que, de 60,7 por cento da receita do OGE 2020, o volume alocado ao pagamento da dívida é de 56 por cento na Proposta de Revisão do OGE 2020, um valor que denota uma redução menor do que a do percentual das receitas e “mantém a determinação do Governo em honrar os compromissos com os seus credores”.

De acordo com o economista, a Proposta de Revisão representa, também, “um esforço visível” para projectar o crescimento, por elevar as despesas de capital em 9,33 por cento do total, em gastos que se destinam “ao reforço das infra-estruturas para suporte da produção nacional e desenvolvimento empresarial no território nacional”.

Adverte que não se pode falar, nesta fase, em vitalidade económica, mas num esforço de recuperação e inversão do quadro económico, pois, em fase de perda de crescimento, com poucos sinais de vitalidade, deve-se falar em subsistência”. Por isso é que o Estado mantém crescente a intenção de investir em despesas de capital e honrar os compromissos com os credores mesmo, neste momento difícil, explicou a fonte.

Adiar a consolidação fiscal

“Missão impossível”: é assim que, segundo Rui Malaquias, a revisão orçamental trata a questão da cobertura do défice, algo que não se coloca exclusivamente em relação a Angola, mas constitui a abordagem dos governos de todo o mundo, onde se espera uma recessão superior a 8,00 por cento este ano.

“As metas de défice nulo e a consolidação fiscal exemplar são compreensivelmente entendidas como não alcançáveis”, declarou. Na Proposta de Revisão do OGE levada pelo Governo ao Parlamento, adiantou, “a consolidação fiscal é posta de parte devido ao aumento extraordinário da despesa pública, causado pelos esforços de contenção da propagação da pandemia da Covid-19, bem como à redução das receitas fiscais petrolíferas e não petrolíferas decorrente da desaceleração económica registada”.

Pelo que o excedente fiscal de 1,2 por cento do Produto Interno Bruto esperado no OGE 2020, dá lugar a um défice orçamental de 4,00 por cento no OGE 2020 revisto, disse, insistindo em que a consolidação fiscal “deixa de existir, porque a despesa teve de crescer de forma extraordinária e a receita reduziu drasticamente”.

Assistencialismo público

Rui Malaquias prevê, à luz das variáveis propostas pela revisão, a emergência de um assistencialismo amparado pelo volume despesas de 40 por cento do total dedicado pelo Orçamento ao sector social. “O sector social absorve mais de 40 por cento das despesas totais, vindo largamente à frente de todos outros sectores, apesar de ter uma redução de 5,9 por cento relativamente ao OGE inicial, o que significa que apesar do momento difícil, o Estado teve o cuidado de não deixar de afectar receitas ao Estado social mais do que aos outros sectores”, afirmou o economista ao falar sobre as expectativas do impacto da revisão orçamental sobre a economia nacional.

#### 4.5 Taxa de câmbio e stock da dívida em dólares

*Jornal de Angola*

*9 De Julho de 2020*

*Texto: Mateus Cavumbo*

Economistas notam, na proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), a omissão deliberada da taxa de câmbio programada e o stock da dívida pública em dólares, o que não permite medir, com um mínimo de certeza, a profundidade da redução da produção e oferta de bens e serviços, assim como do verdadeiro peso da dívida pública sobre o Produto Interno Bruto (PIB).

Por um lado, a desvalorização do kwanza permite garantir níveis de Reservas Internacionais Líquidas (RIL) suficientes para honrar os compromissos externos e, por outro, tem impacto negativo sobre as despesas com amortização e juros da dívida indexada

e denominada em moeda externa, segundo o economista António Estote.

Ouvido pelo Jornal de Angola, António Estote, que fez um estudo pormenorizado sobre os indicadores constantes na proposta orçamental, disse que a nível da questão da macro-programação, apesar de o OGE revisto fazer referência ao Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, do ponto de vista prático não parece que concretize tal plano, porque, pela natureza anual do OGE, não deve replicar as intenções da estratégia 2025 ou do PDN 2018-2022, mas desdobrá-las em objectivos e metas concretas.

Contrariamente ao esperado, o OGE revisto é mais abstracto que o Programa de Governo 2017-2022 e o PDN 2018-2022, sendo instrumentos de programação de médio e longo prazo. De acordo com o também docente universitário, do ponto de vista ideológico, o partido que sustenta o Executivo apresenta-se como social-democrata.

“Como atender as questões sociais que exigem um aumento dos gastos públicos em bens e serviços não reprodutivos, quando se exige maior disciplina nas despesas públicas, quer no âmbito da luta contra corrupção, quer pela situação económica nacional”, questiona António Estote, para quem o momento actual é caracterizado pelo elevado nível de endividamento, redução persistente da produção de bens e serviços (medida pelo PIB), aumento do número de falências, aumento da capacidade ociosa e redução drástica do investimento e, por conseguinte, aumento do desemprego, redução do rendimento das famílias e do lucro.

As novas variáveis

Em relação à comparação entre as duas previsões do OGE inicial e revisto, mede-se apenas a capacidade preditiva do Executivo, já que as alterações permanentes dos orçamentos prendem-se com duas razões fundamentais: a fraca capacidade de previsão das instituições nacionais e excessiva confiança nas previsões dos organismos internacionais.

Sobre a fraca capacidade de previsão, António Estote verificou correcções a nível da produção de diamantes na ordem de dois milhões de quilates (de 10 milhões de quilates no OGE-2020) para oito milhões no OGE-2020 revisto e correcção na produção anual de petróleo em 57 milhões de barris (de 525 milhões no OGE-2020) para 468 milhões no OGE-2020 revisto.

“O Ministério das Finanças, para as projecções do preço do barril de petróleo, utiliza a fórmula do FMI subtraindo uma margem, cujo critério para a sua

determinação desconhecemos, ou seja, o FMI prevê um preço médio de 35 dólares e o OGE-2020 foi elaborado com base a 33 dólares por barril”, disse.

António Estote faz comparação do OGE-2020 com a execução de 2019, tendo verificado que a insustentabilidade das finanças públicas continua a aprofundar-se, uma vez que as receitas reduzem em 6,00 por cento e as despesas aumentam para 15 por cento, continuando Angola a recorrer a financiamento para sustentar as suas despesas, num momento em que a dívida atinge nível superior a 100 por cento do PIB.

Alívio da dívida chinesa

Uma boa notícia para esta revisão do orçamento é o alívio da dívida anunciado pela China, que vai permitir ao Governo angolano libertar alguns recursos, para acudir outras iniciativas de cariz urgente, considera o economista Samora Quitumba. “O OGE 2020 revisto é de facto o possível: transcorridos quase sete meses de efectiva execução orçamental, a revisão em questão irá impactar apenas nos próximos cinco meses”, sustenta Samora Quitumba, para quem a proposta apresentada está alinhada com a tendência mundial, uma vez que o país terá, provavelmente, recessão económica, pois “não poderia ser diferente”.

As disponibilidades serão maioritariamente para o sector social, com predominância para o combate à Covid-19, o funcionamento das instituições e o pagamento de salários. Em termos de investimento, apenas as obras em curso e com linhas de financiamento garantidas serão privilegiadas e o PIIM também estará assegurado pelo facto de os recursos serem provenientes do Fundo Soberano.

Contração económica

Já a docente e mestre em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, Euriteca André, a proposta do OGE revisto aponta para uma contração da actividade económica de 3,6 por cento em 2020, situando-se em sentido oposto a expansão de 1,8 por cento prevista no OGE 2020 inicial. No documento, verifica-se, na sua opinião, uma perspectiva pessimista quando comparada com o orçamento inicial em importantes agregados económicos como o PIB, endividamento público, taxas de juro e a e câmbio.

Uma das principais alterações é a redução do peso da despesa financeira no orçamento de quatro pontos percentuais, de 60 a 56 por cento, resultante de processos de negociação das dívidas com os credores, o que dá lugar a uma folga que pode ser aplicada para

o apoio do sector privado produtivo. A redução significativa da receita perolífera foi uma das principais causas para a proposta de redução das receitas totais em cerca de 29 por cento em relação ao OGE 2020 inicial.

“Torna-se impreterível uma gestão mais eficiente das despesas públicas para dar resposta a menor arrecadação de receitas, menores importações e maiores consumos”, sugere Euriteca André. A também bancária diz que a revisão do OGE visa o alinhamento da conjuntura actual com a alteração dos pressupostos económicos, com destaque para a redução do preço do barril de petróleo e as despesas públicas para fazer face à pandemia de Covid-19, tendo considerado que, na economia mundial, assisteu-se a uma desaceleração do crescimento.

A desaceleração da actividade económica contribuirá para um défice fiscal na ordem de 4,00 por cento, que deverá ser financiado por receitas patrimoniais e por endividamento tanto interno como externo. A dívida pública do país deverá registar um aumento de 113 para 123 por cento do PIB. No seu entender, as despesas públicas e isenções fiscais deverão aumentar, resultantes das medidas de combate à Covid-19, pois, torna-se indispensável a monitorização da evolução dessas despesas.

O Sistema Nacional de Saúde passou a beneficiar de um maior apoio financeiro, com as medidas de combate à pandemia. A despesa com a Saúde registou um crescimento orçamental de 2,4 por cento em relação ao OGE 2020 inicial que corresponde a 6,1 por cento da despesa total. Não obstante a redução das receitas previstas decorrente da degradação das condições económicas, a despesa com a Educação regista um aumento de 2,9 por cento comparativamente ao orçamento inicial, sendo que absorverá 6,5 por cento da despesa total.

Com a institucionalização das Autarquias Locais, prevê-se a desconcentração financeira a nível da execução orçamental e a redução da dependência dos órgãos centrais com as respectivas responsabilizações. Euriteca André considera que, para que a revisão orçamental seja executada com eficácia, deve-se assegurar o bom funcionamento a nível operacional e uma fiscalização rigorosa.

#### Receitas

O Jornal de Angola ouviu Manuel João Quindai, docente universitário e consultor em Contabilidade e Gestão de Empresas, membro de pleno direito no Executivo da World Economic Fórum- WEF (Fórum Económico Mundial), com sede em Cologny (Suíça).

O professor, que também é membro da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola, diz que não é um OGE revisto possível, mas, momentâneo, porque a revisão deveu-se a vários factores, entre os quais a crise do preço do Brent que, no espaço de três meses consecutivos, deixou economias do em iminente colapso, tendo criado “desespero” aos governos e investidores.

Os factores negativos foram provocados pelo surgimento da Covid-19, deixando Angola numa situação mais difícil. O OGE revisto apresenta um equilíbrio nas fontes de receitas, além da redução de mais de 14 por cento em relação ao anterior OGE, mas não vê equilíbrio na melhoria do saneamento básico, reforço do sistema de informação sanitária e desenvolvimento da investigação em Saúde e também na prevenção do risco e protecção ambiental.

Como se não bastasse, frisa ainda assim, as acções correntes da despesa por programa do OGE foram priorizadas, quer o desenvolvimento local e combate à pobreza, quer o fomento da produção agrícola. “O Governo esqueceu-se do fomento da produção pecuária e da desminagem nas áreas onde serão desenvolvidas a agricultura e outros projectos”, afirma o contabilista sénior.

Por outro lado, diz que não consta nas acções correntes, o fomento da produção pesqueira e educação ou formação agrária ou de regentes agrícolas, para melhorar o fomento da agricultura e agronegócio. A necessidade desse equilíbrio nas acções correntes do resumo da despesa por programa do OGE, ora momentânea, traria um conforto nos resultados no acto da execução orçamental, tendo em conta o desenho da consolidação fiscal e o equilíbrio económico-financeiro do orçamento, pois, Manuel Quindai entende que a sua elaboração foi com base nas medidas de política orçamental, sobretudo no cenário macroeconómico e fiscal do país.

## 4.6 Resumo do Orçamento Geral do Estado 2020 revisto

*Jornal de Angola*

*14 De Julho texto 2020*

*Texto: José Barata, Gonçalo Farias e*

*Luís Cameira*

No passado dia 27 de Março, a Senhora Ministra da Finanças, após a reunião do Conselho de Ministros, efectuou uma intervenção pública onde anunciou um conjunto de medidas, a serem tomadas pelo Executivo, em resposta ao impacto causado pela

Covid-19 e pela redução do preço do petróleo no mercado internacional.

Essas medidas têm como premissa dois grandes eixos, nomeadamente: (i) a redução do papel do Estado na economia, assumindo-se cada vez mais um órgão regulador, com o respectivo reforço do papel das empresas nacionais como motor para o desenvolvimento económico; e (ii) o equilíbrio estratégico das contas públicas.

Uma das medidas anunciadas pela Sra. Ministra das Finanças foi a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE), para o ano de 2020, cuja súmula apresentamos de seguida.

O primeiro aspecto a ter em conta, na elaboração de um orçamento, são os pressupostos utilizados, tendo o Executivo considerado os pressupostos nucleares que se seguem:

- Alteração do preço médio de referência do barril de petróleo de USD 55 para USD 33 por barril – este pressuposto continua conservador, uma vez que se situa abaixo do valor mínimo da média das projecções de várias instituições internacionais;
- A produção petrolífera deverá rondar os 1,28 milhões de barris/dia – incorporando, uma redução de 10,7% face ao OGE inicial, em linha com o acordo de corte de produção celebrado entre os países membros da OPEP e os seus aliados;
- Inflação média anual de 25% - pressuposto inalterado;
- Variação do PIB Global a preço de mercado de -3,6% – em resultado dos impactos da pandemia da Covid-19 houve uma revisão das projecções de performance do PIB petrolífero, incluindo o gás natural, para -7,0%, e do PIB não petrolífero para -2,1%. Recordamos que no OGE inicial estimava-se uma subida do PIB Global de 1,8%. No PIB não petrolífero estima-se uma variação negativa em todos os sectores, em especial no sector de extracção de diamantes com uma taxa de crescimento negativa de 12,3%, constituindo o sector da energia a única excepção para o qual se prevê uma taxa de crescimento de 4%. A título comparativo e utilizando as projecções constantes do World Economic Outlook de Junho de 2020, publicado pelo FMI, antecipa-se uma contracção da economia mundial na ordem dos 4,9% (destacando-se os seguintes países/zonas económicas: EUA -8,0%; Zona Euro -10,2%; Brasil -16,0%; África do Sul -14,8% e Nigéria -7,3%). O FMI, no seu relatório Regional Economic Outlook – Sub-Saharan Africa June 2020 Update, prevê uma contracção da economia Angolana de 4%.

As principais diferenças nos pressupostos utilizados no OGE inicial (OGE20) e no OGE revisto (OGE20R) encontram-se sintetizadas no seguinte quadro:

Uma vez apresentados os pressupostos, iremos analisar a proveniência das receitas fiscais, onde se verifica uma redução de 28,9%, face ao orçamento inicial, passando de 8.614,7 para 6.125,0 mil milhões de kwanzas, valor esse que está abaixo da receita fiscal prevista ser arrecadada em 2019, no montante de Kz 6.512,1 mil milhões.

O decréscimo da receita é explicado pela redução da produção petrolífera e do preço do barril do petróleo no mercado mundial. Inicialmente estava previsto arrecadar-se Kz 5.580,5 mil milhões, mas segundo o OGE revisto esse valor deverá ser de Kz 2 951,8 mil milhões. Por seu lado, as receitas não petrolíferas deverão diminuir cerca de 7,5% para Kz 2.328,6 mil milhões, representando 7,3% do PIB previsto para 2020. Esta variação negativa face ao OGE inicial é explicada pela perda de arrecadação do Imposto de Valor Acrescentado (IVA) resultante de uma diminuição do consumo fruto do surto da Covid-19.

No entanto, tem-se vindo a verificar um aumento do peso relativo das receitas fiscais não petrolíferas face ao PIB derivado do alargamento da base tributária, no âmbito da reforma tributária que o Executivo tem vindo a efectuar, nomeadamente com a implementação de algumas medidas em 2019, tal como a introdução do IVA e do Imposto Especial de Consumo que agravaram a tributação de alguns bens, nomeadamente a passagem de 2% para 10% da taxa de imposto sobre os veículos de luxo ou de alta cilindrada e de 25% para 30% da referida taxa de imposto sobre o tabaco e seus derivados.

Do lado da despesa, é identificável um esforço de consolidação orçamental por via da contenção dos gastos, mas a sua redução fica aquém da redução verificada nas receitas. As despesas estão fixadas em Kz 7.392,6 mil milhões, o que representa uma diminuição menor (8,7%) do que o das receitas (28,9%). A componente com maior redução, face ao OGE inicial, é a de juros externos o que evidencia a utilização de alguns instrumentos disponibilizados pelo G20, nomeadamente a moratória do pagamento de juros a países subdesenvolvidos até Dezembro de 2020. Entre as rubricas das despesas correntes, observa-se que 70% do total será destinado ao pagamento de salários e juros.

Face ao actual contexto económico, existe uma disponibilidade mais reduzida de recursos no mercado de capitais, tendo-se verificado uma subida das taxas de juro, em especial no que se refere aos

países em vias de desenvolvimento, o que conduziu a uma alteração da estratégia do Executivo no que diz respeito ao financiamento do orçamento.

As necessidades de financiamento, previstas no OGE revisto, ascendem a Kz 7.330,3 mil milhões, sendo que o financiamento interno irá corresponder a 55,5% (33,7% no OGE inicial) e o financiamento externo a 44,5% (66,1% no OGE inicial). Isto demonstra que o Governo terá de recorrer ao mercado interno para se financiar, considerando as dificuldades atrás referidas na obtenção de crédito no mercado externo, o que retirará liquidez ao sector bancário e, conseqüentemente, às famílias e empresas.

Por outro lado, verifica-se uma redução considerável das amortizações do financiamento externo, em linha com a utilização dos instrumentos disponibilizados pelo OGE20 anteriormente referidos.

O quadro seguinte detalha o plano financeiro do OGE para 2020:

Considerando que a maioria do plano de financiamento diz respeito a endividamento (54,5%), e considerando a contracção tendencial das receitas fiscais, em moeda estrangeira, antecipa-se um cenário de depreciação da taxa de câmbio, com impacto prejudicial nas finanças públicas, considerando que grande parte do volumoso stock de dívida interna estar indexado à taxa de câmbio.

Do ponto de vista funcional, excluindo a despesa financeira, a despesa fiscal estará, maioritariamente, concentrada no sector social, com cerca de Kz 2 413,6 mil milhões, representando 40,7%. Sendo que as áreas da Educação e Saúde detêm os maiores pesos dentro da rubrica.

Já o sector económico, que absorverá 15,9% da despesa fiscal primária, é o que apresenta uma maior taxa de crescimento face ao OGE inicial com um aumento de 36,9%. Este comportamento deve-se, em grande medida, à necessidade de garantir estímulos à economia, por forma a colmatar os efeitos negativos da pandemia da Covid-19. O sector dos transportes e, em especial, o dos combustíveis e energia foram os que mais cresceram face ao OGE inicial, o que, por seu lado, pode ser explicado pela não retirada da subvenção ao preço dos combustíveis.

Neste contexto, e considerando os enormes desafios colocados pelo cenário pandémico, o Orçamento Rectificativo de Angola em 2020 revela-se bastante prudente, evidenciando na despesa cada vez mais preocupações sociais (sobretudo no domínio da água e educação, devendo destacar-se o lançamento em

curso do Programa Kwenda), e uma inversão do papel do Estado no domínio do Investimento (menos subsidiação de produtos e serviços, e investimento público mais orientado para infra-estruturas e externalidades de suporte à economia) e uma preocupação com o papel do sector privado, fundamental para restabelecer a credibilidade de Angola como nação solvente, tendo como única via de saída para além das reformas em curso, a consecução de uma trajectória de crescimento que lhe permita, pela via do denominador, reduzir o peso relativo das suas dívidas ao exterior, destacando-se as seguintes mensagens:

- É imperativo e possível crescer, alavancando a procura externa e o investimento qualitativo;
- As reformas estruturais em causa são imprescindíveis, mas não são suficientes (em sede orçamental a tributária é a mais urgente, mas noutros sectores como a justiça são necessárias intervenções urgentes também, onde o Executivo deu já sinais de abordagem);
- É necessário desenvolver um plano de crescimento externo e Angola tem produtos com capacidade e projecção para equilibrar a balança comercial;
- Os investimentos necessários para alavancagem do sector privado, nomeadamente nas telecomunicações, energia e produção agrícola requerem medidas cambiais específicas que reforcem a confiança dos investidores externos.

## 4.7 Educação e Saúde têm verbas incrementadas

*Jornal de Angola*

*15 De Julho de 2020*

*Texto: Garrido Frago*

Os sectores da Educação e da Saúde terão as suas quotas incrementadas na despesa do Orçamento Geral do Estado Revisto (OGE) para o 2020, garantiu, ontem, o Presidente da República, na mensagem dirigida aos deputados à Assembleia Nacional.

"Mesmo perante um quadro particularmente difícil das finanças públicas do país, o Executivo tem feito um grande esforço no sentido de proteger o sector social, com especial realce para a Educação e a Saúde", refere a mensagem do Titular do Poder Executivo, lida pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, na abertura da sessão plenária extraordinária da Assembleia Nacional, que discutiu, ontem, na

generalidade, a Proposta de Lei do OGE 2020 Revisto.

João Lourenço indicou que "sem finanças públicas equilibradas não pode existir uma boa base para o crescimento económico sustentável do país". "Temos de evitar entrar para uma situação insustentável do ponto de vista das nossas finanças públicas", aconselha o Chefe de Estado, salientando que, a acontecer, o facto traria "graves consequências" para a vida económica e social do país.

O Presidente da República defendeu maior atenção ao Plano Integrado de Aceleração da Agricultura e Pesca Familiar, recentemente aprovado, para o aumento da produção no meio rural e combate à fome e à pobreza. Orientou que as compras do Estado, com destaque para o abastecimento das Forças Armadas e da Polícia Nacional devem continuar a priorizar a aquisição da produção nacional.

#### Recursos do PIIM

Os vários projectos constantes do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) têm recursos assegurados na presente revisão do OGE e continuarão a ser implementados no decurso deste ano, garantiu o Chefe de Estado na sua mensagem, acrescentando que na parte que resta de 2020, o Executivo vai prosseguir com o processo de privatizações de empresas e outros activos do Estado.

A mensagem do Chefe de Estado enaltece a consolidação fiscal e as reformas introduzidas na economia. Salienta ainda que o caminho a percorrer na gestão da economia deve passar por finanças públicas controladas e associadas ao crescimento económico, aumento de empregos e incremento dos rendimentos e do bem-estar das populações.

## 4.8 Orçamento da Saúde aumenta 2,4 por cento

*Jornal de Angola*

*15 De Julho de 2020*

*Texto: Garrido Frago*

O orçamento do sector da Saúde regista um aumento em 2,4 por cento, não obstante a revisão em baixa do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2020, em 15,7 por cento motivado pelo impacto da pandemia da Covid-19.

Ao apresentar, ontem, no Parlamento, o OGE Revisto, a ministra das Finanças, Vera Daves, enfatizou que, neste sentido, o orçamento da Saúde

passou para 816,7 mil milhões de kwanzas. Este incremento da dotação orçamental, disse, verificou-se sem prejuízo dos créditos adicionais que o sector foi recebendo nos últimos meses, ao abrigo do OGE em execução.

Apesar da redução em 5,9 por cento, no global, a proposta de revisão em discussão na generalidade pelo plenário, mantém o sector social com maior peso (40,7 por cento das despesas), tendo um orçamento que ascende os dois biliões e 413 mil milhões de kwanzas.

Ao reconhecer que a dinamização económica é condição importante para o desenvolvimento e fortalecimento da política social, a ministra das Finanças informou que foi também reforçado o orçamento do sector económico, com particular atenção às actividades básicas.

O orçamento do sector económico passa, assim, para 943,6 mil milhões de kwanzas, o que representa um aumento de 32,7 por cento. O sector da Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça é um dos que tem o orçamento incrementado em 18,8 por cento, em resultado do reconhecimento da sua importância no combate à pobreza e pela segurança alimentar.

No âmbito da política social do Executivo, a governante destacou ainda a operacionalização, desde Maio, do Programa de Fortalecimento da Protecção Social "Kwenda", por via do qual pretende-se garantir um rendimento mínimo de oito mil e 500 kwanzas a cerca de 1,6 milhões de famílias muito vulneráveis. O OGE Revisto para 2020 está avaliado em treze biliões e 455 mil milhões de kwanzas, reflectindo uma redução de 15,7 por cento relativamente ao que está em vigor.

#### Despesa de capital

A ministra referiu que o Executivo privilegia também o aumento da despesa de capital, reconhecendo o papel importante do investimento público, enquanto veículo impulsionador do crescimento económico, compromisso que deu vida ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

A despesa de capital, disse, aumenta 9,3 por cento, devendo atingir cerca de um bilião 462 mil milhões de kwanzas.

No sentido inverso, destaca-se a redução de 1,6 por cento das despesas com pessoal, traduzindo os efeitos imediatos da revisão organizacional do Executivo. Segundo a ministra, no global, o OGE revisto reduz em 3,4 por cento as despesas com bens e serviços.

No que diz respeito às despesas com amortização de capital da dívida, prosseguiu, apresenta uma contracção de 23 por cento, situando-se em cinco biliões 557 mil milhões de kwanzas, em que dois terços se destinam a amortização da dívida interna.

#### 4.9 Revisão do OGE prevê despesas para as autarquias

*Jornal de Angola*

*15 De Julho de 2020*

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, disse, ontem, que a revisão do OGE 2020 resulta da necessidade de se assegurarem despesas ligadas aos serviços da Administração do Estado, fundos autónomos, segurança social e à descentralização e implementação do processo das autarquias locais.

O parlamentar considerou de "equilibrado" o OGE Revisto e defendeu políticas de apoio para a produção nacional, no sentido de se garantir rendimentos mínimos em prol das famílias vulneráveis.

Américo Cunonoca, que apresentava a declaração política, falou dos momentos difíceis por que passa a economia do país devido à crise económica e financeira provocada pela baixa do preço do petróleo.

**UNITA pede fiscalização**

O líder da UNITA, Adalberto Costa Júnior, apelou para a necessidade da fiscalização e prestação de contas no país. O político mostrou-se preocupado com o facto das reservas internacionais líquidas do país garantirem apenas cinco meses de importações.

Pelo facto do país não registar crescimento económico, Adalberto da Costa Júnior, que apresentou a declaração política, aconselhou o Executivo a não contrair novas dívidas e a encontrar espaços para o financiamento dos agentes privados.

O líder da UNITA defendeu a redução das assimetrias entre as diferentes localidades para garantir o crescimento social e económico do país. "Se as províncias, incluindo Luanda, não ganharem a alforria do Governo Central e não se promover um espírito de competição saudável entre as 18 províncias, teremos mais dificuldades", afirmou.

O presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, defendeu boa governação, traduzida na qualidade de vida dos cidadãos e evidenciada pela transparência, respeito da coisa pública e observância rigorosa da Constituição.

**FNLA e PRS**

O líder da FNLA, Lucas Ngonda, reconhece que alguns passos no país foram dados no domínio da diversificação da economia, mas alertou para a necessidade de se resolver o eterno problema das estradas, para a transportação dos produtos do campo para os centros urbanos.

"Se queremos um país desenvolvido, temos de evitar que Angola seja monopólio de famílias abastadas, deixando o mundo rural à margem do progresso social", afirmou.

Para Benedito Daniel, representante do PRS, a revisão orçamental teria sido evitada se as propostas da oposição fossem tidas em conta.

#### 4.10 Densidade populacional dita atribuição de verbas por províncias

*Jornal de Angola*

*16 De Julho de 2020*

*Texto: Garrido Frago*

A ministra das Finanças, Vera Daves, disse, ontem, no Parlamento, que para a atribuição de verbas às províncias, no OGE, foram considerados os critérios de dimensão e densidade populacional e o de existência ou não de projectos de âmbito nacional.

"Temos procurado, de forma progressiva, aumentar os orçamentos para as províncias que historicamente têm recebido menos verba", referiu Vera Daves, apontando como exemplo a província da Lunda-Sul, que no orçamento em vigor teve um aumento de 42 por cento comparativamente ao de 2019.

No OGE-2020 Revisto, a Lunda-Sul, tal como outras províncias, sofreram cortes, explicou a ministra das Finanças, salientando que "continuaremos a ser mais agressivos no reforço orçamental daquelas províncias que têm recebido menos orçamento, com vista a diminuir as disparidades".

Em relação à questão colocada por um deputado da oposição, alegando que o orçamento está mais focado no país urbano do que no rural, a ministra das Finanças exemplificou com algumas acções implementadas pelo Executivo, que mostram o contrário. É o caso do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), que tem uma incidência concreta e específica nas municipalidades, sobretudo naquelas com maior carência de infra-estruturas económicas e sociais.

Como exemplo do orçamento estar também focado no país rural, Vera Daves explicou que no quadro do PIIM está a ser ensaiado um novo modelo de execução orçamental, de forma a serem as próprias administrações municipais a executarem o programa. "É um ensaio importante para aquilo que serão as autarquias", declarou.

O compromisso do Executivo para com a aceleração da Agricultura Familiar e o programa Kwenda, que garante ajuda financeira por doze meses às famílias vulneráveis, foram outros exemplos apontados pela ministra, que espelham as preocupações do Executivo para com o meio rural.

#### 4.11 Parlamento aprova na generalidade OGE/2020 Revisto

*Jornal de Angola*

*16 De Julho de 2020*

*Texto: Garrido Frago*

A Proposta de Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Exercício Económico deste ano foi aprovada, ontem, na generalidade, com 133 votos do MPLA e FNLA, nenhum contra e 53 abstenções da UNITA, CASA-CE e PRS.

O diploma, que vinha sendo debatido desde terça-feira, na presença de membros do Executivo afectos aos diferentes sectores, começa a ser discutido, hoje, nas Comissões de Trabalho Especializadas da Assembleia Nacional. A votação final global está prevista para o dia 28.

O OGE Revisto para 2020 prevê receitas de 13 biliões e 455 mil milhões de kwanzas e despesas de igual valor, reflectindo uma redução de 15,7 por cento relativamente ao que está em vigor. No orçamento ontem aprovado, o Executivo privilegia o aumento da despesa de capital, que cresce 9,3 por cento, devendo atingir cerca de um bilião 462 mil milhões de kwanzas.

No global, o OGE Revisto reduz em 3,4 por cento as despesas com bens e serviços. No que diz respeito às despesas com amortização de capital da dívida, o orçamento apresenta uma contracção de 23 por cento, situando-se em cinco biliões 557 mil milhões de kwanzas. Dois terços destinam-se à amortização da dívida interna.

Diminuição das importações

Antes da aprovação do diploma, na generalidade, os titulares de vários departamentos ministeriais presentes na sessão plenária extraordinária, chefiados

pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, responderam a uma série de questões colocadas pelos parlamentares durante o debate do OGE Revisto.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica anunciou, no âmbito da reanimação do sector produtivo, que as importações de bens alimentares no país têm estado a diminuir devido a uma melhor organização implementada no mercado cambial e ao aumento da procura de produtos nacionais. Ao informar que tais importações consomem cerca de 25 por cento das divisas utilizadas para importação de bens do sector não petrolífero, Manuel Nunes Júnior disse, a título de exemplo, que no último trimestre de 2019 as importações de bens alimentares custaram aos cofres do Estado 717 milhões de dólares.

No primeiro trimestre deste ano foram apenas de 495 milhões de dólares. Manuel Nunes Júnior referiu que as reformas económicas visam, acima de tudo, a mudança da estrutura económica do país. "É algo que se fala há vários anos, mas do ponto de vista prático poucas acções foram desenvolvidas, com resultados que pudessem ser observados", afirmou.

O ministro de Estado para a Coordenação Económica defendeu mais apoios para os empresários nacionais com todos os elementos que propiciem bons negócios, para que nos próximos anos o país deixe de ter uma economia dependente do petróleo. Segundo Manuel Nunes Júnior, o país viveu défices do OGE de 2014 até 2017, mas dois anos depois houve uma reversão do processo e o país passou a apresentar saldos fiscais positivos.

Sublinhou que a dívida pública em 2017 era de 82,2 mil milhões de dólares, mas em 2019 passou para 72,6 mil milhões de dólares. A dívida do país entre 2017 e 2019 em termos reais (em dólares) diminuiu, indicou. Segundo o ministro de Estado, o país registou um aumento em termos nominais em 2017 porque neste ano não houve grande depreciação da moeda, ao contrário dos anos seguintes, em que se registou a desvalorização do Kwanza.

#### 4.12 Agravamento da taxa de IEC aumenta receitas do OGE

*Jornal de Angola*

*17 De Julho de 2020*

*Texto: Victorino Joaquim*

Com o agravamento de 2 para 10 por cento da taxa do Imposto Especial de Consumo (IEC) sobre os veículos de luxo, o Orçamento Geral do Estado



(OGE) 2020 revisto, em discussão na Assembleia Nacional, espera arrecadar, este ano, receitas na ordem dos 18 milhões 199.403 de Kwanzas, um incremento de 14 milhões 559.522 Kwanzas.

Actualmente, ao pagamento de 2 por cento da taxa do IEC sobre os veículos de luxo ou de alta cilindrada por ano, o OGE tem vindo a arrecadar receitas na ordem de 3 milhões 639.880.6 Kwanzas, com o agravamento para 10 por cento da taxa, este ano, o OGE prevê arrecadar receitas na ordem dos 18 milhões 199.403 de Kwanzas, um incremento de 14.559.522.

Caso o agravamento da taxa do IEC se efective, em 2021, o OGE prevê encaixar, neste período, receitas na ordem de 17 milhões 653.421 Kwanzas, um incremento na ordem de 14 milhões 122.736 Kwanzas. Segundo a Lei do OGE 2020 revisto, foi julgado oportuno o agravamento da taxa dos veículos de luxo ou de alta cilindrada, na tributação do Imposto Especial de Consumo (IEC), por se presumir que as pessoas que os adquire possuem um elevado poder de compra, quando comparado à maioria, daí se entender haver necessidade de uma maior contribuição por parte destas pessoas.

O agravamento da Taxa de Imposto Especial de Consumo deriva da introdução de um conjunto de medidas fiscais visando incrementar as receitas para o OGE 2020. Nesta senda, além dos veículos de luxo, existem outro produto cuja taxa foram agravadas, nomeadamente, o tabaco e seus derivados, que teve um aumento de 25 para 30 por cento da taxa do Imposto Especial de Consumo, uma medida, segundo o relatório, visa incentivar a redução da procura e, conseqüentemente, do consumo do tabaco e seus derivados, para atenuar o perigo que estes bens constituem na saúde pública.

Prevê-se a redução de 35 para 25 da percentagem do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) destinado à conta de reembolsos. Esta medida vai implicar uma redução na conta de reembolso na ordem dos 88 mil milhões de Kwanzas e o conseqüente aumento na Canto Única do Tesouro (CUT), na mesma proporção.

Esta medida resulta do facto de aquando da solicitação de reembolso, o contribuinte pode optar por receber o pagamento em numerário ou por certificado de crédito fiscal, ou seja, até a data é o contribuinte quem escolhe o meio de recebimento. Com este cenário, está-se a limitar esta possibilidade ao contribuinte.

Por outro lado, acrescenta o relatório, a medida está na hipótese de mais de 60 por cento dos

contribuintes solicitarem reembolso, em menos de três meses. Neste caso, a Administração Geral Tributária (AGT) não teria a capacidade massiva de reembolso do valor devido e garantido por lei aos contribuintes.

De acordo com o documento, a Assembleia Nacional aprovou no dia 21 de Maio, as medidas do pacote tributário que incidem sobre a tributação dos rendimentos do trabalho e dos lucros das empresas. Estas criam incentivos ao cumprimento voluntário das obrigações tributárias e reforçam diversos instrumentos de combate a condutas fraudulentas e ao planeamento fiscal ilegítimo.

São, avança a Lei Orçamental, medidas que complementam as que já estavam inscritas na reforma do sistema tributário e com execução prevista para este ano. Entre estas, destacam-se a redução da taxa nominal do Imposto Industrial de 30 para 25 por cento, aumento da taxa do Regime Especial de Tributação de Serviços Acidentais para 15 por cento, Criação do Regime Simplificado aplicável aos contribuintes sem contabilidade organizada e incluindo às Micro, Pequenas e Médias Empresas, assim como actualização dos coeficientes de reavaliação dos activos de empresas e ajustamento da tabela de taxas de Imposto sobre Rendimentos do Trabalho aos contribuintes do Grupo A, por conta de outrem.

Fazem Igualmente parte das medidas, a eliminação da isenção sobre os rendimentos pagos a título de renda de casa. Em sede do Imposto Predial Urbano (IPU), integra no mesmo regime, a tributação dos prédios urbanos e rústicos, a detenção do imóvel e a transmissão do imóvel e reformulação por via do Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM), da tributação de veículos como medida de impacto imediato e que consiste na reformulação do Regime jurídico da Taxa de Circulação.

#### **4.13 Força de Aérea, Porto Caio e novo aeroporto viram prioridade no PIP**

*Jornal Expansão*

*17 De Julho de 2020*

*Texto: Joaquim José Reis*

Apesar dos cortes substanciais na despesa na revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020, o Programa de Investimentos Públicos aumenta 11 %, sobre tudo, devido à alocação de mais verbas para a construção do novo aeroporto de Luanda (+6.763%) e do Porto Caio (+5.975%), em Cabinda, mas também para a

aquisição de equipamentos e meios militares para a Força Aérea Nacional (+873.900%).

Segundo a proposta que está na Assembleia Nacional, a alocação de verbas para os ministérios e outros órgãos centrais sobe 23% para 999 mil milhões Kz, enquanto o dinheiro para os projectos dos governos provinciais desce 26% para 173,7 mil milhões Kz. Contas feitas, com a revisão ao orçamento, o PIP passa de 1,048 biliões Kz para 1,173 biliões, equivalente a 8,7% da despesa total do OGE (13,5 biliões Kz).

As obras a cargo do Ministério dos Transportes são as que recebem o maior aumento, já que no OGE ainda em vigor estavam previstos 30,7 mil milhões Kz e na proposta estão agora previstos 198,8 mil milhões. Uma diferença de 168,1 mil milhões Kz que resulta, essencialmente, do aumento da dotação orçamental para duas obras: a construção do novo aeroporto de Luanda (cuja verba passa de 1,6 mil milhões Kz para 109,8 mil milhões) e de Porto Caio, em Cabinda, cuja verba aumenta de 950 milhões Kz para 57,7 mil milhões.

O Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria também recebe um aumento nas verbas do PIP, que resultam da revisão aos gastos com a aquisição de equipamentos e meios militares para a Força Aérea Nacional, que passam de 10 milhões Kz para 87,4 mil milhões Kz, um aumento de 873.900%. A construção do cais e reabilitação da Base Naval Soyo-Kalunga também recebe um reforço, ao passar de 10 milhões Kz para 19,3 mil milhões Kz.

Ainda assim, o Ministério da Energia e Águas continua a liderar os investimentos do PIP e até vê reforçada a sua verba em 95,1 mil milhões Kz. É aqui que está inscrita a verba para a obra mais cara do Programa de Investimentos Públicos, a construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Caculo Cabaça, que na revisão ao orçamento passa de 25,5 mil milhões Kz para 149,4 mil milhões Kz. As verbas para a construção do Aproveitamento Hidroeléctrico de Lauca e sistema de transporte associado crescem 269% para 74,2 mil milhões.

Também a Saúde vê crescer o seu orçamento dentro do Programa de Investimentos Públicos, ao passar de 29 mil milhões Kz para 69,4 mil milhões. Um crescimento de 140%, numa fase em que o país aposta no combate à pandemia da Covid-19. Destaque para a reabilitação do Hospital Sanatório de Luanda, cuja verba passa de 3,9 mil milhões Kz para 42,5 mil milhões. Também a construção e apetrechamento da I.ª fase do Hospital Geral de Cabinda passa de 1,9 mil milhões Kz para 12,3 mil milhões.

Por outro lado, o Ministério Obras Públicas e Ordenamento do Território (antigo Ministério da Construção), que tradicionalmente tem sido o segundo órgão do Estado com mais verbas para o PIP, cai agora para o quarto lugar, já que terá uma queda de 55% nas verbas do PIP, equivalente a menos 92,1 mil milhões face ao que está inscrito no OGE ainda em execução. •

Também a Presidência da República vê as suas verbas para obras reforçadas em 177%, como resultado da inscrição de 3,3 mil milhões Kz para a reabilitação do edifício da casa protocolar B e respectiva adaptação para Centro Clínico Dentário da Presidência da República.

Com a revisão ao OGE, o PIP para 2020 passa de 3.174 projectos para 2.299, com um custo um médio de 551 milhões Kz. 540 projectos estão a cargo dos ministérios e dos órgãos centrais, enquanto os restantes 1.759 estão a cargo dos governos provinciais.

Ao todo, quatro ministérios ficam sem qualquer obra para este ano, nomeadamente o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, bem como o das Relações exteriores, o da Juventude e Desportos e o da Economia e Planeamento. Os Serviços de Informações e Segurança do Estado, os Serviços de Inteligência e Segurança Militar e os Serviços e Inteligência Externa, ficam sem qualquer verba.

Ainda assim, relativamente ao OGE 2019 Revisto, a proposta de revisão ao orçamento para 2020 cresce 71%. Trata-se de uma comparação entre os valores que são orçamentados, pois a execução da despesa nem sempre 'bate' com a previsão. Veja-se o caso de 2014, em que foram inscritos projectos avaliados em 1,375 biliões Kz, mas acabaram por ser executados 959,2 mil milhões Kz, de acordo com o relatório de fundamentação do OGE 2015, publicado no site do Ministério das Finanças. Quanto à execução do PIP do OGE 2019 Revisto, o Governo não dá dados.

A revisão ao OGE 2020 traz boas notícias para alguns ministérios e más notícias para outros, a que se juntam os governos provinciais, já que todos sofrem redução de verbas para obras. Ainda assim, se em Kwanzas o valor do PIP aumenta, 'em dólares a questão é diferente. Isto porque se os 1,048 biliões previstos no OGE ainda em execução eram equivalentes a 2.174 milhões USD em 1 zembro, quando foi aprova agora os 1,173 biliões vai 2.072 milhões USD à taxa câmbio desta quarta-feira. Trata-se de uma redução de 4,7% São, mais uma vez, os efeitos desvalorização cambial

#### 4.14 Imposto Predial Urbano tem nova designação

*Jornal de Angola*

17 De Julho de 2020

Texto: *Agostinho Chitata*

O novo regime de tributação do património deixa de ter a designação de Imposto Predial Urbano, passando a denominar-se de Imposto Predial, conforme consta da Lei 20/20, que recentemente entrou em vigor em Angola.

Entre as alterações do novo diploma legal sublinha-se a retirada do complemento “Urbano” e passando a designar-se apenas por Imposto Predial. Segundo o jurista Jocelino Malulo, com a alteração do nome, o legislador quis alargar o âmbito de incidência objectiva do imposto, “na medida em que o regime anterior não abrangia os prédios rústicos (parte delimitada do solo terrestre e as construções nela existentes).

As transmissões imobiliárias a título gratuito passam também a ser tributadas, sendo sujeitas à mesma taxa (2%) que as transmissões onerosas. Quanto a esta alteração, a fonte do Jornal de Angola acha que “houve injustiça legislativa” porquanto poderá colocar o beneficiário do imóvel transmitido a título gratuito numa condição de não poder pagar o imposto devido, tendo em conta que terão apenas até ao último dia útil do mês seguinte ao da celebração do contrato para efectivo pagamento.

A tributação adicional de 50% sobre prédios desocupados há mais de um ano, bem como os terrenos para a construção que não tenham observado os critérios de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou interpolados, nos termos da lei, para o também advogado Jocelino Malulo “embora se perceba a bondade do legislador no sentido de dinamizar o mercado imobiliário, entretanto, “cada sujeito é livre de adquirir para si o património que bem entender e dar o uso que bem entender”, desde que respeite a lei.

Sobre a alteração do regime de taxas, na nova lei, os prédios urbanos não arrendados de valor até cinco milhões de Kwanzas estão sujeitos a uma taxa de 0,1 %, diferente do anterior regime que os isentava de qualquer taxa.

Os de valores superior ficam fixados em 0,5% sobre o excesso dos cinco milhões o que, para o jurista, levanta o problema da isonomia, visto que quem tem um prédio avaliado em 6 milhões pagará o mesmo que alguém que tenha um avaliado em cinco milhões e um Kwanzas.

#### 4.15 Joana e o Orçamento Geral do Estado Revisto

*Novo Jornal*

17 De Julho de 2020

Joana, de 26 anos, solteira, grávida, vive com os filhos de 5, 7 e 8 anos, na casa da sua mãe, onde se refugiou devido a um relacionamento conjugal marcado por actos constantes de violência, baseada no género e praticada pelo seu ex-companheiro, Bernabé.

A jovem trabalhava como empregada de limpeza num ginásio, na cidade de Luanda, mas, devido à pandemia, o Executivo decretou a suspensão de uma série de actividades económicas, e Joana perdeu o emprego, já que o ginásio teve de encerrar e o seu proprietário não tem como continuar a pagar os salários.

Vive num bairro periférico que, pela proximidade com a praia, até bem pouco tempo lhe oferecia oportunidade de obtenção de rendimentos, dado o número de pessoas que frequentavam a zona, em busca de lazer. Mas, o número de frequentadores do local diminuiu significativamente, numa primeira fase devido à Covid-19 e agora, mais recentemente, à chegada do cacimbo.

A mãe de Joana, uma senhora idosa de aproximadamente 68 anos, vive basicamente de trabalhos informais em torno da realização de serviços, como a venda de bebidas e alimentação para as pessoas que, a título de lazer, frequentavam a zona, porém ficou sem essa opção. Como tantas outras pessoas, ela, a mãe e os seus filhos teriam de depender de iniciativas filantrópicas que lhes poderiam dar auxílio para sobreviverem com dignidade, mas sabemos que nem todos conseguem ter acesso a tais benefícios.

O coronavírus veio causar uma crise sanitária que acontece de modo simultâneo com uma crise económica e social, expondo as profundas mazelas de muitas opções feitas, em relação ao modelo de desenvolvimento económico, político e social do país durante a fase do "boom do petróleo". Para além da perda de ingressos que tem levado muitas famílias mais vulneráveis a regredir para baixo da linha da pobreza, Angola depara-se com sérios riscos de que a produção e/ou distribuição de alimentos venha a ser afectada, sem falarmos do efeito devastador que a pandemia está a causar no nosso sistema de saúde.

Num contexto marcado por gritantes desigualdades, entre os cidadãos angolanos, para algumas pessoas, lavar as mãos e ficar em casa é suficiente para se proteger, mas como fica a maioria das pessoas que

vivem nas zonas rurais ou, nas periferias das cidades, que não têm acesso à água potável ou que precisam da renda gerada a cada dia para sobreviver?

Como a proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) Revisto, apresentada pelo Executivo na Assembleia Nacional (AN), pretende ajudar estes nossos concidadãos? Como a actual proposta de OGE prevê atender a situações semelhantes à de Joana? Como pessoas pobres e em situação de vulnerabilidade, como a Joana, poderão sobreviver à pandemia e criar os seus filhos, se não tiverem a necessária ajuda? Irão estas pessoas e os seus filhos conseguir sobreviver? Como isso será possível?

Deveríamos todos e todas estar muito preocupados com a sorte dessas famílias.

Desde o início da pandemia, as autoridades deveriam dar conta do que se está a fazer, para que as populações mais frágeis, vivendo em áreas extremamente precárias, possam proteger-se da Covid-19. Sei que algumas coisas estão a ser feitas, mas será que é o máximo que se pode fazer?

Nalguns países, as autoridades criaram uma espécie de «Fundo de Emergência Covid-19», com o objectivo de, no mínimo, assegurar o acesso à alimentação ou receitas financeiras para as famílias em vulnerabilidade, durante estes difíceis meses. Com o orçamento revisto, presente na AN para a sua aprovação, conseguiremos ajudar essas famílias a terem o que comer e como se proteger durante esse momento crítico?

Sem dúvidas, a pandemia está a agravar as desigualdades no país, e reverter esta situação exige esforços em todas as frentes. Estas pessoas precisam, mais do que nunca, de ajuda. Será que poderão contar com o apoio dos deputados e das deputadas a quem cumpre o dever e a responsabilidade de votarem para escolher que tipo de OGE vamos ter?

#### 4.16 “OGE revisto permite atenuar efeitos do crescimento económico negativo”

*Jornal de Angola*

*17 De Julho de 2020*

*Texto: Mateus Cavumbo*

Galvão Branco entende ser justa a revisão do OGE/2020 resultante da contracção das receitas fiscais provenientes do sector petrolífero e num momento particularmente difícil decorrente do impacto da pandemia de Covid-19 na economia nacional. Para o consultor económico e financeiro, é

um exercício de grande mérito e conforto, já que perante um quadro adverso, assegura algumas prioridades e atenua os efeitos do crescimento económico negativo, apesar dos cortes efectuados em alguns sectores produtivos

Antes do impacto da pandemia, o FMI projectava um crescimento da economia mundial em 3,3% para o ano 2020. Como consultor com créditos firmados, é uma situação que exige uma certa criatividade para não haver descontrolo total das economias nacionais?

Como resultado dos impactos da pandemia que actualmente assola o mundo, era previsível que fossem revistos em baixa as expectativas de crescimento económico mundial para 2020, tendo sido concebidas várias medidas de incentivo e alívio de natureza económico-financeira para que os efeitos do arrefecimento das economias mundiais não sejam tão devastadores. A grande questão é a elaboração da equação que relacione dois factores críticos que é o caso da saúde pública/desempenho económico, cuja proporcionalidade é a chave da questão.

Até que ponto os países africanos estão a agir da melhor maneira para que se evite a recessão económica?

Segundo as previsões do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), as consequências da pandemia serão bastante penalizadas com o agravamento de desemprego e da pobreza extrema, colocando-se no continente a dramática imponderabilidade de se adoptar as medidas condizentes com o combate à Covid-19, à custa da redução da actividade económica como decorre dos processos de confinamento que são determinados. A economia informal vai ter que manter a sua actividade sujeita, entretanto, a um apertado escrutínio e vigilância sanitária, de modo a evitar-se a propagação da pandemia, face à vulnerabilidade dos operadores de mercado.

No caso de Angola, as medidas imediatas de estímulo para as empresas e particulares em resposta à Covid-19 são mais encorajadoras do que se esperavam?

É de ponderação obrigatória que cada medida de natureza económica que se adopte, tenha que atender as questões críticas de natureza sanitária, já que o principal activo a atender é a preservação da vida humana. No nosso país, atendendo à real situação social das famílias e à natureza da actividade económica, estou em crer que as medidas que vêm sendo adoptadas, têm presente estas situações, sendo que o estímulo à actividade empresarial está alinhado e é condizente com as possibilidades e

disponibilidades económicas e financeiras actualmente existentes.

Há um conjunto de medidas entre as quais a aceleração do acesso ao crédito para as micro, pequenas e médias empresas realizarem investimentos de modernização e de expansão. Haverá capacidade para o reembolso?

Temos de reconhecer que, numa significativa escala, está disseminada uma cultura e postura em relação ao crédito bancário bastante perversa, em matéria do reembolso e outras responsabilidades que lhe são correlatas, o que é traduzido pelo volume do “malparado” registado no sistema financeiro.

A concessão de crédito para atender investimentos que proporcionem crescimento e modernização das empresas tem que decorrer de processos tecnicamente sustentados que ofereçam garantias de reembolso em tempo útil. Outrossim, deve ser seriamente ponderado o crédito bancário destinado à cobertura de défices ou reforços do caixa.

Sente que a economia real levará muito tempo para que tenha níveis produtivos capazes de equilibrar a balança comercial de Angola?

A substituição das importações pela produção nacional tem que decorrer da assumpção firme de alguns propósitos e atitudes, sendo a vontade política e a plena determinação em atingir este desiderato os dois requisitos determinantes. É preciso que resida no pensamento nacional, quais são os produtos cuja necessidade do consumo tem que ser assegurada por via da produção nacional, independentemente das questões relacionadas com a competitividade. Sobretudo no domínio agro-alimentar importa construir as cadeias produtivas que vão assegurar as necessidades nacionais e por via administrativa determinar impedimentos à sua importação. Temos que estabelecer e assegurar a execução de programas específicos que atendam à produção interna dos produtos com maior peso na balança comercial. No que se refere à temporalidade para se alcançar este propósito estratégico, impõe-se que trabalhem por objectivos. Por exemplo, assumir-se-á que em matéria de frutas teremos que ser auto-suficientes até ao ano de 2022 ou em relação ao sal estabelecer o prazo até 2023. Importa que o PRODESI se constitua no instrumento que influencie toda a fileira produtiva para que este propósito seja atingido.

Na sua óptica, a diversificação económica deve ganhar mais expressão por causa do contexto actual?

Se o “contexto actual” quer fazer significar a contracção da economia caracterizada por sucessivos

períodos recessivos, agora agravados por uma significativa alteração da situação sanitária, claramente que as medidas tendentes à diversificação económica, sobretudo que sejam agregadoras de valor económico nacional e geradoras de emprego, são absolutamente recomendadas e susceptíveis de merecerem o estímulo e envolvimento dos órgãos da governação, como felizmente vem acontecendo por iniciativa do Ministério da Economia e Planeamento em articulação com o Gabinete Técnico Empresarial (GTE), que vem assumindo um relevante protagonismo nesta cruzada de mudança do modelo de desenvolvimento da nossa economia.

Como vê o desenvolvimento dos pequenos negócios nesta fase?

Independentemente da “fase” do nosso desenvolvimento económico os referidos “pequenos negócios”, no caso presente das realidades que sustentam a formação do PIB do nosso país, constituem no meu entender um elemento reactor do nosso crescimento económico, independentemente do preconceito ainda reinante relativamente ao papel que a economia informal vem desempenhando, pelo facto de não dispor de “rosto” fiscal, nem formalmente contribuir para a formação do PIB. Não tenho nenhum preconceito em assumir que numa cadeia de valor coexistem intervenções de natureza formal associadas a parcerias com agentes informais, observando as relações de valor estabelecidas pelo mercado.

Os mercados informais são fontes de rendimento para as famílias. É altura da passagem do processo de organização dos mercados e formalização do pequeno e médio comércio?

Os mercados informais no nosso país constituem uma cadeia incontornável de asseguramento do consumo interno e de geração de rendimentos de muitas famílias e estou absolutamente crente que a sua formalização vai decorrer de processos que não apelem a medidas de coação administrativa e repressiva, mas sim do ambiente de negócios e do quadro institucional que deverá prevalecer relativamente aos pequenos e médios negócios, incluindo o comércio ambulante. Os mercados informais hoje são os principais centros de abastecedores de mercadorias... São designados mercados informais pelo facto de não observarem as regras e procedimentos administrativos e fiscais estabelecidos pelas entidades competentes, no entanto, garantem com alguma eficácia o propósito económico fundamental, que é a recepção

e comercialização dos produtos agropecuários, para o caso especial do “Mercado do 30” e no caso do peixe

a “Mabunda”, com exemplo paradigmático. Com alguma intervenção pública, sobretudo no que se refere à melhoria das infraestruturas e o estabelecimento de normas sanitárias, os mercados “informais” existentes podem constituir-se “de direito” em Centros de Abastecedores, à semelhança do que acontece noutras capitais mundiais. Os sectores de serviços pela profundidade dos efeitos negativos que sofreram deveriam receber outras medidas efectivas, sobretudo para os colégios, universidades privadas e creches, que têm o pessoal em “desemprego” temporário e os hotéis, restaurantes e similares idem...

Efectivamente nas condições sanitárias existentes na generalidade dos estabelecimentos de ensino, nos seus diferentes níveis e o potencial de contágio que a actividade de restauração pode proporcionar, as medidas que foram adoptadas são incontornáveis e devem merecer a nossa adesão, impondo-se, contudo, como prioritária a adopção das medidas adequadas de biossegurança. Entretanto, não é suficientemente compreensível, sobretudo em alguns níveis do ensino, não se ter feito recurso mais generalizado ao sistema “online”, como ocorreu noutros países. Não creio que por via da utilização de recursos públicos seja possível atender à grave situação susceptível de ocorrer com o encerramento de instituições privadas de ensino a diferentes níveis, e as suas consequências em matéria da suspensão dos contratos de trabalho.

As autoridades encorajam a produção em grande escala, mas também há um “handicap” que tem a ver com a distribuição, como sendo factor prejudicial aos negócios...A questão da distribuição, sobretudo da produção agrícola tem vindo a constituir um dos principais elementos de desmotivação do incremento da produção, mormente estar-se a verificar ligeiras melhorias na montagem de processos ao longo das cadeias produtivas.

Sendo a questão da qualidade das vias secundárias e terciárias um factor perturbador, entendo ser necessário estender ao nível dos principais centros de consumo um modelo replicado do “Mercado do 30”, com uma preponderante intervenção de operadores privados. Ao nível da cidade capital, existe elaborado um projecto na posse do Governo Provincial, que prevê a instalação de pequenos mercados com um posicionamento geográfico, que atende as zonas de maior consumo. Também em matéria da distribuição é salutar e passível de ser alargado o relacionamento contratualizado entre certos produtores e as grandes superfícies de comercialização a retalho.

Como alguém versado em vários assuntos entre os quais económicos, sente que há a preocupação de as

autoridades racionalizar as estruturas administrativas, aumentar a eficiência e reduzir as despesas públicas?

Decorrem sinais claros de que é objectivo das lideranças políticas combater a obesidade dos Órgãos da Administração Central do Estado, perseguindo os propósitos de garantir maior eficiência na actividade específica de cada instituição e cumulativamente proporcionar reduções nos encargos correntes que constituem uma “má despesa”. Entretanto, a agilidade e qualidade pretendida da actividade dos serviços públicos, passa igualmente pelos requisitos profissionais e princípios éticos dos agentes públicos de modo que entendam o sentido da missão estabelecida.

Já deveria, faz tempo, haver um maior redimensionamento dos institutos públicos?

Creio que o importante é adopção de medidas que concorram para a eficácia operacional dos serviços direccionados para a melhoria da actividade económica e social e tenham no cidadão o principal mutuário da actividade administrativa dos órgãos públicos.

Do conjunto de sectores, o de Energia e Águas deverá manter a tendência expansionista em 2020, com um crescimento de 7,8%. Será que há muito optimismo à mistura?

O impacto que esses sectores têm na vida dos cidadãos e no crescimento económico e os défices que actualmente se verificam, faz apelo a que se concedam prioridades na dotação de recursos financeiros para assegurar a execução dos projectos estabelecidos. Em relação aos demais sectores, com base nas previsões, a contracção verificará no sector da Agricultura, que contrai 1,2%, Pescas e Derivados, 1,3%, Indústria Transformadora, 1%, Construção, 1,4%, Serviços Mercantis, 1,9% e Outros, 2,3%... Entendo ser justo referir que a revisão do OGE 2020 resultante da contracção das receitas fiscais provenientes do sector petrolífero e num momento particularmente difícil de corrente dos efeitos da pandemia Covid-19 na economia do país, é um exercício de grande mérito e conforto, já que perante um quadro adverso é possível assegurar algumas prioridades e atenuar os efeitos do crescimento económico negativo. Mormente os cortes registados em alguns sectores produtivos, é importante constatar incrementos na saúde e na educação e um ligeiro aumento nas despesas de capital.

Como analisa a questão do desemprego em Angola?

Estou absolutamente seguro que uma das maiores preocupações que deve presidir ao pensamento político vigente é claramente a questão do desemprego e o impacto que tem na juventude. Vejo na actual situação dos níveis de desemprego existente, associado à pobreza e às desigualdades sociais, como um factor rector da instabilidade social e às suas consequências na estabilidade política, o que é preciso preservar a qualquer custo.

Acredita que o Plano de Acção de Promoção da Empregabilidade (PAPE), que visa capacitar mais de 250 mil jovens em três anos, vai atingir a meta preconizada?

É necessário e determinante que se estabeleçam programas que atendam à crítica situação da geração de empregos, mas não posso deixar de ser céptico, face às perspectivas que existem em matéria de crescimento económico, já que é a via possível de concorrer para a criação de emprego.

Face aos ciclos económicos recessivos que vem ocorrendo nos últimos anos, agora associado às consequências das medidas sanitárias relacionadas com a pandemia, tudo faz crer que irá ocorrer uma degradação ainda maior da empregabilidade.

Apesar das adversidades do actual contexto económico, ainda assim, é possível capacitar-se cidadãos, preparando-os para o mercado de trabalho e para o empreendedorismo?

Acho que mesmo na situação actual de desaceleração económica, devemos continuar a apostar na criação de capital humano com melhor capacitação técnico-profissional e de igual modo criar oportunidades da constituição de pequenos negócios com um forte incentivo do Estado.

Acredito que ainda há espaços no nosso contexto económico que se podem constituir em oportunidades de montar negócios susceptíveis de preencher lacunas existentes no mercado.

Como encara o papel do sector privado no novo modelo económico do país?

No momento actual existe vontade política, e algumas condições para que o sector privado exerça o seu tradicional papel de principal agente do crescimento económico. O sucesso do sector privado tem que decorrer do seu mérito em dispor de visão estratégica, competências e habilidades técnicas suportadas por uma organização que permita um posicionamento sustentado no mercado.

Em matéria de regulamentação, é determinante que haja transparência e equidade na contratação das

oportunidades geradas pelo mercado, o que nem sempre ocorre no nosso país. É salutar referir o espaço que o Executivo vem concedendo às Associações Empresariais, promovendo a necessária concertação no tratamento de matérias de interesse comum.

Até que ponto essa ideia de “Um Estado só é um bom Estado quando é menos Estado” ainda é uma realidade?

Trata-se de um princípio universalmente consagrado nas teorias económicas, mas que tem que ser observado tendo presente a regulamentação e procedimentos de estabilidade dos mercados, nem que seja por via da “... sua mão invisível (...)”, como preconiza as teorias económicas neoliberais.

Só em mercados estabilizados e convenientemente regulamentados é que é possível obter relações de valor justas e equitativas.

Como vê a alienação de activos das empresas estatais para agentes privados?

Como nota prévia é importante assumir que o pressuposto crítico de o Estado estar a privatizar os seus activos empresariais decorra da procura de mais eficiência e rentabilidade operacional na exploração dessas empresas nem sempre é verdade. Não é a estrutura societária e a origem dos capitais que determinam os resultados de exploração, mas, outrossim, as competências e qualidade de gestão.

Se este for o consenso, a alienação desses activos, em situação de insolvência na maior parte dos casos, só pode estar a ocorrer numa lógica de procura de liquidez para aumento de receitas fiscais, salvaguardando que não assuma a forma de “saldos de produtos em fim de estação...” Um caso paradigmático é o que ocorre em Singapura, onde as empresas existentes são essencialmente de capitais públicos e de grande rentabilidade e estabilidade económica e financeira, concorrendo de forma preponderante para o nível de desempenho económico desse país.

#### 4.17 Os desafios da gestão orçamental num ambiente de pandemia

*Jornal Expansão*  
17 De Julho de 2020

A crise da pandemia da Covid-19 tem posto à prova os sistemas de saúde pública e a resiliência das economias em todo o mundo. Em resultado da

estratégia generalizada de confinamento, como forma de controlar a propagação da doença, as economias dos países voltaram-se mais para si mesmas. Seguiu-se, em poucas semanas, uma avassaladora quebra do consumo mundial e os países altamente dependentes da exportação de commodities, como é o caso de Angola, ficaram rápida e profundamente afectados pela drástica baixa dos preços.

Este artigo destina-se a explicar os principais desafios da gestão orçamental definida pelo Executivo neste contexto, cuja duração não é ainda possível prever.

Tal como se pode observar na Infografia 1, a incidência da crise pandémica da Covid-19 em termos sanitários no nosso País, onde o primeiro caso confirmado ocorreu no mês de Março, ainda pode ser considerada baixa, sobretudo quando comparamos os nossos números com os de outros países, o que denota o trabalho feito para o controlo da sua cadeia de contágio.

No entanto, do ponto de vista da política fiscal, a Covid-19 chegou bem antes dos primeiros casos locais da doença, uma vez que a queda do preço do petróleo nos mercados internacionais se verificou logo no mês de Janeiro, causando desde aí efeitos severos para as Finanças Públicas (Gráfico 1). O OGE de 2020 era totalmente consistente com a realidade conhecida, mas a sua revisão realista e pragmática tornou-se inevitável em Angola e em todos os países onde o Orçamento Geral do Estado tem força de Lei, no sentido em que o Governo não pode gastar mais, nem de maneira diferente, do que está autorizado a fazer pela Assembleia Nacional.

Mais, certamente, do que em qualquer outro momento da nossa História recente, estamos confrontados com uma economia do que é necessário, essencial e vital. Não é fácil este exercício numa nação como a nossa, em que há tantos desafios para fazer face, do ponto de vista social, do ponto de vista de incentivos económicos, do ponto de vista de infra-estruturas. Mas temos de, cada vez mais, encontrar soluções em que tenhamos a participação activa do sector privado e em que o Estado possa viver de acordo com as suas possibilidades, até porque o stock da dívida está em níveis que nos exigem cautela, e por isso o exercício de pragmatismo e realismo assume uma importância cada vez maior.

O real significado de pragmatismo e realismo prende-se com a efectividade e materialidade na condução das iniciativas do Executivo. Ora, isto significa não mais do que a conciliação entre as intenções e os meios efectivamente disponíveis para as concretizar. Por isso, o OGE revisto apenas prevê despesas que tenham cabal garantia de aprovisionamento

financeiro para a sua execução. Trata-se de inverter a prática, em matéria orçamental, de serem as despesas públicas a condicionarem as receitas, levando a Administração Pública a gastar mais do que as suas possibilidades estruturais. Até antes da queda do preço do petróleo, em 2014, o défice primário não petrolífero ascendia aos 40% do PIE não petrolífero. Desde então, um esforço enorme foi feito para reduzi-lo aos níveis mais baixos que temos hoje, gravitando em torno dos 10%. Mais esforços de consolidação fiscal precisam de ser feitos. E sê-lo-ão.

A título de exemplo, foram apenas deixados no OGE os projectos do Programa de Investimento Público (PIP) que tenham garantidas disponibilidades financeiras ao nível interno ou por via de linhas de financiamento externas, procurando-se, ainda assim, por razões óbvias, proteger a despesa do sector social.

Em síntese, ao nível orçamental, pragmatismo e realismo é isto: identificação e previsão de projectos de investimento, cuja fonte de financiamento não oscile em função da nossa capacidade de arrecadação ordinária, por terem já vias de financiamento absoluta e infalivelmente garantidas.

Assim, os quatro desafios principais para a gestão da política fiscal neste ambiente de pandemia em que vivemos são os seguintes: (1) Combater e conter o contágio da Covid-19; (2) Aliviar desastres nas famílias e empresas; (3) garantir uma gestão macroeconómica com uma política fiscal mais proactiva, (4) relançar os fundamentos do crescimento, com uma política fiscal mais sólida.

Num cenário onde as consequências económicas são avassaladoras, o Executivo tem para si que a protecção da vida dos angolanos não tem preço e tudo será feito para evitar quaisquer cenários catastróficos. Por isso, com recurso à reserva orçamental e à cativação de despesas em outros sectores, o Governo começou por assumir os encargos da saúde.

Entretanto, ao nível do OGE revisto, houve uma preocupação clara em proteger o sector social, especialmente o da saúde, e mesmo em outros sectores onde se registam aumentos, estes terão um efeito muito directo sobre os serviços de saúde, embora aqueles recursos estejam em outras naturezas ou sectores. Este exercício persistirá na medida em que, com o OGE Revisto, precisamos de garantir medidas de saúde pública efectivas e munidas de eficientes recursos para prevenir a infecção e o contágio e implementar políticas de apoio aos agentes económicos.



O Executivo tem vários programas essenciais e determinantes que continuam em execução sem hesitações, apesar da nova realidade. Refiro-me ao Kwenda, PAC, PROPRIV, PAPE e PIIM - que estão em curso, são mensuráveis e temos já resultados concretos.

Para garantir o consumo de bens alimentares da cesta básica para famílias mais vulneráveis, foram disponibilizados recursos no total de 315 milhões Kz para o Ministério da Acção Social, Família e

Promoção da Mulher, que, com os governos provinciais e administrações municipais, desenvolve as campanhas de distribuição de bens para este segmento da população. Em Maio de 2020 iniciou-se a primeira fase do Programa de Transferências Sociais Monetárias, denominado Kwenda, que visa beneficiar cerca de um milhão e seiscentas mil famílias com um subsídio directo no valor de 24.500 Kz por trimestre. Este programa conta com um financiamento global de 420 milhões USD, sendo 320 milhões atribuídos pelo Banco Mundial e os restantes 100 milhões pelo Governo.

No tocante às empresas, podemos assinalar a flexibilização dos pagamentos em prestações dos impostos. A Administração Geral Tributária tem também preterido execuções pelo não pagamento de tributos, através de dispensa de garantia bancária nos casos que visivelmente o recomendem. O caso do imposto industrial, a Administração Geral Tributária também tem vindo a flexibilizar o seu pagamento em prestações, consoante negociação em concreto com os contribuintes.

Destaco, também, a atribuição do crédito fiscal de 12 meses para pagamento do IVA na importação de bens de capital e matérias-primas que sejam utilizados na produção de 54 bens, referidos no Decreto Presidencial n.023/I9, de Janeiro do ano passado; a autorização de diferimento do pagamento da contribuição à Segurança Social (contribuição de 8% do total da folha salarial), referente ao 2º trimestre de 2020, para pagamento em seis parcelas mensais mais adiante e sem juros, devendo as entidades empregadoras do sector privado transferir para os salários dos trabalhadores o valor do desconto da SS (de 3%).

Por outro lado, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) tem disponível uma linha de crédito de 15 mil milhões Kz, para o financiamento às explorações agro-pecuárias familiares, com taxa de juros não superior a 3%.

O BDA, por seu turno, propõe-se disponibilizar até 39,9 mil milhões Kz em linhas de crédito, com uma

taxa de 9%, maturidade de 2 anos e carência de capital de 180 dias, para financiar as compras dos operadores do comércio e distribuição aos produtores nacionais de mais de 50 bens alimentares identificados na lei (cerca de 26,4 mil milhões Kz) e para financiar as compras das cooperativas de produtores familiares e dos empresários agro-pecuários de pequena e média dimensão, a fornecedores nacionais de sementes melhoradas de cereais, hortícolas e tubérculos, de fertilizantes, de pesticidas, de vacinas e de prestação de serviços de preparação e correcção de solos agrícolas, priorizando os produtos feitos em Angola (13,5 mil milhões Kz):

Adicionalmente, o BDA propõe-se disponibilizar uma linha de crédito de 750 milhões Kz para financiar projectos de modernização e de expansão das actividades de um número máximo de 15 cooperativas por cada província, nos Sectores da Agricultura e das Pescas, com um valor máximo de 50 milhões Kz, com uma taxa de juro de 7,5% e maturidade equivalente ao ciclo operacional.

Ao mesmo tempo, o Fundo Activo de Capital de Risco (FA- CRA) tem disponíveis 3 mil milhões Kz para realizar investimentos no capital próprio de cooperativas da agricultura, pecuária e pescas, participando no pagamento da parcela de capital próprio exigida na concessão dos empréstimos a serem disponibilizados pelo BDA.

O FACRA tem ainda uma linha de crédito no valor de 4 mil milhões Kz para financiar sociedades de micro finanças, escolas de campo e caixas de crédito comunitárias, seleccionadas por meio de concurso público, que pretendam operacionalizar um processo de atribuição de microcréditos para mulheres e jovens empreendedores em diversas actividades, como a agricultura e a pesca.

Estamos, finalmente, a estimular a operacionalização das linhas de crédito externas, garantidas pelo Estado, nomeadamente 1 mil milhões USD do Deutsche Bank cedido ao BDA e 120 milhões USD do BAD cedidas ao BPC, que devem ser acompanhadas por um Comité de Supervisão, coordenado pelo Ministério da Economia e Planeamento, e integrado pelos Sectores da Produção não Petrolífera, que devem beneficiar os empresários dos Sectores da Agricultura, das Pescas e da Indústria que pretendam realizar investimentos que tenham mais de 50% de incorporação de factores de produção nacionais e que promovam exportações.

A recessão que Angola enfrenta - rá este ano deixou de ser uma recessão normal. Em recessões normais, para resolvê-las basta a gestão da procura agregada.

Com a pandemia da Covid-19, a prioridade é salvar a vida dos angolanos e de todos estrangeiros residentes no nosso país. De todo o modo, o Executivo não pode parar a economia. Os estragos serão piores. É por esta razão que a perspectiva é continuarmos a envidar esforços com o objectivo de melhorarmos de forma significativa a trajetória da política fiscal e reforçarmos o papel da política monetária que tem sido bastante activa na realização da estabilidade macroeconómica, e, com isto, criarmos um ambiente macroeconómico que propicie rapidamente a tão esperada retoma do crescimento da economia.

Do lado fiscal, em particular, definimos um conjunto de medidas constantes do Decreto Presidencial n.º 96/20, de 9 de Abril, e têm como objectivo adequar a execução da despesa pública, com destaque para a suspensão imediata de despesas consideradas não essenciais.

Com a revisão em curso, observamos um ajuste dos fluxos do OGE na ordem dos 15%, fruto de uma contracção da receita petrolífera e não petrolífera. Da receita petrolífera, assinalamos o impacto da queda do preço do petróleo e dos ajustes nos níveis de produção diária. Entretanto, com a moratória no cumprimento de algumas obrigações tributárias, especialmente em sede do IVA, assistimos a uma redução igualmente da receita tributária não petrolífera.

Outras medidas relevantes são a aprovação da desmobilização de 1,5 mil milhões USD do Fundo Soberano - à semelhança do que fizeram outros países, como a Noruega, que, como sabemos, tem um dos mais robustos fundos do mundo - e procedemos à aceleração do processo de privatizações, como medidas para fazer face à queda da receita.

Para fazer face ao défice, o recurso a fontes alternativas para financiamento do orçamento foi então ponderado ao limite da elasticidade possível, considerando o nível de endividamento em que já nos encontramos. O Ministério das Finanças, com mandato do Titular do Poder Executivo, conseguiu obter urna abordagem e entendimentos com os credores que visa assegurar a sustentabilidade da dívida pública.

O resultado traduz-se em poupanças significativas com a queda das necessidades de capital para pagar os juros e amortizações do serviço da dívida. Apesar disso, a sustentabilidade da dívida continua a ser desafiante. Por ora, são significativos os ganhos e o seu impacto será ainda maior nos próximos exercícios.

No nosso caso específico, é a gestão do próprio stock da dívida (quer interna, quer externa) que nos leva a assumir uma postura prudencial avisada, por forma a garantir não apenas a sustentabilidade deste OGE, mas também dos vindouros, a curto, médio e longo prazos.

Já não é novidade para ninguém que a perspectiva da conjuntura económica mundial não é muito animadora. Com o presente OGE, o Executivo pretende continuar a envidar esforços para obter o equilíbrio das contas públicas; restaurar a estabilidade macroeconómica e projectar um crescimento sustentável-inclusivo e diversificado, apesar da contracção do PIE em 2020.

Entretanto, o Executivo continua a encarar este momento como uma oportunidade para aprofundar as reformas macroeconómicas, com realce para a eliminação dos subsídios a preços pelos seus efeitos perniciosos à economia, às empresas e ao mercado, sem que isso se reflecta como um benefício efectivo para os cidadãos nacionais.

Caem neste âmbito a gestão equilibrada da política cambial, a consolidação fiscal e controle do stock da dívida pública para níveis mais sustentáveis face à riqueza gerada, como uma meta desafiante para o médio prazo.

De resto, vale lembrar que o alcance destas metas nos principais indicadores de estabilização macroeconómica conta com o apoio técnico e financeiro do FMI, através do Programa de Financiamento Ampliado.

## CONCLUSAO

O exemplo do uso rigoroso e parcimonioso dos recursos deve partir do Estado. Por isso, têm sido ministradas várias acções de formação, com participação de um número considerável de secretários gerais, directores dos GEPE [Gabinetes de Estudos, Planeamento e Estatística] e equiparados, provenientes de departamentos ministeriais e governos provinciais, para além doutros gestores orçamentais.

A nossa acção tem sido inequívoca quanto à necessidade de dotar os gestores orçamentais do conhecimento das linhas orientadoras do seu trabalho diário, do papel de cada interveniente na execução da despesa e do reforço das medidas de fiscalização e controlo que garantam a eficácia na execução do OGE. Somos intransigentes quanto à necessidade de elevar o sentido ético e de missão, de coesão, de rigor e de disciplina, determinantes para o bom cumprimento da sua função e que se dediquem à

causa pública, conduzidos pelo superior interesse nacional, que é a expressão máxima do sentimento patriótico.

Por isso, se é verdade que a boa execução orçamental é o desafio maior para que possamos atingir melhores resultados, não é, contudo, menos verdade, que ela não depende exclusivamente do Ministério das Finanças. Continuaremos a perseguir o realismo e o pragmatismo. A sua boa execução, contudo, está nas mãos de to-dos e de cada um de nós.

#### 4.18 "OGE revisto indica que este ano não há eleições"

*Jornal de Angola*

*19 De Julho de 2020*

O director-geral da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, considerou que o valor de 0,27 por cento da Proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto, atribuído às autarquias, indica, por si só, que não haverá, este ano, eleições autárquicas como estava inicialmente previsto.

De acordo com uma nota do Grupo Parlamentar da UNITA, o director da ADRA falava durante um encontro que aquele órgão realizou, sexta-feira, com organizações da sociedade civil. Carlos Cambuta afirmou que, apesar de compreender ser impossível realizar eleições autárquicas, este ano, por causa do contexto actual, “os que têm direito de se pronunciar sobre esta matéria devem fazê-lo, enquanto é cedo, para que esta rúbrica seja retirada do OGE”.

Aquele responsável aconselhou os deputados a questionarem sobre o assunto durante as discussões na especialidade, para que este debate “não esfrie”. “Este compromisso tem de estar bem claro no orçamento, porque não se sabe se 0,27 por cento é para realização das eleições autárquicas ou para a sua preparação”, exigiu.

O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, afirmou, durante a discussão, na generalidade, da Proposta de OGE revisto, que o Governo e o partido que o sustenta aproveitam-se da pandemia da Covid-19 para a não implementação das autarquias este ano, como era previsão.

Em reacção prestadas, ontem, à Rádio Nacional de Angola, a vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, lembrou que a implementação das autarquias é uma iniciativa do seu partido e não vê razões para a formação política ter receio deste desafio.

Luísa Damião sublinhou que as autarquias são implementadas pela primeira vez em Angola e, por isso, o processo de preparação deve ser realizado com cautela.

#### Melhorias no OGE revisto

O director-geral da ADRA notou ter havido melhorias na Proposta do OGE revisto, sobretudo por prestar alguma atenção à área social, mas peca pelo facto de conter muitas zonas cinzentas. “Repetiram-se os mesmos vícios, já que os recursos atribuídos aos sectores chave estão longe de corresponder aos padrões internacionais”, referiu, exemplificando que a “educação devia ter 20 por cento do OGE, mas não passa de 6 por cento desde 2018”.

Carlos Cambuta constatou, por exemplo, que nas verbas alocadas à Educação aparece uma rubrica do Subsídio para a Educação que não está clara, por ter mais despesas em relação ao Ensino Pré-Escolar. “É preciso ter em conta que o investimento na Educação não deve começar só no ensino primário, mas no pré-escolar, que é o passe do sector”, sublinhou.

Em relação à Agricultura, Carlos Cambuta considerou que o recomendável é ter 10 por cento, mas tem, ainda, 3, “numa altura em que se apregoa a diversificação da economia”. As zonas cinzentas, enfatizou, surgem recorrentemente porque o Executivo habituou-nos a trabalhar sozinho. “Por isso, apelamos ao Executivo que, apesar da pandemia da Covid-19, pudéssemos encontrar fórmulas de participação do cidadão, porque ninguém, sozinho, é detentor da verdade, nem de soluções para reverter o quadro penoso em que se encontra o país”.

Para corrigir “os vícios” constantes do OGE, a ADRA, através do seu director, sugere que a sociedade civil seja tida em conta no processo de elaboração. “Além de consultar, deve concertar-se e negociar com a sociedade civil no sentido de se ter a melhor via”, aconselhou.

#### Evitar desequilíbrios

Aos deputados da UNITA, Carlos Cambuta disse que para se evitarem desequilíbrios regionais, a densidade populacional não deve ser a única referência para a alocação das verbas. “Daí que o OGE deve ser bem elaborado para melhorar as despesas”, afirmou, tendo sugerido ao Executivo que tenha em conta os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), durante a elaboração do OGE.

Baseando-se em dados, trouxe à reflexão o município do Curoca, no Namibe, considerado o mais pobre, de acordo com os dados do INE. “Em 10 pessoas, oito

não têm acesso à educação, água potável, nem à habitação condigna”, revelou. “Eles deviam merecer mais atenção, sob pena de, todos anos, continuarem a observar-se assimetrias regionais”, disse.

O primeiro vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Maurílio Luiele, garantiu que encontros com os cidadãos e sociedade civil, em particular, vão continuar, porque permitem colher contribuições valiosas para os futuros OGE.

#### 4.19 Programas sofrem corte de 2,692 biliões de Kwanzas

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Mateus Cavumbo*

As verbas dos programas inscritos no Orçamento Geral do Estado 2020 Revisto, em análise pelas Comissões de Especialidade da Assembleia Nacional, diminuíram 2,692 biliões de Kwanzas subtraídas nos 14,521 biliões de Kwanzas do orçamento inicial, fixando em Kz 11,908 biliões.

Dos cinco programas prioritários do OGE Revisto, destacam-se o de Assistência Médica e Medicamentosa com 129,8 mil milhões, de Melhoria da Qualidade do Ensino Primário com 103,09 mil milhões, o de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza 73,8 mil milhões, assim como do Fomento da Produção Agrícola 29,7 mil milhões de Kwanzas e Valorização da Família e Reforço das Competências 26,4 mil milhões de Kwanzas.

Da comparação entre o OGE em vigor e em revisão quanto aos maiores programas verifica-se uma diferença na dotação na ordem de 367,9 mil milhões de Kwanzas. No conjunto dos programas prioritários enumerados, a verba está fixada em 1,027 biliões de Kwanzas, acima de 943,6 mil milhões reservados para o Sector Económico, este que comporta áreas para o estímulo social, como Agricultura, Silvicultura e Pesca, que passou de 216 para 256,6 mil milhões de Kwanzas.

O segmento dos Transportes, na proposta orçamental, é-lhe atribuído o montante de 711,2 mil milhões de Kwanzas, contra os 306 mil milhões anteriores.

Já a área de Combustíveis e Energia sofreu um incremento de 183,8 para 305,5 mil milhões, a Indústria Extractiva, Transformadora e Construção desceu de 45,3 para 37,9 mil milhões, assim como de 31,1 para 18,6 mil milhões de Kwanzas para os Assuntos Económicos Gerais, Comerciais e Laborais

e de 20,9 para 18,3 mil milhões em despesas previstas para as Comunicações e Tecnologias de Informação.

No cômputo da Distribuição Funcional da Despesa em revisão, o Sector Económico é a que tem menor dotação orçamental em relação aos demais, pese embora tenha sido incrementado 232,4 mil milhões de Kwanzas. Passou de 711,2 para 943,6 mil milhões de Kwanzas em relação ao OGE 2020 inicial.

O Sector Económico é suplantado pelos demais, como o Sector Social, sobretudo, a Educação e Saúde (1,68 biliões Kz), num cômputo de 2,413 biliões de Kwanzas, a Defesa, Segurança e Ordem Pública com 1,175 biliões de Kwanzas, assim como os Serviços Gerais 1,397 biliões de Kwanzas, além das despesas fiscais primárias, financeira, operações da Dívida Interna e Externa. Esses segmentos suportam gastos de Kz 7,5 biliões, 55,9 por cento do valor geral do OGE Revisto (13.455.305.790.365).

OGE inicial

No orçamento em vigor consta 629,8 mil milhões de Kwanzas para o programa de Combate às Grandes Endemias, o maior com verba de 157 mil milhões, secundado pela Construção e Reabilitação das Infraestruturas Rodoviárias, tendo sido alocados 151,9 mil milhões, assim como da Extensão do Abastecimento da Água nas Zonas Urbanas, Sedes de Municípios e Rurais, no valor de Kz 126,1 mil milhões.

O Ensino Primário tem 106,8 mil milhões enquanto o de Combate à Pobreza 87,9 mil milhões. No OGE inicial, os cinco maiores programas consumiriam 629,88 mil milhões de Kwanzas, muito mais abaixo dos 1,027 biliões da proposta orçamental em revisão. O tecto do orçamento geral, em revisão, baixou de 15,9 biliões de Kwanzas para 13,4 biliões.

No OGE em análise pela Assembleia Nacional tem outros programas de menor expressão às quais contabilizam-se 12, tendo como realce ao Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações com 643,5 milhões de Kwanzas, ao da Melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional no

valor de 473,7 milhões, o de Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar com 390,2 milhões e Fomento da Exploração e Gestão Sustentável de Recursos Florestais de 312,087 milhões de Kwanzas.

Com menos verbas, perfilam-se a Melhoria do Bem-Estar dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria (5,7 milhões de Kwanzas), Desenvolvimento e Consolidação da Fileira do Petróleo e Gás Natural (19,8 milhões) e Biodiversidade e Áreas de Conservação (11,04 milhões).

### Programas com verbas reduzidas

Se no OGE em revisão tem 12 programas com montantes reduzidos, no OGE inicial existem nove, com destaque para a Melhoria do Sistema Geodésico e Cartografia Nacional com 49.595.240 Kz, Melhorias da Organização e das Condições de Trabalho (79.680.092), Melhoria da Capacidade Nacional de Prevenção e Socorro das Populações (100.081.882 Kz), Melhoria da Participação de Angola no Comércio Internacional - 140.211.147 Kz, assim como a Coesão Territorial no valor de Kz 224.302.055.

Consta igualmente a Promoção da Cidadania e da Participação dos Cidadãos na Governação (Kz 317.686.081), Biodiversidade e Áreas de Conservação (Kz 451.133.377) e Fortalecimento e Valorização das Forças Armadas Angolanas cujo valor é Kz 592.633.159. O valor mais alto dos menores é a Modernização e Desenvolvimento da Actividade de Transportes com uma verba de Kz 737.282.624.

Programas de apoio ao sector privado cobrem o ‘gap’ existente entre os sectores

O ‘gap’ que existe entre o Sector Económico e os demais será compensado com os programas em curso que visam o apoio ao sector privado, ante os escassos recursos atribuídos a segmento estratégico ligado à produção nacional, considera o economista e docente universitário, Fernando Vunge.

O também gestor bancário reconhece que a dotação orçamental é baixo face aos desafios do sector em relação ao Sector Social, Defesa, Segurança e Ordem Pública, Serviços Gerais, operações da Dívida Interna e Externa. O Sector Económico é a chave para a retoma do crescimento alavancando e para o processo de diversificação nacional e potenciar a produção nacional com vista a reduzir as importações e fomentar as exportações para diversificar as fontes de divisas, enfatiza Fernando Vunge.

Contudo, diz o economista, a dotação atribuída foi a melhor possível, tendo em conta o actual contexto em que são alocados 15 por cento da Despesa Fiscal Primária, perfazendo 7 por cento da despesa total. Sublinhou que o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 prevê uma inversão do actual modelo de crescimento extremamente depende do sector petrolífero para um modelo de crescimento diversificado com um maior protagonismo do sector privado.

“No OGE 2020 Revisto estão inscritos vários programas de apoio ao empresariado nacional com destaque para o Programa de Apoio à Produção,

Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI) com suporte do Programa de Apoio ao Crédito (PAC)”, clarifica.

Destaca ainda os estímulos do Banco Central para o financiamento da economia, programa de Privatizações (PROPRIV), Plano Integrado nos Municípios (PIIM), Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE), assim como o reforço do processo de Regularização dos Atrasados, entre outros enquadrados no processo de consolidação fiscal.

Lembrou para finalizar que o impacto da Covid-19 obrigou o Executivo a rever o OGE 2020 adequando as despesas a nível de receitas previstas. Entretanto, no espaço online “Conversa da Mulemba”, o agrónomo, fundador da associação Acção de Desenvolvimento Rural Angolana (ADRA), Fernando Pacheco, ao referir-se sobre “A Segurança Alimentar dos Angolanos Matters”, escreveu que a percentagem no todo do OGE revisto para a Agricultura subiu ligeiramente, mas está muito longe do desejável.

## 4.20 Energia e Segurança Social priorizados no OGE 2020

*Jornal de Angola*

*31 Julho de 2020*

*Texto: Mateus Cavumbo*

DRO sector eléctrico constitui pilar importante para o andamento de uma economia próspera

O Orçamento Geral do Estado (OGE) 2020 Revisto em que contém despesas e receitas na ordem de 13.455.305.790.365 kwanzas, aprovado na terça-feira desta semana pelo Parlamento, priora na rubrica “Despesas de Natureza por Unidade Orçamental”, os sectores da Energia e Águas, Trabalho e Segurança Social, Transportes, Finanças e Obras Públicas e Ordenamento.

No total das despesas reserva 1,195 biliões de kwanzas para as unidades do sector económico nacional. Em comparação com o OGE inicial, registou um aumento de 59, 596 mil milhões de kwanzas, uma vez que prescrevia uma verba inicial de 1,135 biliões de kwanzas.

Nos cálculos efectuados pelo Jornal de Angola sobre os 11 sectores, que compõem a economia, indicam que houve uma subtracção de verbas na ordem 230,050 mil milhões de kwanzas em seis sectores, nomeadamente, da Agricultura e Pescas, Indústria e Comércio, da Administração Pública, Trabalho e

Segurança Social, das Tecnologias de Informação e Comunicação Social, das Obras Públicas e Ordenamento do Território e da Economia e Planeamento. Este último é o que menos verbas obteve na rubrica “Despesas de Natureza por Unidade Orçamental”, tendo registado um corte na ordem de 7,386 mil milhões de kwanzas, ou seja, de 14,900 mil milhões do OGE inicial passou para 7,513 mil milhões de kwanzas.

No sector da Economia e Planeamento, o Instituto Nacional de Estatística (INE) levou maior bolo, quer no OGE inicial, quer no Revisto.

Apesar de liderar na dotação, sofreu uma baixa orçamental tendo, inicialmente, 3,743 mil milhões agora ficou com 3,127 mil milhões de kwanzas. A seguir vem o sector da Indústria e Comércio com um orçamento proposto de 13,129 mil milhões de kwanzas, inferior em relação aos 25,902 do OGE inicial.

#### Aumento

Os segmentos das Finanças, da Energia e Águas, dos Transportes e dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás, são os que viram os seus orçamentos a aumentarem na proposta do OGE 2020.

No caso das Finanças, subiu 45,901 mil milhões de kwanzas, tendo saído de 62,037 mil milhões para 107,938 mil milhões de kwanzas. Pela análise feita pelo JA, as Finanças viram o seu orçamento a subir justificada pela inclusão das suas 18 delegações provinciais, apesar de terem também sofrido corte. O valor das representações das Finanças é fixado em 2,294 mil milhões de kwanzas, abaixo dos 2,939 mil milhões de kwanzas iniciais.

A província do Huambo é a que recebe maior dotação orçamental em comparação com as demais, com 271,392 milhões de kwanzas, secundada pela Huíla com 241,912 milhões, Benguela com 227,477 milhões e a delegação das finanças de Luanda com 168,084 milhões de kwanzas. Malanje e Cuanza Norte são as finanças mais penalizadas com 78,881 e 80,314 milhões de kwanzas, respectivamente.

A Administração Geral Tributária (AGT) é a líder do orçamento das Finanças com 43,781 mil milhões de kwanzas, contra os 28,356 mil milhões (iniciais), uma subida de 15,925 mil milhões de kwanzas.

#### Energia e águas

Em relação a este sector importante da economia nacional, no orçamento, não tem uma inscrição distributiva genérica das unidades, mas possui uma verba para a rubrica de 360,743 mil milhões de

kwanzas, contra os 267, 548 mil milhões, o que implica um incremento de 93,195 mil milhões de kwanzas.

O MINEA prioriza o programa sobre a “Consolidação e Optimização do Sector Eléctrico com uma verba de 92,614 mil milhões de kwanzas. No que reserva à rubrica das unidades, o sector dos Transportes recebe 255,443 mil milhões, um incremento de 105,434 mil milhões, uma vez que no orçamento inicial estava inscrito 150, 809 mil milhões de kwanzas.

Sobre o sector dos Recursos Minerais, Petróleos e Gás, as verbas subiram de Kz 10,643 mil milhões para 25, 282 mil milhões (mais 14, 639 mil milhões), sendo o Instituto Nacional de Petróleos (INP) a unidade com mais orçamento com 507, 902 milhões, acima de 83, 315 milhões atribuídos no OGE inicial ao Instituto Geológico de Angola.

#### PIB por sectores

O Produto Interno Bruto (PIB), em volume encadeado, registou uma variação de (1,8%) em termos homólogos, segundo os indicadores anunciados recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O desempenho das actividades económicas no I Trimestre de 2020 em relação ao I Trimestre de 2019, em termos de variação negativa, é atribuído fundamentalmente às actividades de Pesca (-7,9%), Petróleo (-1,7%), Extracção de Diamantes (-5,2%), Comércio (-11,6%), Financeiro (-5,1%) e SIFIM (Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos) com -7,9%.

As actividades que mais contribuíram, em termos de participação, constituindo-se em factores importantes para o desempenho das actividades no PIB do I trimestre de 2020 foram a extracção e refinação do petróleo bruto e gás natural com 33%, seguida do Comércio com 14%, Construção com 12%, Administração Pública com 8%.

Outros Serviços com 6%, Serviços Imobiliários e Aluguer com 6% e Agro Pecuária e Silvicultura com 5%, respectivamente.

## 4.21 Verba para malária teve corte de 45% nos últimos 2 anos

*Novo Jornal*

*31 De Julho de 2020*

*Texto: Teresa Fukiady*

O Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto de 2020 atribuiu ao 'projecto de Combate à Malária' do Ministério da saúde pouco mais de 2,2 mil milhões de kwanzas. Anteriormente, na proposta de revisão do documento, a verba prevista era de cerca de 1,5 mil milhão Kz, tendo sido acrescentados 745,5 milhões Kz, retirados do Programa de Investimentos Públicos da Presidência da República, destinados à adaptação da casa protocolar B e a respectiva adaptação para um centro clínico dentário.

Nesta segunda-feira, 27, o Executivo anunciou ter desistido do centro após várias críticas da sociedade. Os 3,3 mil milhões Kz atribuídos à empreitada eram mais de duas vezes superior aos 1,5 mil milhão Kz do Projecto de Combate à Malária.

Numa constatação feita pelo Novo Jornal aos documentos dos últimos três anos, 2018, 2019 e 2020, nota-se que, nos períodos em referência, apesar do ligeiro crescimento neste último ano, a verba atribuída à malária, principal causa de morte no País, tem vindo a registar cortes significativos. Por exemplo, em 2018, o Executivo cabimentou ao 'Projecto de Combate à Malária' mais de 7,7 mil milhões Kz. Já em 2019, no OGE revisto, para a mesma rubrica, foram atribuídos 1,9 mil milhão Kz.

Contas feitas indicam que, entre 2018 e 2019, o corte nas despesas correspondentes ao 'Projecto de Combate à Malária' foi de 74%, ou seja, no período comparado, o Estado retirou ao projecto de Combate à Malária mais de 5,7 mil milhões Kz, uma vez que, no primeiro ano, cedeu 7,7 mil milhões Kz, enquanto no segundo aplicou 1,9 mil milhão Kz.

Inicialmente, na proposta do OGE revisto 2020, estava prevista uma despesa de quase 1,5 mil milhão Kz para o projecto, mas houve um acréscimo de 745,5 milhões Kz na proposta aprovada nesta terça-feira, 28, totalizando nos mais de 2,2 mil milhões Kz, tal como explicado no primeiro parágrafo.

Cálculos refeitos pelo Novo Jornal apontam que, nos orçamentos dos últimos dois anos, 2019 e 2020, o Executivo disponibilizou 4,2 mil milhões Kz para o Projecto de Combate à Malária que, comparados ao orçamento de 2018 para a mesma rubrica, se regista uma quebra de 45%, correspondentes a 3,5 mil milhões Kz.

Malária mata mais de 10 mil pessoas por ano

No país, a malária é a principal causa de morte. De 2017 até Setembro de 2019, a doença foi responsável por mais de 31 mil mortes em mais de 15 milhões de casos diagnosticados. Entre Janeiro e Março deste

ano, foram notificados mais de 2.548 falecimentos e mais de dois milhões de casos.

Em 2018, Angola registou 5,9 milhões de casos de malária. Pelo menos 51% das 11.814 mortes provocadas pela doença, neste ano, foram de menores de cinco anos.

A malária é a primeira causa de morte em Angola, seguida dos acidentes de viação, e, de acordo com as autoridades, representa perto de 20% dos internamentos nas unidades sanitárias e cerca de 35% da demanda de cuidados curativos.

O plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 tem como uma das metas para 2022 reduzir a taxa de mortalidade para 10%. Em 2018, a taxa era de 43,3%.

[teresa.fukiadyenovojournal.co.ao](mailto:teresa.fukiadyenovojournal.co.ao)

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

## 5.1 Proposta sobre os símbolos autárquicos tem consenso

*Jornal de Angola*  
2 De Julho de 2020  
Texto: Edna Dala

As Comissões de Trabalho Especializadas da Assembleia Nacional aprovaram, ontem, por unanimidade, a Proposta de Lei dos Símbolos Autárquicos. O diploma está pronto para a votação final global, pelo plenário, nos próximos dias.

A Proposta de Lei, com três capítulos, foi aprovada com algumas emendas, depois de muitas discussões. O mesmo consagra a bandeira autárquica como único símbolo e de uso obrigatório nas autarquias locais.

Depois de muitas sugestões, discussões e análises, o ministro da Administração do Território, Marcy Lopes, acolheu a sugestão para a inclusão de mais um símbolo, no caso um emblema que deverá ser facultativo e merecer ainda a atenção dos deputados no que concerne à designação definitiva do mesmo. O distintivo, segundo Marcy Lopes, deve ser facultativo, representar a geografia e cultura do espaço territorial do município.

Na sua intervenção, Marcy Lopes explicou que a bandeira acaba por ser suficientemente identitária para identificar as autoridades autárquicas.

Naquilo que é a sua essência, sublinhou, o diploma faz referência apenas a um símbolo autárquico, a bandeira, para evitar outros constrangimentos. Segundo Marcy Lopes, os símbolos das autarquias não podem concorrer com os símbolos nacionais, para se evitar alguns constrangimentos no futuro.

“Temos que primar pela unidade nacional, construída todos os dias e, para isso, todos têm a responsabilidade de garantir que isso seja feito sem interferências e dificuldades aos destinatários”, sublinhou. Acrescentou que o país está a fazer um percurso de união com as mãos dadas e o único elemento de identidade nacional é o Hino Nacional. Neste momento de estabilidade é necessário não introduzirmos elementos que possam atrapalhar o percurso”, salientou. Esclareceu que a competência de aprovação do símbolo autárquico é da assembleia da autarquia.

Entre as sugestões não acolhidas, destacam-se a criação de um hino em diferentes línguas nacionais, brasão, ensino sobre os símbolos autárquicos e a presença da bandeira autárquica nos edifícios. O diploma foi aprovado na generalidade no mês

passado, na 10ª reunião plenária da Assembleia Nacional.

## 5.2 Banco Africano prevê recessão de mais de 5 por cento em Angola

*Jornal de Angola*  
10 De Julho de 2020  
Texto: André dos Anjos

Depois de em finais de Janeiro ter estimado para este ano um crescimento de 2,8 por cento e uma inflação de 11,2 por cento, com um excedente orçamental de 0,1 por cento, o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) reviu em baixa as perspectivas para a economia angolana, antecipando agora uma recessão que pode chegar a 5,3 por cento e um aumento de 24,3 por cento nos preços até Dezembro.

Num documento a que o Jornal de Angola teve acesso ontem, analistas do BAD atribuem o revés à pandemia de Covid-19, que começou na China, em Dezembro de 2019, e chegou a Angola em Março.

“A Covid-19 e a dramática redução nos preços do petróleo minaram os esforços das reformas, exacerbando a situação macroeconómica que já era frágil, e limitando as perspectivas para uma rápida recuperação económica”, lê-se no suplemento às Perspectivas Económicas Regionais, o relatório anual do BAD sobre as economias africanas.

O documento, que revê fortemente em baixa as estimativas apresentadas no final de Janeiro, antevê uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) em Angola entre 3,1 por cento, no cenário base, que pode ir até 5,3 por cento no cenário mais grave.

“A redução da receita fiscal ligada ao petróleo, que representa cerca de 60 por cento do total da receita, vai contribuir para um défice orçamental que pode ir de 4,4 por cento do PIB até 9,7 por cento”, no cenário mais pessimista.

No documento, que coloca Angola em 43º lugar dos 54 países africanos e em 170º dos 195 países a nível mundial em termos de preparação do sistema de saúde (Índice Global de Segurança Sanitária), os analistas do BAD alertam que “as perspectivas sombrias de crescimento, num contexto em que o país entra no quinto ano de recessão, vão aumentar os desafios sociais num país com 32 por cento de desemprego”.

Receitas do petróleo valem menos de 50 por cento



O Standard Bank calcula que as receitas do petróleo em Angola desçam, pela primeira vez, para menos de 50 por cento do total da receita fiscal, devido aos preços das matérias-primas e ao impacto da pandemia.

“Os preços baixos do petróleo e o impacto da pandemia da Covid-19 baixaram a previsão de receita fiscal e pela primeira vez o Governo espera que o rácio das receitas petrolíferas face ao total caia para menos de metade (48,2 por cento), face aos 60,7 por cento de 2019 e aos 64,7 por cento do orçamento original”, lê-se numa análise do Departamento de Estudos Económicos do Standard Bank.

De acordo com o documento, enviado aos clientes e citado pela Lusa, “a despesa total deverá aumentar 17,9 na revisão apresentada na semana passada.

A degradação do cenário económico implica também um desequilíbrio orçamental, com o Governo angolano à espera agora de um défice de 4 por cento, que compara com a previsão de excedente de 1,2 por cento do PIB.

A balança de pagamentos também deverá oscilar para terreno negativo, descendo de 6,1 por cento em 2019 para -4,2 por cento este ano.

“A expectativa de défices gémeos é em larga parte atribuível ao panorama sombrio esperado no sector petrolífero, com o orçamento a assumir um preço de 33 dólares por barril, que compara com os 55 dólares previstos anteriormente”, acrescenta-se no documento.

### 5.3 Estatutos das administrações municipais sofrem alterações

*Jornal de Angola*

*11 De Julho de 2020*

*Texto: César Esteves*

Os estatutos orgânicos das administrações municipais da província de Luanda foram alterados para se adequarem ao Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, que regulamenta os princípios e as normas de organização e funcionamento dos órgãos da Administração Local do Estado.

O Decreto Presidencial fixa as estruturas organizacionais das administrações, bem como os mecanismos de operacionalização dos entes administrativos municipais, de modo a permitir maior participação dos munícipes na gestão da coisa pública, maior racionalidade orgânica e funcional e de recursos humanos.

Na prática, as administrações viram redimensionadas as estruturas funcionais, dando lugar a fusão de algumas delas. A administração municipal do Cazenga, por exemplo, viu reduzir algumas áreas, segundo adiantou, ao *Jornal de Angola*, a directora do gabinete Jurídico, Intercâmbio e Apoio às Comissões de Moradores, Estefânia Ferreira.

Aquela responsável apontou os casos das áreas Jurídica e do Intercâmbio que se fundiram e deram lugar ao Gabinete Jurídico, Intercâmbio e Apoio às Comissões de Moradores. Com isso, disse, deixou de haver duas directoras. Outras áreas fundidas, a nível da administração do Cazenga, são as de Actividades Económicas e de Comércio.

A fusão originou na Direcção Municipal de Apoio e Desenvolvimento Económico Integrado. O Gabinete de Inspeção foi extinto. As atribuições passaram para o Gabinete Jurídico, Intercâmbio e Apoio às Comissões de Moradores Jurídico da administração municipal.

Segundo uma fonte do Governo da Província de Luanda, a elaboração, aprovação e publicação dos novos estatutos orgânicos dos municípios enquadra-se no Plano Estratégico de reforço da desconcentração administrativa, que visa, no essencial, reforçar e clarificar o espaço de intervenção dos municípios, dotando-os de estruturas viradas para a prestação de serviço de maior qualidade e de mais proximidade dos munícipes.

No essencial, esclareceu a fonte, essas alterações visam transformar o município no epicentro da prestação dos serviços públicos essenciais.

### 5.4 CASA-CE acredita na realização das eleições autárquicas em 2022

*Jornal de Angola*

*12 De Julho de 2020*

*Texto: César Esteves*

A CASA-CE acredita na possibilidade de as eleições autárquicas, previstas para este ano, virem a acontecer apenas em 2022, em simultâneo com as gerais, devido à pandemia da Covid-19.

A previsão da coligação, liderada por André Mendes de Carvalho “Miau”, foi manifestada, hoje, em Luanda, pelo secretário executivo nacional, Rafael Aguiar, na abertura de uma acção de formação política e ideológica aos militantes do município de Talatona. “O que se está a desenhar é que vamos ter cedo ou quando possível, as eleições autárquicas, bem

como as podemos ter, também, em simultâneo, com as gerais”, vaticinou o político.

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) diz estar apenas a depender da conclusão, no Parlamento, do Pacote Legislativo e da convocação das eleições autárquicas para começar a trabalhar no calendário eleitoral. A informação foi prestada, no mês passado, pelo porta-voz da CNE, no final da terceira reunião plenária ordinária.

Lucas Quilundo deu a conhecer que a instituição já fez aprovar um conjunto de medidas que deverá dotá-la de capacidade para que, tão logo os passos de que está dependente sejam concluídos, comece a trabalhar nessa matéria. Apesar de não haver uma certeza sobre as eleições autárquicas, a CASA-CE continua a formar os militantes.

Com os olhos nas eleições, o secretariado executivo nacional da coligação realiza, desde o dia 30 de Maio, um ciclo de formação intensiva dirigida aos quadros de nível central, provincial, municipal e comunal, com vista a prepará-los para participarem no processo eleitoral autárquico, o primeiro do país.

Ontem, foi a vez dos militantes de Talatona, em Luanda. Na ocasião, o secretário executivo nacional, Rafael Aguiar, exortou os militantes daquela circunscrição da província de Luanda a engajarem-se nas responsabilidades que lhes forem atribuídas. “Temos de nos preparar, criando núcleos e potenciá-los no sentido de que, quando as eleições chegarem, podermos estar à altura do desafio e, com isso, atingir o nosso objectivo”, realçou.

Nessas formações, que ocorrem aos fins-de-semana, os militantes da coligação aprendem a recolher, analisar e tratar informações, “numa perspectiva científica”, bem como, mecanismos, métodos e gestão. Entre os temas, consta, igualmente, a resolução de conflitos, por ser fundamental a quem pretende liderar.

“Uma decisão mal tomada leva a organização ao abismo, mas uma, bem tomada permite satisfazer as necessidades e os interesses das populações”, afirmou Rafael Aguiar, lembrando que a tarefa fundamental dos gestores ou líderes é a tomada de decisões. O secretário executivo nacional da CASA-CE justificou a escolha do tema sobre resolução de conflitos, com o facto de aquela organização ser uma coligação, que “congrega diferentes partidos políticos, com diversas formas de pensar, ser e estar”.

“Entendemos ser fundamental capacitar os quadros, no sentido de entenderem ser normal a existência de conflitos”, disse. Rafael Aguiar considerou que “uma

organização normal é aquela em que o consenso e o conflito podem coabitar”. “O anormal é a existência de violência”, frisou o político.

União contra a Covid-19

O secretário executivo nacional da CASA-CE pronunciou-se, igualmente, sobre a pandemia da Covid-19. O político disse ser importante que, nesta fase difícil por que passa o país, as forças políticas, quer do poder, quer da oposição, andem de mãos dadas, para lutarem contra a pandemia. “É importante estarmos unidos, para, em conjunto, combatermos a Covid-19”, defendeu Rafael Aguiar, para acrescentar que, nesta altura, os partidos devem esquecer o interesse pela manutenção ou alcance do poder.

O político sugeriu ao Governo a convocação de todos os professores que se encontram a receber salários sem fazer nada, devido à pandemia, para participarem no combate à Covid-19.

## 5.5 Revisão do OGE prevê despesas para as autarquias

*Jornal de Angola*  
15 De Julho de 2020

O presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, disse, ontem, que a revisão do OGE 2020 resulta da necessidade de se assegurarem despesas ligadas aos serviços da Administração do Estado, fundos autónomos, segurança social e à descentralização e implementação do processo das autarquias locais.

O parlamentar considerou de "equilibrado" o OGE Revisto e defendeu políticas de apoio para a produção nacional, no sentido de se garantir rendimentos mínimos em prol das famílias vulneráveis.

Américo Cuononoca, que apresentava a declaração política, falou dos momentos difíceis por que passa a economia do país devido à crise económica e financeira provocada pela baixa do preço do petróleo.

UNITA pede fiscalização

O líder da UNITA, Adalberto Costa Júnior, apelou para a necessidade da fiscalização e prestação de contas no país. O político mostrou-se preocupado com o facto das reservas internacionais líquidas do país garantirem apenas cinco meses de importações.

Pelo facto do país não registar crescimento económico, Adalberto da Costa Júnior, que apresentou a declaração política, aconselhou o Executivo a não contrair novas dívidas e a encontrar espaços para o financiamento dos agentes privados.

O líder da UNITA defendeu a redução das assimetrias entre as diferentes localidades para garantir o crescimento social e económico do país. "Se as províncias, incluindo Luanda, não ganharem a alforria do Governo Central e não se promover um espírito de competição saudável entre as 18 províncias, teremos mais dificuldades", afirmou.

O presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, Alexandre Sebastião André, defendeu boa governação, traduzida na qualidade de vida dos cidadãos e evidenciada pela transparência, respeito da coisa pública e observância rigorosa da Constituição.

#### FNLA e PRS

O líder da FNLA, Lucas Ngonda, reconhece que alguns passos no país foram dados no domínio da diversificação da economia, mas alertou para a necessidade de se resolver o eterno problema das estradas, para a transportação dos produtos do campo para os centros urbanos.

"Se queremos um país desenvolvido, temos de evitar que Angola seja monopólio de famílias abastadas, deixando o mundo rural à margem do progresso social", afirmou.

Para Benedito Daniel, representante do PRS, a revisão orçamental teria sido evitada se as propostas da oposição fossem tidas em conta.

## 5.6 "OGE revisto indica que este ano não há eleições"

*Jornal de Angola*

*19 De Julho de 2020*

O director-geral da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, considerou que o valor de 0,27 por cento da Proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto, atribuído às autarquias, indica, por si só, que não haverá, este ano, eleições autárquicas como estava inicialmente previsto.

De acordo com uma nota do Grupo Parlamentar da UNITA, o director da ADRA falava durante um encontro que aquele órgão realizou, sexta-feira, com organizações da sociedade civil. Carlos Cambuta afirmou que, apesar de compreender ser impossível realizar eleições autárquicas, este ano, por causa do contexto actual, "os que têm direito de se pronunciar sobre esta matéria devem fazê-lo, enquanto é cedo, para que esta rubrica seja retirada do OGE".

Aquele responsável aconselhou os deputados a questionarem sobre o assunto durante as discussões na especialidade, para que este debate "não esfrie". "Este compromisso tem de estar bem claro no orçamento, porque não se sabe se 0,27 por cento é para realização das eleições autárquicas ou para a sua preparação", exigiu.

O presidente da UNITA, Adalberto Costa Júnior, afirmou, durante a discussão, na generalidade, da Proposta de OGE revisto, que o Governo e o partido que o sustenta aproveitam-se da pandemia da Covid-19 para a não implementação das autarquias este ano, como era previsão.

Em reacção prestadas, ontem, à Rádio Nacional de Angola, a vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, lembrou que a implementação das autarquias é uma iniciativa do seu partido e não vê razões para a formação política ter receio deste desafio.

Luísa Damião sublinhou que as autarquias são implementadas pela primeira vez em Angola e, por isso, o processo de preparação deve ser realizado com cautela.

#### Melhorias no OGE revisto

O director-geral da ADRA notou ter havido melhorias na Proposta do OGE revisto, sobretudo por prestar alguma atenção à área social, mas peca pelo facto de conter muitas zonas cinzentas. "Repetiram-se os mesmos vícios, já que os recursos atribuídos aos sectores chave estão longe de corresponder aos padrões internacionais", referiu, exemplificando que a "educação devia ter 20 por cento do OGE, mas não passa de 6 por cento desde 2018".

Carlos Cambuta constatou, por exemplo, que nas verbas alocadas à Educação aparece uma rubrica do Subsídio para a Educação que não está clara, por ter mais despesas em relação ao Ensino Pré-Escolar. "É preciso ter em conta que o investimento na Educação não deve começar só no ensino primário, mas no pré-escolar, que é o passe do sector", sublinhou.

Em relação à Agricultura, Carlos Cambuta considerou que o recomendável é ter 10 por cento,

mas tem, ainda, 3, “numa altura em que se apregoa a diversificação da economia”. As zonas cinzentas, enfatizou, surgem recorrentemente porque o Executivo habituou-nos a trabalhar sozinho. “Por isso, apelamos ao Executivo que, apesar da pandemia da Covid-19, pudéssemos encontrar fórmulas de participação do cidadão, porque ninguém, sozinho, é detentor da verdade, nem de soluções para reverter o quadro penoso em que se encontra o país”.

Para corrigir “os vícios” constantes do OGE, a ADRA, através do seu director, sugere que a sociedade civil seja tida em conta no processo de elaboração. “Além de consultar, deve concertar-se e negociar com a sociedade civil no sentido de se ter a melhor via”, aconselhou.

#### Evitar desequilíbrios

Aos deputados da UNITA, Carlos Cambuta disse que para se evitarem desequilíbrios regionais, a densidade populacional não deve ser a única referência para a alocação das verbas. “Daí que o OGE deve ser bem elaborado para melhorar as despesas”, afirmou, tendo sugerido ao Executivo que tenha em conta os dados produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), durante a elaboração do OGE.

Baseando-se em dados, trouxe à reflexão o município do Curoca, no Namibe, considerado o mais pobre, de acordo com os dados do INE. “Em 10 pessoas, oito não têm acesso à educação, água potável, nem à habitação condigna”, revelou. “Eles deviam merecer mais atenção, sob pena de, todos anos, continuarem a observar-se assimetrias regionais”, disse.

O primeiro vice-presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, Maurílio Lueille, garantiu que encontros com os cidadãos e sociedade civil, em particular, vão continuar, porque permitem colher contribuições valiosas para os futuros OGE.

## 5.7 Mosaiko encoraja participação nas autárquicas

*Jornal de Angola*  
22 De Julho, 2020

Um projecto de sensibilização sobre a importância das autarquias está a ser desenvolvido, em cinco províncias, pelo Mosaiko-Instituto para a Cidadania e a ONG People in Need.

Denominado “Vamos Votar!”, o projecto vai ser implementado nos municípios de Luanda (Luanda), Cuito (Bié), Lubango (Huila), Luena (Moxico) e Gabela (Cuanza-Sul). Mulheres, jovens e pessoas com deficiência serão sensibilizados para uma participação

activa em processos democráticos, como as eleições autárquicas.

Um comunicado do Mosaiko refere que o objectivo é atingir um maior envolvimento dos cidadãos nas primeiras eleições autárquicas em Angola. O documento acrescenta que, durante o projecto, os cidadãos serão fortalecidos nos conhecimentos e respeito pelos Direitos Humanos e pelas liberdades fundamentais.

O comunicado sublinha que o foco do projecto é, também, a capacitação das Organizações da Sociedade Civil locais, disponibilizando competências, recursos e oportunidades para que sejam parte da mobilização e educação dos eleitores. O lançamento do projecto, cofinanciado pela União Europeia e Embaixada da Holanda em Angola, aconteceu na quinta-feira passada, na cidade do Cuito, Bié.

Na ocasião, autoridades administrativas e representantes da sociedade civil reconheceram que a informação que chega à província não é suficiente. “Falar de autarquias ainda é bastante incomum na nossa sociedade. Não temos grande conhecimento e precisamos que se fale do assunto, porque é um momento novo que vamos viver na nossa sociedade”, referiu no discurso de encerramento da cerimónia, Ângela Ucueanga, administradora municipal adjunta do Cuito, citada no comunicado.

Considerou que o projecto é uma oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre as autarquias, para que cada um possa participar, de forma efectiva, no processo autárquico. O presidente do Fórum das Organizações da Sociedade Civil no Bié, Gabriel Graça, indicou que a população precisa saber o dever de cada cidadão e o benefício que poderá alcançar depois das eleições autárquicas.

## 5.8 Símbolos Autárquicos recebem luz verde

*Jornal de Angola*  
23 De Julho de 2020  
Texto: Garrido Fragoso\*

A Assembleia Nacional aprovou ontem, por unanimidade, a Proposta de Lei sobre os Símbolos Autárquicos, diploma que faz parte do Pacote Legislativo Autárquico.

Os parlamentares aprovaram, igualmente, as Propostas de Lei sobre o Regime Jurídico das Zonas Francas, que altera a Lei dos Contratos Públicos, bem

como a de Bases do Sistema de Pagamentos de Angola.

A Proposta de Lei sobre o Regime Jurídico das Zonas Francas foi aprovada por unanimidade, enquanto que as propostas referentes ao Sistema de Pagamentos de Angola e a dos Contratos Públicos receberam, respectivamente, 4 e 46 abstenções da oposição.

Em relação à Proposta de Lei sobre os Símbolos Autárquicos, Tomás da Silva, do MPLA, informou que a implementação das autarquias locais é um “complexo processo de mudanças”, que envolvem dimensões políticas, culturais e económicas e implica a “reinvenção de soluções”, com vista a assegurar a autonomia das mesmas.

O MPLA, salientou, consciente das suas responsabilidades e compromissos em matéria de poder autárquico, votou a favor do diploma, com vista a concretização da autonomia identitária das autarquias locais.

O parlamentar acrescentou que o símbolo autárquico será formulado e implementado tendo em conta as particularidades territoriais, históricas e o vasto património cultural.

O representante do PRS disse que o partido votou favoravelmente porque está ansioso pela realização das primeiras eleições autárquicas no país.

Benedito Daniel acrescentou que apesar de se registar morosidade na aprovação do pacote legislativo para a realização das autarquias, o PRS vai contribuir “na construção da ponte que nos levará ao poder local”.

Sobre a mesma matéria, o deputado David Mendes, da UNITA, disse que o partido também votou a favor, em virtude de, durante as discussões, na especialidade, ter-se chegado a consensos nos pontos divergentes, e por outro lado, por ser urgente viabilizar todos os diplomas que levem à realização das eleições autárquicas.

Com a aprovação da Lei sobre o Regime Jurídico das Zonas Francas, o Executivo espera transformar o país num lugar que favoreça a absorção de novas tecnologias, geração de empregos e apoie a pesquisa e a investigação científica.

O deputado Manuel da Cruz Neto, do MPLA, encorajou o Executivo a dar os passos subsequentes, para materializar as Zonas Francas, para que, a seu tempo, se tornem numa realidade.

Carlos Kandanda, deputado não inscrito em qualquer grupo político, disse esperar que as futuras Zonas

Francas venham atrair investimento estrangeiro, a fim de diversificar e dinamizar o sector produtivo, bem como promover a industrialização da economia.

O deputado Manuel Fernandes, da CASA-CE, acredita que a lei vai conferir ao país um melhor ambiente de negócios, para além de inverter o quadro actual da diplomacia económica, mais virado para a mobilização de financiamentos com o objectivo de cobrir os sucessivos défices orçamentais.

Amílcar Colela, da UNITA, considera a instalação de Zonas Francas como um “assunto muito sério” que requer recomendações pragmáticas, sob pena de haver fracassos, com muitos prejuízos para o ambiente de negócios.

\*Com Angop

## 5.9 Civil faz pressão e MPLA pede compreensão

*Novo Jornal*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Borrvalho Ndomba*

As organizações da sociedade civil, das mais renomadas do País, pedem ao Executivo de João Lourenço explicações sobre a realização das eleições autárquicas aprazadas para este ano.

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), o Observatório Político Social de Angola (OPSA) e a Plataforma Cazenga em Acção alegam não entender as razões do atraso que se verifica na aprovação do Pacote Legislativo Autárquico pela Assembleia Nacional (AN), uma vez que a Comissão Nacional Eleitoral já confirmou a existência de condições, estando a depender apenas deste expediente.

As três organizações (ADRA, OPSA e Plataforma Cazenga em Acção) não afastam a possibilidade de as eleições serem adiadas, por conta do atraso que se observa na aprovação de todas as propostas do pacote autárquico e do surgimento da Covid-19.

Carlos Cambuta, especialista em Desenvolvimento Comunitário e director-geral da ADRA, sugere ao Executivo -, para se evitar especulações -, que assuma publicamente se existem ou não condições para a realização das eleições autárquicas.

Em contrapartida, para o interlocutor, o facto de ter sido cabimentado apenas 0,27 por cento do OGE revisto 2020 representa um indicador mais que evidente de que as eleições serão adiadas.

"Se o Executivo assumir que não há condições para as eleições autárquicas, ainda que alguns partidos políticos e as organizações da sociedade não venham a concordar, a verdade é que se vão evitar especulações. Por outro lado, aproveitar-se-iam os recursos que seriam para as eleições para as outras necessidades vitais. Assim, um pronunciamento do Executivo seria importante", remata.

Já Sérgio Calundungo, do OPSA, lamenta facto de a promessa feita pelo Presidente da República, João Lourenço, não dar sinais de concretização ainda este ano, sustentando o seu argumento com base nos passos "tímidos" registados na AN e no próprio Executivo, que não demonstram sinais de efectivação das autarquias no presente ano.

"As pessoas acreditaram quando João Lourenço falou sobre as autarquias. Acredito que faz todo o sentido que alguém venha a público explicar se ainda se mantém essa promessa da realização das eleições autárquicas ou, então, explicar as razões pelas quais não vão acontecer, até porque, em política, uma promessa é dívida, ou seja, quando temos uma dívida por concretizar ou não, é normal vir a público e dar explicação", aconselha Calundungo.

Kambolo Tiaka-Tiaka, coordenador da Plataforma Cazenga em Acção, diz que o MPLA nunca mostrou vontade política para a implementação das autarquias e foi mais ao longe ao afirmar: "Aproveitam-se da maioria qualificada para fazer cumprir a agenda que salvaguarda os seus caprichos e egoísmo, colocando em causa os interesses do País".

As críticas foram extensivas. O responsável atribui mea-culpa aos partidos políticos na oposição, alegadamente por estarem limitados à agenda do Executivo.

"São coniventes deste calvário, porque se limitam a cumprir a agenda do Executivo. É uma afronta à vontade popular. A AN prioriza diplomas sem grande importância para a vida do cidadão", acusa, tomando como exemplo a Lei do Transplante, levando para o terceiro plano a aprovação do Pacote Legislativo Autárquico, que, na sua opinião, "é indubitavelmente a maior revolução administrativa de que Angola precisa". O deputado e presidente da 4.ª Comissão de Administração do Estado e Poder Local, Tomás da Silva, não diz se as autarquias serão institucionalizadas este ano.

O parlamentar afirma que o MPLA continua a assumir o compromisso com as autarquias locais e acusa a oposição de não apresentar ideias concretas sobre a institucionalização do poder local. "As autarquias são um compromisso do MPLA para essa

legislatura. Este assunto está no lugar certo, que é a AN. Se a UNITA e outros partidos estão interessados em acelerar este processo, porque não apresentam uma iniciativa legislativa completa sobre as autarquias locais?, questiona.

## 5.10 Realização das autarquias não se resume a eleições"

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Adelina Inácio*

A implementação das autarquias não se resume apenas às eleições autárquicas, incluem a criação de infra-estruturas que permitam que os órgãos autárquicos possam funcionar, defendeu, ontem, em Luanda, o ministro da Administração do Território, Marcy Lopes.

As eleições são apenas uma parte deste processo iniciado por iniciativa do Titular do Poder Executivo, que criou vários projectos de diplomas que foram submetidos à Assembleia Nacional e têm sido aprovados de forma regular", disse Marcy Lopes, quando respondia às preocupações e críticas dos deputados da oposição durante o debate, na generalidade, da Proposta de Lei sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local.

O ministro deixou claro que o Executivo quer implementar as autarquias com prudência e de forma clara. "O processo das autarquias está a ser montando e vai ser levado ao seu destinatário final", assegurou. O responsável pela Administração do Território afirmou, ainda, que o Executivo está satisfeito com o andamento do processo que vai levar à realização das eleições autárquicas no país.

"Todos os diplomas do Pacote Legislativo Autárquico têm sido aprovados pela Assembleia Nacional por consenso e participação de todos os deputados", sublinhou. O ministro pediu a união de todos os partidos políticos representados no Parlamento para que as autarquias sejam implementadas com a participação de todos.

A proposta de Lei sobre o Regime e Formulários dos Actos da Autarquia Local, aprovada, na generalidade, com 184 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção, visa definir o regime, a forma e estrutura dos actos da autarquia local, colmatando, assim, a lacuna que existe no ordenamento jurídico, no domínio destas matérias. Antes da votação, foi registado um aceso debate sobre o diploma.

A deputada Mihaela Weba, da UNITA, voltou a insistir na implementação das autarquias em todos os municípios e o agendamento da Proposta de Lei sobre a Institucionalização das Autarquias Locais. O deputado Manuel Fernandes, da CASA-CE, afirmou que não existe vontade, por parte do Executivo, de se implementar as autarquias.

De resto, durante o debate, a maioria dos deputados da oposição disse que o Presidente da República tinha dito, num dos seus discursos, na Assembleia Nacional, que as eleições autárquicas seriam realizadas no decorrer deste ano. O ministro da Administração do Território desmentiu esta afirmação. “Não é verdade que o Titular do Poder Executivo tenha assumido, aqui, que as eleições seriam realizadas numa determinada altura e, hoje, esteja a adoptar práticas como forma de recuo”, afirmou.

O que o Presidente da República disse, no Parlamento, segundo Marcy Lopes, é que pretendia adoptar uma política de proximidade com os cidadãos, numa administração mais participativa e próxima das pessoas.

#### Esclarecimento sobre o PIIM

Os deputados da oposição apresentaram, também, algumas preocupações em relação ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM). O ministro da Administração do Território esclareceu que o PIIM tem uma carteira de, aproximadamente, 92 projectos para a construção de complexos residenciais administrativos nos municípios, onde não existem locais para os técnicos que vivem noutros lugares poderem ser instalados.

Marcy Lopes disse ser necessária a construção desses complexos residenciais para que as autarquias funcionem. O ministro lembrou que as autarquias prevêem em assembleia municipais e “é preciso que exista um local para que os eleitos locais possam trabalhar”.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 CASA-CE pede revisão das políticas habitacionais

*Jornal de Angola*  
2 De Julho de 2020

O Executivo deve rever as políticas de habitação em curso no país, tendo em conta a necessidade de garantir o acesso da maioria dos cidadãos à habitação, sobretudo a excluída do processo, devido ao baixo rendimento salarial, defendeu a CASA-CE, em comunicado.

A revisão de tais políticas, acrescenta o comunicado, vai evitar a proliferação de construções anárquicas em zonas de risco ou consideradas reservas do Estado.

O comunicado da CASA-CE surge em reacção às demolições ocorridas a 24 de Junho, no bairro das Salinas, em Benguela, realizadas pelas autoridades da Administração Local, que culminaram com a destruição de mais de 200 casas, uma escola com seis salas e um posto médico.

A CASA-CE lamenta o facto de as demolições terem ocorrido na vigência da Situação de Calamidade Pública, que se observa em todo país, decretada pelo Presidente da República, no quadro das medidas de prevenção e combate à pandemia da Covid-19. A coligação insta as autoridades da Administração local e central do Estado a realojarem as populações afectadas pelas demolições, colocando à sua disposição as condições de habitabilidade indispensáveis.

### 6.2 Imposto Predial beneficia municípios

*Jornal de Angola*  
10 De Julho de 2020

A Lei do Código do Imposto Predial, publicada em Diário da República na quinta-feira para substituir o IPU (vigente desde a era colonial) na tributação do imobiliário, institui o imposto como receita própria das autarquias locais e municípios.

De acordo com a lei, o Imposto Predial incide sobre o valor patrimonial ou renda dos prédios urbanos e rústicos, bem como sobre as transmissões gratuitas ou onerosas dos bens imóveis, passando a tributar,

também, edifícios de valor patrimonial de até cinco milhões de kwanzas à taxa de 0,1 por cento.

Para os edifícios de valor patrimonial situado entre cinco e seis milhões, há um valor fixo de tributação de cinco mil kwanzas, enquanto para os imóveis de valor superior a seis milhões de kwanzas é paga uma taxa de 0,5 por cento sobre o excesso de cinco milhões de kwanzas.

A taxa do Imposto Predial aplicável ao terreno para construção é de 0,6 por cento, o valor do imposto do prédio rústico corresponde ao do hectare (10.397 kwanzas) ou à sua soma, enquanto a taxa sobre os prédios arrendados é de 25 por cento sobre o rendimento colectável.

A lei prevê oito circunstâncias de isenção ao Imposto Predial, entre as quais figuram as autarquias, representações diplomáticas e consulares, institutos públicos e instituições religiosas, bem como a primeira transmissão onerosa de imóveis de valor igual ou inferior a três milhões de kwanzas.

#### Calendário fiscal

A AGT anunciou, quarta-feira, o decurso da liquidação e pagamentos do Imposto Industrial provisório referente ao corrente ano para os contribuintes do grupo B, um processo que se estende até 31 de Julho. Um comunicado daquela agência do Governo insta à liquidação e pagamento de uma taxa de 2,00 por cento sobre o volume total das vendas efectuadas pelos contribuintes do Grupo B nos primeiros seis meses do exercício de 2020.

O documento exclui do pagamento do Imposto Industrial os contribuintes que tenham apresentado prejuízos no exercício anterior, declarando que “estão dispensados desta obrigação fiscal”. Os supervisionados BNA, Agencia de Regulação e Supervisão de Seguros, Instituto de Supervisão de jogos e Comissão de Mercados de Capitais calculam o imposto do total do resultado derivado de operações de intermediação financeira ou prémio de seguro e resseguro e dos jogos apurados nos primeiros seis meses do exercício anterior, excluindo os proveitos dos sujeitos ao imposto sobre aplicação de capitais.



### 6.3 Seis mil clientes pediram alargamento do prazo de pagamento

*Jornal Expansão*  
10 De Julho de 2020

Quase seis mil clientes do Fundo de Fomento Habitacional (FFH) já solicitaram o alargamento e uniformização do prazo de pagamento das prestações mensais das habitações nas centralidades do País, no regime de renda resolúvel.

O Expansão apurou que foram aprovados 5.763 pedidos de clientes que agora vão poder pagar as suas casas em 30 anos, em vez de 15 e 20 que constavam nalguns contratos. Os moradores da centralidade do Kilamba foram os que mais pedidos submeteram, seguida do Sequele e Zangos (zero e 5), segundo o FFH.

De acordo com informações avançadas ao Expansão pelo Fundo de Fomento Habitacional, as respostas às solicitações para a extensão do prazo de pagamento demoram entre 5 a 9 dias, sobretudo nesta fase de contingência devido à situação de calamidade que o País está a viver.

No entanto, para os clientes que pagam as habitações por débito em conta, o processo poderá ser mais demorado, porque os bancos de domicílio salarial do beneficiário devem validar e executar a operação.

Apesar destas garantias, alguns cidadãos queixam-se da demora. O FFH defende-se e aponta a via electrónica como a mais rápida a ser respondida. O seja, os clientes que têm alguma urgência na alteração do tempo de pagamento das casas podem solicitar enviando um e-mail, que é respondido mais rápido.

Quem já viu o seu pedido satisfeito regozija por desafogar um pouco o seu bolso. "A minha casa era para pagar em 15 anos e com o alargamento passarei a pagar metade do valor que tenho pago mensalmente. Isso ajuda nas contas que estão cada vez mais apertadas", disse um morador do Kilamba.

No final do mês de Maio, o FFH decretou que os moradores das centralidades poderiam solicitar o alargamento do prazo de pagamento das habitações para 360 prestações, ou seja 30 anos, e assim obterem uma redução da sua mensalidade. A medida foi justificada pela necessidade de se ajustar a taxa de esforço que os cidadãos fazem para pagar as habitações das centralidades nas actuais condições sociais e económicas do País.

F.D.

### 6.4 Ministro constata projectos habitacionais

*Jornal de Angola*  
12 De Julho de 2020

O ministro do Interior, Eugénio Laborinho, quer celeridade no processo de conclusão dos projectos habitacionais do sector, que estão sob a responsabilidade da Caixa de Segurança e Protecção Social.

Eugénio Laborinho visitou, no sábado, os projectos habitacionais do Ministério do Interior sediados em Luanda.

A visita de Eugénio Laborinho começou no Condomínio Hebron, ao Benfica, que conta com mais de 32 casas já prontas e que, segundo a Caixa de Segurança e Protecção Social, já poderá receber os primeiros moradores, tendo recebido explicações técnicas da empresa construtora.

A jornada de campo do ministro do Interior prosseguiu até às casas sociais do Condomínio Jóias da Camama, com 108 residências, em fase conclusiva.

Acompanharam a jornada de campo do ministro, o secretário de Estado do Interior para o Asseguramento Técnico, Salvador Rodrigues "Dodó" e membros do Conselho Consultivo do Ministério do Interior.

A Caixa de Protecção Social do Ministério do Interior tem como missão proteger e garantir, de forma sustentável, um futuro digno ao efectivo deste órgão e seus familiares.

O assegurado da Caixa tem que ter 30 anos de serviço ou 55 anos de idade, desde que tenha contribuído por um período mínimo de 180 meses, conforme a legislação em vigor. Além de Luanda, estão em curso outros projectos habitacionais nas províncias de Benguela, Cuanza-Sul e Cabinda.

### 6.5 1.400 apartamentos prontos para habitar

*Jornal de Angola*  
13 De Julho de 2020  
Texto: Justino Victorino

Os primeiros 1.400 apartamentos, dos quatro mil previstos na Centralidade da Caála, na província do Huambo, começam a ser comercializados a partir de Setembro próximo.

A garantia foi dada pelo vice-governador do Huambo para o Sector Técnico e Infra-Estruturas, Leonardo Sapalo, durante uma visita que serviu para avaliar o grau de execução das obras, com realce para as redes técnicas.

O vice-governador constatou que estão a decorrer os trabalhos finais no sistema de abastecimento e tratamento de água, a partir do rio Kinhongâmua, na estrada Huambo/Caála.

O fornecimento de energia eléctrica à Centralidade da Caála será feito por via da rede pública, através do aproveitamento hidroeléctrico de Lauca, além de contar com reforço da estação térmica de Belém do Huambo. A Centralidade da Caála terá, também, um sistema de tratamento de águas residuais.

O projecto habitacional da Caála, segundo o vice-governador, tem capacidade para receber 28 mil habitantes.

Na Centralidade da Caála estão, disponíveis vários serviços sociais básicos.

## 6.6 Recredit pode ter prejuízos com activos

*Jornal de Angola*

*15 De Julho de 2020*

*Texto: Isaque Lourenço*

Os três imóveis localizados em Luanda e que o Banco de Negócio Internacional (BNI) cedeu à Recredit como pagamento de uma dívida podem representar prejuízos nas contas financeiras deste ano, caso não se assuma uma posição sobre o destino a dar aos mesmos.

Esta análise do Conselho Fiscal da Recredit baseia-se no facto de a actual dinâmica do mercado imobiliário indicar fortes possibilidades naquele sentido. No início de 2019, foi anunciado a recuperação de 24 mil milhões de kwanzas em atrasados negociados junto do Banco de Negócio Internacional, além de quase 300 mil milhões do público BPC.

Na ocasião, a gestão à frente da entidade negou-se precisar o valor da dívida do BNI para com a RECREREDIT, avançando apenas o balanço anual como um indicador sobre como se procederam sobre o assunto. Relativamente às demonstrações financeiras, o Conselho Fiscal destaca a forte evolução dos resultados líquidos, resultante dos juros e rendimentos dos activos e do reconhecimento das variações cambiais dos mesmos.

No seu parecer, os membros do organismo encarregue de fiscalizar a conformação dos resultados, os actos da administração e o parecer do auditor externo lembram que a Recredit deverá proceder à devolução do montante remanescente das Obrigações do Tesouro, em cumprimento do Decreto Presidencial nº 165/17, de 12 de Julho.

Por esta razão, recomendam à devida ponderação caso se pretenda fazer a distribuição de dividendos por formas a não agravar o reconhecimento de perdas este ano. Sobre as contas da entidade, o auditor independente emitiu um parecer sem reservas. Uma boa referência foi mesmo a captação no balanço de 2019 do valor de 10,8 milhões de kwanzas resultante da alienação de outros activos, conforme evidencia o relatório de balanço publicado há dias.

### Resultado líquido

Em termos de resultados, o líquido anual de 2019 calculou-se em 105,1 mil milhões de kwanzas, 12 vezes superior aos 8,4 mil milhões de 2018. Os activos estimaram-se em 581,2 mil milhões também acima dos anteriores 448 mil milhões de kwanzas.

O total do passivo registado é de 158,4 milhões de kwanzas da qual uma dívida a terceiros de 11,8 milhões e 146,6 milhões junto de fornecedores.

Até 31 de Dezembro o balanço de 2019 da RECREREDIT registou activos fixos de mais de 1,1 mil milhões, dos quais 821,2 milhões tangíveis (facilmente convertíveis) e 295,1 milhões intangíveis. Os outros activos não correntes calcularam-se em 31,5 mil milhões isto apenas no balanço de 2018.

Neste exercício de 2019, a entidade revelou ainda outras dívidas de terceiros no valor de 24,1 mil milhões, já bem abaixo dos 94,1 mil milhões com que fecharam 2018.

O activo financeiro ao justo valor, através de outro rendimento integral, que em 2018 foi de 319 mil milhões, no balanço em referência estimou-se em 539,8 mil milhões de kwanzas.

Para isso contribui, de igual modo, o desempenho dos resultados cambiais, onde totalizou-se um positivo de 154,3 mil milhões de kwanzas também acima dos 136,3 mil milhões do exercício anterior.

A margem financeira ficou nos 32 mil milhões, também muito acima dos 21,2 mil milhões de 2018.

Com o core business (negócio nuclear) de comprar dívidas, fundamentalmente crédito mal parado e fazer a sua boa cobrança junto dos mutuários, a Recredit iniciou desde 2016 um processo de limpeza destes activos tóxicos na carteira de resultados do Banco de Poupança e Crédito (BPC).

Inicialmente estava vocacionado para a banca na sua plenitude, mas sob correcção do accionista Estado, apenas o banco público ficou na esfera desta entidade. Foi já neste papel que, recentemente, foi anunciado a compra de dívida de 951 mil milhões de kwanzas, 80 por cento da carteira do crédito mal parado do BPC.

## 6.7 Imposto Predial Urbano tem nova designação

*Jornal de Angola*

17 De Julho de 2020

Texto: Agostinho Chitata

O novo regime de tributação do património deixa de ter a designação de Imposto Predial Urbano, passando a denominar-se de Imposto Predial, conforme consta da Lei 20/20, que recentemente entrou em vigor em Angola.

Entre as alterações do novo diploma legal sublinha-se a retirada do complemento “Urbano” e passando a designar-se apenas por Imposto Predial. Segundo o jurista Jocelino Malulo, com a alteração do nome, o legislador quis alargar o âmbito de incidência objectiva do imposto, “na medida em que o regime anterior não abrangia os prédios rústicos ( parte delimitada do solo terrestre e as construções nela existentes).

As transmissões imobiliárias a título gratuito passam também a ser tributadas, sendo sujeitas à mesma taxa (2%) que as transmissões onerosas. Quanto a esta alteração, a fonte do Jornal de Angola acha que “houve injustiça legislativa” porquanto poderá colocar o beneficiário do imóvel transmitido a título gratuito numa condição de não poder pagar o imposto devido, tendo em conta que terão apenas até ao último dia útil do mês seguinte ao da celebração do contrato para efectivo pagamento.

A tributação adicional de 50% sobre prédios desocupados há mais de um ano, bem como os terrenos para a construção que não tenham observado os critérios de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou interpolados, nos termos da lei, para o também advogado Jocelino Malulo “embora se perceba a bondade do legislador no sentido de dinamizar o

mercado imobiliário, entretanto, “cada sujeito é livre de adquirir para si o património que bem entender e dar o uso que bem entender”, desde que respeite a lei.

Sobre a alteração do regime de taxas, na nova lei, os prédios urbanos não arrendados de valor até cinco milhões de Kwanzas estão sujeitos a uma taxa de 0,1 %, diferente do anterior regime que os isentava de qualquer taxa.

Os de valores superior ficam fixados em 0,5% sobre o excesso dos cinco milhões o que, para o jurista, levanta o problema da isonomia, visto que quem tem um prédio avaliado em 6 milhões pagará o mesmo que alguém que tenha um avaliado em cinco milhões e um Kwanzas.

## 6.8 Cofre Geral da Justiça recebe chaves de edifícios

*Jornal de Angola*

24 De Julho de 2020

Texto: Alberto Quiluta

O Cofre Geral da Justiça procedeu, ontem, ao levantamento das três torres localizadas na área do Eixo Viário, em Luanda, e aprendidas, quarta-feira, pelo Serviço Nacional de Recuperação de Activos da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Os oficiais do Cofre Geral da Justiça, acompanhados pelos gestores dos edifícios, percorreram as instalações das três torres, sendo uma, designada por “A”, composta por escritórios, e as restantes (B e C) residenciais. No local, os gestores dos edifícios fizeram a entrada das respectivas chaves. No mandado de apreensão da PGR, o Cofre Geral de Justiça é nomeado como fiel depositário dos edifícios.

O Jornal de Angola pôde constatar, ontem, que na Torre A, o Standard Chartered Bank que funcionava normalmente. As três torres foram construídas com fundos públicos e estão localizadas numa das mais nobres zonas no distrito urbano da Ingombotas, em Luanda. Teriam supostamente à testa a ROC, uma empresa privada do antigo director da Sonangol Imobiliária e Propriedade (Sonip), Orlando Veloso.

O jurista Vicente Pongolola disse, ontem, à Rádio Nacional Angola, ser normal o acto da PGR, tendo em conta que os edifícios foram construídos com fundos públicos. O jurista com especialização na área económica esclareceu que o arresto não é uma apreensão definitiva para a esfera do Estado, pois vai depender do desfecho do processo. Disse ter sido

por isso que se designou como fiel depositário o Cofre Geral da Justiça.

Vicente Pongolola que a acção da PGR visa desencorajar as más práticas do passado, tendo exortado que nesta fase de instrução do processo os implicados colaborem o Estado.

## 6.9 Programa para retirar populações de zonas de risco em execução no KN

*Novo Jornal*

*24 De Julho de 2020*

Várias famílias que vivem em zonas de risco na província do Kwanza-Norte vão beneficiar, nos próximos dias, de um programa habitacional denominado «urbanização KM11», que está a ser gizado pelas autoridades locais.

Segundo o vice-governador para os serviços Técnicos e Infra-Estruturas, o programa de autoconstrução dirigi da foi lançado em Abrir deste ano e está a ser implementado num espaço de mais de 200 hectares, na periferia da capital da província, N'dalatando.

"O principal objectivo deste programa é acomodar as famílias que vivem em zonas de risco. Já temos pré-cadastradas, em número de pouco mais de mil, as famílias que se encontram nesta condição. Mas, ao todo, esta primeira fase contempla quase três mil lotes residenciais. Esperamos, nos próximos dias, abrir o processo de candidaturas ao público", informou Mendonça Luís, adiantando que os outros lotes terão como beneficiários funcionários públicos e outros cidadãos.

Explicou que, para atender às necessidades das famílias mais carenciadas, o programa prevê a participação do Fundo Habitacional e de bancos comerciais, no sentido de se encontrar fundos que sustentem a adjudicação das residências.

O vice-governador do Kwanza-Norte adiantou que já está em fase avançada a construção de um conjunto de infra-estruturas sociais e outras de apoio, como são os casos de uma escola, um sistema de captação e distribuição de água e arruamentos.

Precisa que estão previstos, nesta primeira etapa do programa, 2945 lotes, correspondentes ao número de residências a serem construídas, todas do tipo 1'3, com diferenciação apenas no tamanho do talhão.

Acesso com tratamento diferenciado positivo

Em declarações ao NJ, Mendonça Luís esclareceu que, para o acesso à Urbanização KM11, haverá tratamento positivo diferenciado: "Quem vive, por exemplo, em zonas de risco e que se depare com muitas dificuldades sociais não deve ter o mesmo tratamento em relação a um funcionário público, a um trabalhador. O programa vai contemplar todos, sem exclusão de estratos sociais. Mas, no fundo, o que queremos garantir é o acesso facilitado aos serviços a todos os interessados".

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas do Kwanza-Norte disse que o Governo local vai engajar-se na fiscalização da construção das habitações e exigir que se cumpra com a estrutura arquitetónica previamente definida.

"Não vamos ceder a construções anárquicas, fora do padrão previamente desenhado. Estamos ainda a estudar com outros parceiros como a adjudicação das residências serão feitas, se por um único empreiteiro ou se deixamos que cada um arranje o seu empreiteiro. O que existe em relação aos parceiros é apenas uma intenção. Não há nada formalmente acordado", referiu Mendonça Luís.

ÁLVARO VICTÓRIA

## 6.10 Tribunal condena invasores de apartamentos do Zango

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2020*

Quinze supostos invasores de apartamentos nas centralidades do Zango 0 e Zango 5, no município de Viana, foram condenados, ontem, com penas de seis meses de prisão efectiva, pela 17ª Secção dos Crimes Comuns do Tribunal Provincial de Luanda.

A defesa dos réus interpôs recurso por discordar da decisão do juiz da causa, medida aceite pelo representante do Ministério Público. Os réus vão aguardar pelo recurso em liberdade até decisão do Tribunal Superior (Supremo) para onde serão encaminhados os dois processos.

De acordo com a sentença, lida pelo juiz da causa, dos sete indivíduos envolvidos nas invasões da Centralidade da Vida Pacífica (Zango 0) dois foram absolvidos e mantêm os apartamentos, enquanto os restantes deverão devolver as residências aos legítimos inquilinos, que adquiriram junto do Fundo de Fomento Habitacional (FFH).

Os réus vão pagar ainda 83.450 mil Kwanzas da taxa de Justiça e dois mil kwanzas de emolumentos ao defensor oficioso. No processo da Centralidade Zango 5, os 10 invasores também acusados de usurpação de imóveis e introdução em casa alheia, vão igualmente pagar multas de 83.450 mil Kwanzas de taxa de Justiça, além de 88 Kwanzas por dia durante seis meses.

O director da área de Comunicação e Imagem do FFH, Valdir de Sousa, contestou a decisão do juiz por absolver e manter o apartamento a um dos invasores eventuais da Centralidade Vida Pacífica, por alegadamente estar envolvido num caso semelhante no Zango. O FFH garante recorrer da sentença junto do Tribunal Superior. Os réus, que ocupavam ilegalmente os imóveis desde 2018, foram detectados e detidos pelo SIC.

## 6.11 Angola participa na reunião do UN-Habitat

*Jornal de Angola*

*30 De Julho de 2020*

O representante permanente de Angola junto da ONU em Nairobi, embaixador Sianga Abílio, participou, ontem, na capital queniana, por videoconferência, na reunião extraordinária do Conselho Executivo do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), que elegeu o Irão para presidente, em substituição dos Estados Unidos da América.

Os 36 países membros do Conselho Executivo decidiram, por aclamação, eleger o Irão para assumir a presidência anual do órgão das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

Segundo uma nota da embaixada de Angola no Quênia, o encontro aconteceu na sequência da 2ª reunião do Conselho Executivo do UN-Habitat, realizada em Junho, que foi inconclusiva, por se ter registado a ocorrência de um impasse na eleição do futuro presidente do órgão, em função da oposição manifestada pelos Estados Unidos à candidatura do Irão.

Para a solução do impasse, os países membros do Conselho Executivo do UN-Habitat, incluindo Angola, haviam concordado em realizar, este mês, um processo de votação presencial, na sede das Nações Unidas, em Nairobi.

Os países membros do Conselho Executivo decidiram abdicar do processo de votação por ter prevalecido o bom senso com base no regulamento

do Conselho, aprovado na Assembleia do UN-Habitat, em Maio de 2019, segundo o qual, o próximo candidato para presidente seria um representante da região da Ásia e Pacífico.

Neste caso, a República Islâmica do Irão, como resultado de uma negociação e concertação multilateral ocorrida nas últimas três semanas. A União Africana foi representada, no evento, pela comissária para os Assuntos Políticos, a embaixadora Minata Samate Cessouma. O Conselho Executivo da UN-Habitat é um órgão operacional do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

O Conselho Executivo do UN-Habitat, que reúne três vezes ao ano, em Nairobi, tem como missão promover junto dos Estados-membros o acompanhamento da organização para incentivar a responsabilização, transparência, eficiência e efectividade do programa da ONU para os Assentamentos Urbanos.

## 6.12 BNA força bancos a dar crédito ao impor taxa sobre excesso de liquidez

*Jornal Expansão*

*31 De Julho de 2020*

*Texto: Nelson Rodrigues*

o Banco Nacional de Angola (BNA) vai começar a taxar os excessos de liquidez dos bancos comerciais para os obrigar a canalizar crédito à economia e para fomentar a produção interna, de acordo com uma decisão do Comité de Política Monetária (CPM), tornada pública no início desta semana.

Com a introdução fia também designada 'taxa de custódia sobre o excesso de liquidez' dos bancos comerciais, o BNA inicia assim mais um processo de 'seca' de liquidez na banca.

No fundo, o banco central quer que o dinheiro que as instituições bancárias têm em disponibilidades sirvam os projectos de fomento à produção nacional.

O governador do BNA, José Massano, disse esta semana em entrevista à TAP, que a introdução desta, que ainda requer regulamentação, surge com a necessidade de financiamento à economia. "Tomámos a decisão de, aqueles recursos que estão livres, os recursos que estão lá no BNA, à guarda do BNA, que são fundos ociosos e que não servem a economia, o BNA vai passar a aplicar uma taxa sobre esses recursos. E muito com sentido não penalizador, mas de os bancos comerciais usarem essa liquidez para servir a economia", disse Massano.

Esta decisão foi anunciada após 12 bancos comerciais terem sido multados, num acumulado de 364 milhões Kz, por não cumprirem as determinações do banco central quanto à concessão de crédito. E também decorreu numa altura em que foi aprovada no parlamento a revisão ao Orçamento Geral do Estado 2020, em que, por via da diminuição das receitas petrolíferas, dispararam as necessidades de financiamento interno em 27% para 3,1 biliões Kz.

Aliás, fonte do banco central admitiu ao Expansão que além de servir o crédito tradicional, os recursos ociosos dos bancos também podem ser aplicados no mercado da dívida pública. "Não queremos que fique ocioso", disse.

Com um olho no crédito à economia e outro na dívida Segundo uma fonte do sector bancário, esta seca de liquidez imposta pelo BNA pode ser positiva para fomentar a concessão de crédito, mas os empréstimos à economia podem não acontecer tal como é o objectivo do banco central. Isto porque o crédito à economia representa menos retorno e maiores riscos, especialmente numa altura em que muitas empresas procuram crédito para conseguirem cumprir as suas despesas correntes (como impostos ou pagamento de salários). Por não se tratarem de créditos para investimentos, os bancos tendencialmente olharão para outras operações.

Até porque esta liquidez que os bancos têm utilizam-na para as operações cambiais, já que para comprar divisas têm que ter o contra valor em kwanzas. As operações cambiais representam hoje uma parte importante dos lucros da banca (taxas e comissões altas) pois têm menor risco e maior rentabilidade. Já as taxas de juro dos financiamentos à economia que o Governo pretende rondam os 7,5% e estão bem abaixo da inflação. O que significa que, do ponto de vista comercial, não é tão apetecível como apostar na aquisição de títulos de dívida pública.

Logo, ao secar a liquidez para fomentar o crédito à economia, pode ter como efeito perverso o reforço da aposta dos bancos nos títulos de dívida. O que até dará jeito ao Governo, já que nos últimos tempos está longe de conseguir colocar a dívida pública que necessita

Por sua vez, o presidente da comissão executiva do Banco Angolano de investimento (EAI), Luís Lélis, também não afasta a hipótese desta ferramenta instituída pelo CPM do BNA vir a gerar efeitos perversos, na medida em que alguns empresários solicitem empréstimos com objectivo de cobrirem despesas correntes, nomeadamente pagamentos de impostos ou de salários "por isso é que estamos dar os parabéns ao BNA pela sua capacidade criativa de

criar estes instrumentos, mas precisamos que, do lado do Executivo, se perceba que têm também de implementar o conjunto de medidas que assegurem que os bancos, ao concederem crédito, recuperem esses valores e reduzam os incentivos para comportamentos indevidos na gestão do crédito", disse o gestor. E alguns desses mecanismos até estão a ser criados (ver página 16).

Para Lélis, a introdução da taxa sobre o excesso de liquidez é mais uma tentativa de o BNA incentivar ou motivar os bancos a não manterem os recursos ociosos, mas para concederem crédito. "O BNA tudo está a fazer para continuar a criar condições para que os bancos concedam mais créditos", aponta. "O que os bancos querem ver, de facto, é publicada a lei das falências, a lei da insolvência e implementados os mecanismos em vários tribunais e em todas as comarcas das províncias do país para que os processos judiciais de recuperação das garantias obtidas sejam céleres e aí sim os bancos vão-se sentir um pouco mais confortáveis, num contexto em que está cada vez mais difícil", disse.

**COMÉRCIO E CONSUMO DOMINAM CRÉDITO NO FIM DO I SEMESTRE DE 2020**  
Crédito por sector, mil milhões Kz

Área de actividade	Jan. 20	Dez. 20	Varição %
Comércio por grosso e a retalho	1.070	984	-8 ▼
Particulares	718	743	3 ■
Actividade imobiliária	707	634	-10 ▼
Construção	648	427	-34 ▼
Serviço colectivo e Pessoais	562	396	-30 ▼
Indústria transformadora	413	356	-14 ▼
Indústria extrativa	158	275	74 ■
Agricultura e produção Animal	259	215	-17 ▼
Transportes e Comunicações	175	170	-3 ▼
Alojamento e Restauração	94	90	-5 ▼
Actividades Financeiras	56	60	6 ■
Educação	28	27	-5 ▼
Produção de electricidade e água	20	21	7 ■
Saúde e Acção Social	26	21	-22 ▼
Pescas	18	18	1 ■
Famílias c/empregados domésticos	11	10	-13 ▼
Organismos internacionais	0	0	-33 ▼
<b>TOTAL</b>	<b>4.965</b>	<b>4.447</b>	<b>-10 ▼</b>

Distribuição do crédito por sector de actividade, com o comércio e o consumo a dominarem a absorção do crédito no primeiro semestre deste ano

## 6.13 Compra e venda de divisas nas casas de câmbio em queda livre

*Novo Jornal*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Horténsio Sebastião*

Já lá se foram os tempos em que as casas de câmbio eram um negócio rentável. Há pouco mais de quatro anos proliferavam pela cidade de Luanda e arredores os espaços de compra e venda de divisas que rivalizavam o mercado com cambistas de rua, vulgo «kinguilas».

No período em causa, muitas dessas casas chegaram a evoluir para pequenas unidades de transferência de valores monetários, «Money Transfer», que, em momentos áureos, registavam enormes filas de clientes ávidos a procederem ao envio ou recebimento de dinheiro do País e além-fronteiras.

Actualmente, a realidade é muito diferente comparada ao passado recente, pois esse mercado monetário regrediu, sobre- maneira, ao ponto de autêntica falência se ter apoderado do negócio.

Há sensivelmente um ano, o Banco Nacional de Angola (BNA) revogou licença de seis casas de câmbio, por inactividade superior a seis anos, passando o regulador do sistema financeiro a contar, neste momento, com 65 operadoras de câmbio. Já em Maio de 2018, o BNA tinha revogado licença a 19 empresas do ramo.

Por essa altura, a Associação das Casas de Câmbios de Angola (ACCA) remeteu, sem sucesso, uma carta ao governador do BNA, José de Lima Massano, solicitando a liberalização total do preço das notas, podendo, desta forma, cada empresa praticar a sua tabela, com vista a combater o mercado informal, bem como a autorização de operações enquanto agentes correctores do mercado de capitais e a permissão para exercer o serviço postal em todo o país, fazendo também as operações de pagamento de luz e água.

O NJ percorreu por algumas das escassas casas de câmbio que ainda sobrevivem na capital angolana e constatou o estado deficitário desses estabelecimentos: Desde a escassez da moeda externa e agora com a covid-19, em que a circulação de pessoas de Angola e para o exterior está inviabilizada e a actividade cambial é quase nula.

Em contrapartida, os agentes deste segmento de negócios insistem por manter as casas abertas, embora haja dificuldades sentidas, algumas delas com a presença de um único funcionário, enquanto outras tantas sobrevivem a mercê de outros negócios detidos pelo patronato.

Samia Chaves é auxiliar administrativa da casa Capital Câmbios, situada no centro de Luanda. Ao NJ, ela confessou que actividade da pequena empresa é quase nula. Não vende divisas, apenas está a comprá-las, muito por sorte consegue adquirir uma ou duas notas de 100 dólares ou euros, quando, em tempos, já chegou a transaccionar cerca de 500 mil dólares em apenas dois meses.

"Agora temos muito menos clientes", disse a inconformada Samia Chaves, mas que ainda acredita em melhores dias.

Neste período de pandemia, a Capital Câmbios mantém-se aberta das 8 às 12 horas, contando com sete funcionários que laboram em dias intercalados, observando, assim, as regras sanitárias vigentes.

Já na Nova Câmbios, localizada no distrito da Maianga, uma funcionária que pediu anonimato disse que maioritariamente os clientes já não acorrem ao espaço para comprar ou vender dinheiro, mas tão e somente para obter informações sobre o valor das divisas.

Por exemplo, esta casa de câmbios compra a nota de 100 dólares por 64.800 kwanzas e vende por 69.800 Kz, enquanto o mesmo valor em euros é adquirido por 72.000 kwanzas e vendido por 77.000 Kz. Conta com três agências em Luanda, sendo uma no Kinaxixe, outra na Mutamba e a última no Aeroporto Interna- cional<sup>4</sup> de Fevereiro.

"Actualmente, a nossa tarefa está restringida ao envio e recepção de valores monetários e contamos com muito baixo fluxo de clientes", afirmou.

Já a Master Câmbios, que também se ocupa por efectuar remessas de dinheiro para países como Portugal, Cuba, Emirados Árabes Unidos, Filipinas, Reino Unido, Países Baixos e Vietname, realiza também compras e vendas de divisas. Ali a nota de 100 dólares é transaccionada a 66.995 kwanzas (venda) e 60.905 Kz (compra) e a mesma quantia em euros custa 68.737 Kz, sendo vendida a 72.174 Kz.

Por essa altura, a Associação das Casas de Câmbios de Angola (ACCA) remeteu, sem sucesso, uma carta ao governador do BNA, José de Lima Massano, a solicitar a liberalização total do preço das notas, podendo cada empresa praticar a sua tabela, com vista a combater o mercado informal, bem como a autorização de operações enquanto agentes correctores do mercado de capitais e a permissão para exercer o serviço postal em todo o País, fazendo também as operações de pagamento de luz e água.

## 7. TERRA

### 7.1 Camponeses do Chinjenje clamam por apoios

*Jornal de Angola*

*3 De Julho de 2020*

*Texto: Justino Victorino*

Os camponeses do município do Chinjenje, província do Huambo, agrupados em cooperativa, consideram que a falta de apoio financeiro e de fornecimento de fertilizantes tem estado a inviabilizar a prática da actividade agrícola, em grande escala, pelo que clamam por apoios do ministério da Agricultura para o incremento da produção.

Os solos da região, aliado ao factor de clima “meio-tropical”, devido à aproximação com a província de Benguela, são excelentes e férteis para a produção de diversas culturas, pelo que “se houver apoios concretos, sem intermediários, é possível, em pouco tempo, incrementar a cadeia de produção”, avançaram.

Os camponeses pediram, em declarações ao Jornal de Angola, o auxílio do governo da província do Huambo para, em conjunto com o ministério da Agricultura e Pescas, estudar a possibilidade de acreditar alguns empresários do Chinjenje, como agentes oficiais, para a importação de insumos agrícolas.

Preços elevados

A administradora-adjunta do Chinjenje assegurou que a inexistência de uma loja de comercialização de fertilizantes e outros equipamentos, constitui a maior dificuldade com que se deparam os camponeses, sendo, por este motivo, forçado a se deslocarem à sede da província à procura desses materiais, sobretudo de combate a praga.

“Há fertilizantes, no mercado paralelo e estabelecimentos comerciais de outras circunscrições, fora do município do Chinjenje, mas os preços são elevados. O facto deixa os camponeses sem capacidade de adquirir”, salientou Albertina Adriano, sublinhando, também, a necessidade de acreditação de empresários locais, mediante política de crédito, para atender às preocupações dos camponeses.

As famílias, como alternativa ao baixo poder de compra dos camponeses, disse a administradora-adjunta, têm utilizado outras técnicas agrícolas, com a

utilização de adubo orgânico doméstico para evitar a fraca produção.

O município do Chinjenje, considerado como o menos desenvolvido da província do Huambo, carece de muitas infra-estruturas sociais, uma situação que tem provocado um êxodo da populacional para vizinha província de Benguela.

A população dedica-se, essencialmente, na produção do milho, batata, feijão, soja, mandioca, ginguba e sementes de diferentes hortícolas.

### 7.2 Mulheres incentivadas à agricultura

*Jornal de Angola*

*3 De Julho de 2020*

As mulheres do município Bailundo, na província do Huambo, foram incentivadas, há dias, a desenvolverem a agricultura sustentável para a geração de rendimento às famílias do meio rural e, de forma directa, se repercutir na sociedade como factor de riqueza.

O apelo foi lançado pela economista Maria da Conceição Catuvala, durante uma palestra sobre a inserção da mulher na economia, promovida pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade do Género, realçando que são as famílias a darem os primeiros passos para o desenvolvimento económico e não o Estado.

“A economia deve ser organizada a partir de casa”, enfatizou, pelo que valorizou o importante papel que a mulher representa no desenvolvimento de vários sectores da vida económica, nomeadamente a agricultura, indústria, comércio, entre outros.

Maria da Conceição Catuvala explicou, durante a palestra, os passos para desenvolver um negócio, apontando que a organização dos produtos e higienização são chamariz para atrair clientes, pelo que, disse, “o empreendedor precisa definir o ramo da actividade, produtos ou serviços que pretende oferecer” para satisfazer as necessidades do mercado, apostando, também, na inovação.

“É preciso ter em conta a procura do produto, a quantidade necessária para o negócio, para que não tenha prejuízos, o valor a investir, em quanto tempo deseja ter o retorno do capital investido, de onde virão os recursos necessários, para iniciar o negócio, dar um nome e localização do negócio”, sublinhou.

Contexto do género



A responsável do Núcleo do Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade no Género no Huambo, Ivone de Lurdes, considerou que o encontro no Bailundo, que juntou mulheres e homens, de diferentes estratos sociais, visou debater e recolher contribuições em torno da problemática relacionada ao respeito pelos direitos económicos dos cidadãos, com enfoque às mulheres. “É nosso objectivo aumentar os conhecimentos das pessoas sobre o contexto do género, aqui no município do Bailundo, discutir os entraves que se registam, a nível local, para a inclusão social e económica das mulheres, e incentivar o empreendedorismo”, salientou.

As mulheres participantes ao encontro apresentaram um conjunto de preocupações, como a violência doméstica, dificuldades na aquisição de fertilizantes e adubo e o escoamento da produção do campo para o grande centros comerciais.

### 7.3 Falso soba é detido por venda de lotes

*Jornal de Angola*

*8 De Julho de 2020*

*Texto: Kamuanga Júlia*

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) deteve segunda-feira, em Saurimo, na Lunda-Sul, um cidadão, de 50 anos, que se fazia passar por soba e vendia, ilegalmente, vários terrenos, para a construção de moradias, no bairro Terra-Nova.

Segundo o administrador municipal adjunto para a Área Técnica e Infra-estruturas, Wilson Txipema, a detenção resultou de denúncia feita por um dos filhos.

O falso soba foi detido, em flagrante delito, por uma equipa integrada por fiscais e agentes do SIC. Rui Popi, o acusado, assumiu que realiza o negócio há anos, em colaboração com os filhos e um sobrinho, numa zona do bairro, que, alegadamente, herdou de um tio, por sinal soba.

Cada talhão, com 400 metros quadrados, era vendido a 30.000 kwanzas. Segundo Wilson Txipema, os fiscais cumprem com o seu papel que visa travar a invasão das reservas fundiárias. Reiterou o apelo às autoridades tradicionais no sentido de respeitarem a lei, devido à notificação de várias irregularidades sobre a autenticidade de comprovativos de títulos de propriedade que os utentes apresentam à Administração Municipal de Saurimo.

### 7.4 Martelo demolidor destrói 24 moradias em construção

*Jornal de Angola*

*8 De Julho de 2020*

*Texto: André Sibi*

Um total de 24 casas em construção foi destruído, segunda-feira, no Distrito da Vila Flor, município de Viana, em Luanda, pelos efectivos do Serviço de Fiscalização da Administração Municipal.

O presidente da Comissão de Moradores do Bairro Mulenvo Sul, António João Mavacala, disse ao Jornal de Angola que o processo de demolição começou por volta das sete horas da manhã.

António João Mavacala explicou que tão logo se depararam com inúmeros agentes de segurança privada, acompanhados por uma patrulha policial, ligaram para o administrador do Distrito Urbano da Vila Flor, Domingos da Fonseca, que disse desconhecer a ordem de demolição das casas.

Acrescentou que o comandante da Esquadra da Polícia do Distrito da Vila Flor atribuiu a acção à Administração Municipal de Viana.

O director municipal da Fiscalização da Administração Municipal de Viana, Paulo Simões, disse, ao Jornal de Angola, que os proprietários das casas demolidas são invasores de um espaço em litígio, que aguarda pelo pronunciamento do Tribunal Cível de Luanda. “Foram destruídas 24 casas em construção na zona dos Mulenvos Sul, arredores do Distrito da Vila Flor, porque está em curso o processo 140/2020 (SI), junto do Tribunal Provincial de Luanda, razão pela qual não se pode permitir a execução de qualquer obra no terreno” explicou.

Paulo Simões deixou claro que, desde o ano passado, decorre um processo entre a “Construtora Imobiliária”, representada por António Henriques Tchimbaieca, e o seu oponente, Raul Gomes Caiema da “Prax Agricultura e Pesca Lda”, que reclamam a titularidade do espaço em causa. De acordo com o responsável, a controvérsia começou a partir dos dados contidos nos processos fornecidos pelas partes.

Os processos de António Henriques Tchimbaieca da Construtora Imobiliária apontam a solicitação de 50 mil metros quadrados de terreno, o equivalente a 50 hectares de terra, em 2018, solicitados à

Administração Municipal de Viana, através do ofício 273/2018.

Já o seu oponente, Raul Gomes Caiema PCA da Prax Construção Civil e Pescas Lda solicitou ao Ministério de Urbanismo e Construção, em 2017, um total de 183.315,50 metros quadrados de terra, quando o terreno litigado é de 17.5 hectares de terra, razão pela qual se aguarda pelo veredicto final do Tribunal.

De recordar que, desde Julho do ano passado, a Administração Municipal de Viana registou 250 processos de invasão de terras, protagonizadas, sobretudo, por senhoras, ansiosas em construir condomínios para comercializar, sem cumprir com os trâmites legais.

Questionado sobre os motivos das demolições sem notificar a Administração do Distrito Urbano da Vila Flor, que controla o espaço, Paulo Simões respondeu que foi para evitar a cumplicidade de alguns funcionários da fiscalização e algumas autoridades locais.

## 7.5 Municípios do Uíge e Negage têm instrumentos de ordenamento

*Jornal de Angola*  
10 De Julho de 2020

Os planos Directores-Municipais do Uíge e Negage, na província do Uíge, foram aprovados pela Comissão Interministerial de Aprovação de Instrumento do Ordenamento do Território e Urbanismo. Os instrumentos de Ordenamento do Território tiveram as contribuições de várias franjas da sociedade, que emitiram o seu parecer.

Os eixos estratégicos de desenvolvimento e ordenamento do município do Uíge apostam na requalificação de espaços urbanos, privilegiando as vias secundárias na zona de expansão urbana prevista a sudoeste, além de propor uma circular externa como limite físico da cidade, para dar solução ao tráfego na cidade, derivado do fluxo automóvel nos dois macro-eixos municipais.

Para a comuna sede do Uíge prevê-se a implementação de Planos Urbanísticos a nordeste do bairro do Capopia e a leste do bairro Cassamba, indicando novas áreas infra-estruturadas, catalisadoras de desenvolvimento, bem como a reabilitação de estradas secundárias para acesso às áreas produtivas.

Contempla, ainda, a dotação de um parque industrial e tecnológico de fácil acesso a partir da cidade, assim como a proposta de um interface de transportes num “ponto de intersecção” de vários percursos intermunicipais.

Instrumentos de apoio

No quadro do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018/2022, o Governo tinha como meta a aprovação de 71 instrumentos de Ordenamento do Território, mas por causa da actual conjuntura, provocada pela pandemia da Covid-19, estão previstos apenas 50 instrumentos.

“Com estes instrumentos aprovados, já existem 23, que têm uma importância grande na planificação, principalmente para o ordenamento das cidades, crescimento organizado e não aquilo que se vive um pouco por todo o país”, apontou a porta-voz da Comissão, Ana Paula de Carvalho.

Via J.A

## 7.6 Desalojados Ilhéus há 11 anos abandonados num «deserto» onde falta quase tudo

*Novo Jornal*  
10 De julho de 2020  
Texto: Dulcineia Lufua e César Magalhães

Mais de três mil famílias, desalojadas da Ilha de Luanda para o distrito do Zango 1, continuam, desde 2009, sem a acomodação prometida pelo Governo no mesmo ano. Os moradores falam em condições precárias de saneamento básico, num momento em que o país enfrenta a Covid-19, responsável por quase duas dezenas de mortes.

A promessa, feita pelas autoridades, era para ficarem apenas 90 dias em tendas e casebres. Onze anos depois, continua a ser uma miragem o nunca mais chegado dia de alojamentos em habitações condignas.

Na memória, guardam pelas estruturas das suas antigas casas, no bairro Lello, na Ilha de Luanda, demolidas em Abril de 2009, para dar lugar a uma estrada que desafogaria o trânsito na zona, segundo explicações dadas, na altura, pelas autoridades.

Dizem-se, por isso, traídos pelo Governo da província de Luanda e entregues à sua própria sorte no Zango 1, município de Viana, a Sul da capital do país.

Estes cidadãos, na sua maioria ex-pescadores, revelaram ao Novo Jornal que, II anos depois, continua a ser um desafio desconfortante adaptar-se a um novo modo de vida, numa zona em que faltam quase todos os serviços essenciais à dignidade humana.

Relatam que as condições precárias de saneamento básico na localidade deram azo à proliferação de várias doenças, com ênfase para a malária e febre tifoide. A criminalidade e a prostituição fazem, igualmente, «eco» na zona.

Os casebres de chapa, que há mais de uma dezena de anos os acolhem, estão visíveis bem à entrada do zango 1. Cansados, os ex-ilhéus exigem explicações, em nome da Justiça, sobre o processo de alojamento.

Em fase de pandemia, os moradores descrevem que as dificuldades sociais se agudizaram. A Covid-19 é tida como forte ameaça num bairro em que tratar de pequenas doenças já é um problema.

"Os nossos ouvidos já estão cansados de tantas promessas não cumpridas das autoridades. Já não sabemos aonde recorrer. Entra governador, sai governador, e continuamos pendurados no zango", desabafa Luís Artur, um dos coordenadores da zona.

Sem esconder desgaste e desespero, este morador narra à reportagem deste jornal ter perdido a conta do número de vezes que se reuniram com as autoridades, tendo sobre a mesa o longo processo de alojamento.

Sentado junto ao seu casebre, em companhia de alguns amigos, Artur revela que, nesses II anos de "abandono" no Zango 1, aconteceram quatro realojamentos e eis o que chama de azar: nenhum deles cruzou o seu caminho e do dos seus vizinhos de casas de chapa.

"O primeiro foi na parte dos casebres na zona da Ilha Seca, o segundo nas imediações do SIAC, o terceiro no bairro Tchuna Baby e o último foi na zona de Luanda Limpa. Só mesmo nós é que não vimos nada. Somos azarados, minha filha", lamenta, com tristeza estampada no rosto.

Luís Artur diz que houve algumas esperanças depois de ter ouvido o nome de uma mulher associado à governação de Luanda. pede, já com alguma simpatia no discurso, à governadora Joana Lina, que se inspire na sensibilidade de mulher e resolva, de uma vez por todas, a penúria dos ex-moradores do bairro Lello, na Ilha de Luanda.

Chegou ao Zango adolescente e hoje é mãe de três filhos

A morosidade no processo de acomodação dos desalojados do bairro Lello é também retratada na procriação. Pessoas há que chegaram ao Zango vindos da Ilha de Luanda na condição de menor e, hoje, constituíram as suas famílias.

É o caso de Catarina. Esta jovem alta, de pele escura, pisou o solo do zango 1 em 2009. Contava ainda com os seus 13 anos, quando, ao vivo, viu a casa dos seus pais deitada abaixo. Fala com alguma fúria sobre estas frustrantes memórias.

Hoje, Catarina é uma senhora. Aos 24 anos, já teve a bênção de dar à luz três filhos. Todos eles nascidos no solo verde-lho do Zango 1, jurisdição do extenso município de Viana. "Quando cheguei ao Zango, transportada dentro de um camião, tinha os meus 13 anos. Hoje, com os meus 24, sou mãe de três filhos. É muito tempo à espera de justiça", lamenta.

Traça o cenário de "injustiça» a que foram submetidos pelas autoridades de Luanda: "Na Ilha, vivíamos numa casa de três quartos, mas, aqui, fomos abandonados em casas de chapa, que, quando chove, ninguém dorme. É uma situação triste, minha irmã. Luto para que os meus filhos saiam deste inferno".

Com o filho caçula de dois anos ao colo, a jovem fala sobre o medo transversal a todos os moradores de coabitação com o novo coronavírus. Tem razão de sobra para a apreensão: os casebres são pequenos de mais para falar em isolamento. A preocupação é ainda maior quando a necessidade se prende com o acesso aos equipamentos de biossegurança e de higiene.

"Não temos água canalizada, para a lavagem regular das mãos. O saneamento básico também é precário, sem falar do distanciamento que será impossível, porque as casas são muito coladas e pequenas", descreve.

Uma quentura que afugenta

Durante o dia, na área, é raro encontrar pessoas no interior dos casebres. A razão: há um calor abrasador no interior das casas. A solução para o descanso está fora, nas pequenas sombras que se podem encontrar nas ruelas de um bairro quase que sem espaços verdes.

Maria do Rosário entrega-se para a conversa com o NJ. Os incumprimentos do Governo da província de Luanda e a precaridade das condições de vida na zona não lhe permitem ficar em silêncio.

Ainda resta voz nesses 11 anos de lamentações, de espera do tão aguardado alojamento condigno. Descreve que as casas não têm fossa séptica, o que obriga os moradores a fazerem as necessidades em

sacos de plástico, para, depois, depositar os detritos nos contentores de lixo. "Não é uma situação boa, sobretudo para aquelas famílias numerosas", observa mulher de 48 anos.

Percorrer quilómetros ao encontro da saúde

A saúde, um problema transversal a outros bairros de Luanda, é um outro calcanhar de Aquiles dos ex-moradores do bairro Lello. Sem qualquer posto de saúde, os habitantes do Zango 1 são obrigados a percorrer quilómetros até ao Zango 2, para atendimento médico. Lixo, ratos, mosquitos e outros insectos abundam entre os casebres e agudizam o «caderno de preocupações» dos moradores da zona.

## 7.7 Edificações junto dos jardins estão previstas no Kilamba

*Jornal de Angola*

*19 De Julho de 2020*

*Texto: Augusto Cuteta*

A polémica que se levantou em torno das edificações de templos religiosos nos espaços adjacentes aos jardins do Kilamba foi desdramatizada pelas autoridades locais, com a revelação da administração do Distrito Urbano de que as empreitadas estavam previstas no Plano Director da cidade.

O administrador do Distrito Urbano do Kilamba, Murtala Marta, explicou que as obras que se assistem a nascer estão em espaços reservados para equipamentos sociais, dentro do programa definido para o uso dos solos, em obediência ao Plano Director aprovado na altura da concepção da cidade. É neste sentido, acrescentou Murtala Marta, que surgem os templos da Igreja Adventista do Sétimo Dia, nas proximidades do jardim entre os blocos C e L, e das Testemunhas de Jeová, no quarteirão U, onde, também, está a ser erguida uma loja para a comercialização de produtos agrícolas.

O administrador esclareceu que há uma composição entre os jardins e zonas reservadas para equipamentos sociais. "Estamos a ver igrejas, mas podiam ser outros estabelecimentos, tal como o é já o serviço de proximidade da casa de venda de bens agrícolas", salientou. Em função disso, Murtala Marta chamou a atenção para se acabar com os alaridos por causa da venda dos mencionados espaços às três entidades, uma vez que a empresa gestora dos terrenos infra-estruturados decidiu colocar neles os serviços sociais que estão a nascer.

Neste momento, enquanto decorrem as obras das duas agremiações religiosas, no meio da cidade,

Kilamba conta com outros dois templos cristãos, afastados dos edifícios, sendo um da Igreja Católica, erguido, provisoriamente, junto ao Instituto Geológico de Angola, e outro da Igreja Metodista Unida, próximo às bombas de combustível da Sonangol.

Invasão de terrenos

Nos bairros periurbanos, principalmente nos dois Bitas, continua a ocupação e venda ilegal de terrenos, o que preocupa a administração. "Temos de resolver este problema, por se tratarem de invasões em reservas fundiárias do Estado, com projectos estruturais que vão beneficiar mais pessoas do que conforme está", disse.

Para essas localidades, no quadro do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), um programa inexistente a nível da Cidade do Kilamba, mas a partir do município de Belas, Murtala Marta referiu que, no próximo ano, vai ser inscrito um projecto de construção de uma escola de 12 salas, no Bita Progresso. Fora da Cidade do Kilamba e do KK-5000, o Distrito controla três escolas públicas, o que, para o administrador, dá certo alívio quanto à problemática de falta de salas de aula. "Não estamos mal", gabou-se.

Em relação à delinquência, o administrador considerou que os casos diminuíram em grande escala, tendo em conta o reforço do patrulhamento policial, a reposição da iluminação pública nos pontos antes críticos e a consciencialização dos jovens sobre a necessidade de ajudarem a combater esse mal social.

## 7.8 Superfície sobre a água na Baía de Luanda divide investidores

*Jornal de Angola*

*23 De Julho de 2020*

*Texto: Rodrigues Cambala*

Um grupo de empresários, que actua na área de restauração na antiga Casa do Desportista e ao redor, na Ilha de Luanda, acusa a empresa Kaiserin de se apropriar e estar a fazer aterro numa extensa superfície marítima, por detrás do restaurante Cais de 4.

Os empresários, que falaram sob anonimato, revelaram que, em Dezembro de 2017, o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), na altura dirigido por Joaquim Sebastião, deu uma licença de construção do muro de protecção marítima e movimento de terras, sem concurso, à Kaiserin,

empresa que, no processo, é representada por um funcionário, o arquitecto Gilberto Rita.

“A intenção dos novos proprietários do espaço marítimo é implantar edifícios e privatizar a praia pública”, denunciam os empresários. Reforçam que os documentos não são verdadeiros, “porque o Governo não concede superfície sobre o mar”. Afirmam ainda que as obras retomaram, há duas semanas, depois de embargadas por irregularidades no processo de concessão.

Ao sublinharem que houve favorecimento e ausência de um Estudo de Impacto Ambiental, os queixosos afirmam que o IPGUL autorizou, num documento, a implantação do muro de 227 metros lineares. Segundo os queixosos, a Kaiserin fez um pagamento irrisório para obtenção da licença, no valor de 140 mil e 86 kwanzas. Para eles, aquela porção do mar devia pertencer às pessoas com investimento no local e não ser passada para empresas estranhas.

A Kaiserin está registada na Conservatória de Registo Comercial de Luanda, na Segunda Secção do Guiché Único, do Ministério da Justiça. A empresa, constituída com um capital de cem mil kwanzas, tem como objecto principal a construção civil, urbanização e valorização de terrenos. Tem como sócio maioritário o arquitecto Gilberto Rita. A 22 de Novembro de 2017, o GPL emitiu, por via do Cartório Notarial Privativo, um Contrato Promessa de Concessão de Direito de Superfície à Kaiserin, assinado pelo então governador Higinio Carneiro.

O contrato refere que a entidade concedente (GPL), responsável pela gestão de Luanda, tendo a necessidade de execução do reperfilamento e correcção da linha da costa interior da Baía de Luanda, promete conceder direito de superfície à parcela de terreno, sita no município de Luanda, numa área de 16.071 metros quadrados. O documento explica que o projecto vai permitir a continuidade e ligação pedonal, por via do calçada marítimo, entre a parcela 3 do projecto Baía e o Clube Naval de Luanda.

Os empresários denunciam, ainda, que o Contrato Promessa de Concessão, além de indicar um acréscimo de terreno, resultante de reposição de material dragado, já aponta o valor do custo (21 milhões e 214 kwanzas) da concessão da superfície da terra.

“É impossível que um terreno daquela dimensão custe tal valor. Os funcionários do GPL fizeram um negócio entre si”, denunciam. Quanto à atribuição do direito de superfície, que será feita num prazo de 60 anos, a contar da data de celebração do contrato, os

empresários informam que a empresa Kaiserin pretende construir edifícios para habitação, escritórios, hotelaria, comércio, uma situação que, na sua visão, vai inviabilizar a actividade comercial do local.

“Vamos fechar e desempregar mais de três centenas de trabalhadores”, avisam, afirmando que a Lei da Probidade condena a forma como o negócio foi feito entre o Governo Provincial de Luanda e um seu funcionário.

“A lei diz que o agente público que conduza ou decida um processo que intervenha no exercício das suas funções, com intenção de prejudicar ou beneficiar alguém, é punido com prisão maior de dois a oito anos”, sustentam os denunciante.

## 7.9 Programa para retirar populações de zonas de risco em execução no KN

*Novo Jornal*  
24 De Julho de 2020

Várias famílias que vivem em zonas de risco na província do Kwanza-Norte vão beneficiar, nos próximos dias, de um programa habitacional denominado «urbanização KM11», que está a ser gizado pelas autoridades locais.

Segundo o vice-governador para os serviços Técnicos e Infra-Estruturas, o programa de autoconstrução dirigida foi lançado em Abril deste ano e está a ser implementado num espaço de mais de 200 hectares, na periferia da capital da província, N'dalatando.

"O principal objectivo deste programa é acomodar as famílias que vivem em zonas de risco. Já temos pré-cadastradas, em número de pouco mais de mil, as famílias que se encontram nesta condição. Mas, ao todo, esta primeira fase contempla quase três mil lotes residenciais. Esperamos, nos próximos dias, abrir o processo de candidaturas ao público", informou Mendonça Luís, adiantando que os outros lotes terão como beneficiários funcionários públicos e outros cidadãos.

Explicou que, para atender às necessidades das famílias mais carenciadas, o programa prevê a participação do Fundo Habitacional e de bancos comerciais, no sentido de se encontrar fundos que sustentem a adjudicação das residências.

O vice-governador do Kwanza-Norte adiantou que já está em fase avançada a construção de um conjunto de infra-estruturas sociais e outras de apoio, como

são os casos de uma escola, um sistema de captação e distribuição de água e arruamentos.

Precisa que estão previstos, nesta primeira etapa do programa, 2945 lotes, correspondentes ao número de residências a serem construídas, todas do tipo 1'3, com diferenciação apenas no tamanho do talhão.

Acesso com tratamento diferenciado positivo

Em declarações ao NJ, Mendonça Luís esclareceu que, para o acesso à Urbanização KM11, haverá tratamento positivo diferenciado: "Quem vive, por exemplo, em zonas de risco e que se depara com muitas dificuldades sociais não deve ter o mesmo tratamento em relação a um funcionário público, a um trabalhador. O programa vai contemplar todos, sem exclusão de estratos sociais. Mas, no fundo, o que queremos garantir é o acesso facilitado aos serviços a todos os interessados".

O vice-governador para os Serviços Técnicos e Infra-Estruturas do Kwanza-Norte disse que o Governo local vai engajar-se na fiscalização da construção das habitações e exigir que se cumpra com a estrutura arquitetónica previamente definida.

"Não vamos ceder a construções anárquicas, fora do padrão previamente desenhado. Estamos ainda a estudar com outros parceiros como a adjudicação das residências serão feitas, se por um único empreiteiro ou se deixamos que cada um arranje o seu empreiteiro. O que existe em relação aos parceiros é apenas uma intenção. Não há nada formalmente acordado", referiu Mendonça Luís.

ÁLVARO VICTÓRIA

## 8. SERVOÇOS BÁSICOS

### 8.1 Caxito volta a ter água potável

*Jornal de Angola*  
6 De Julho de 2020

As direcções do Governo Provincial, da EPAL e representantes dos trabalhadores da EPAS Bengo acordaram, ontem, restabelecer hoje o abastecimento, sem restrições, de água potável à cidade de Caxito e arredores.

Trabalhadores da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPAS Bengo) paralisaram, a 29 de Junho, pela terceira vez, os trabalhos, por tempo indeterminado, devido ao não pagamento de sete meses de salário, assim como por falta de equipamentos de protecção individual e a assinatura de contratos.

Num comunicado produzido no final do encontro, foi aceite a assinatura de contratos de trabalho e o pagamento, hoje, de um mês de salário. Ficou, também, acordado se no prazo de dez dias os ministérios das Finanças e da Energia e Águas não regularizarem a situação dos atrasados, haverá nova paralisação.

Finalmente, a EPAS Bengo, através do seu PCA, Carlos Gomes, apresentou desculpas às populações e a todas as entidades que ficaram privadas de água durante este período.

### 8.2 Aterro de Catenguenha vai receber lixo a partir do dia 11

*Jornal Expansão*  
10 De Julho de 2020

Apesar de ainda não estar pronto, o aterro sanitário em construção na zona do Catenguenha, município da Caála, vai começar a receber resíduos sólidos já este sábado. A informação foi confirmada pela governadora Lotti Nolika, e surge como solução para o está acontecer com o depósito do lixo da cidade, que nesta altura é feito a céu aberto no perímetro florestal do Saacála. O processo actual constitui um atentado à saúde pública uma vez que este local está muito próximo de uma zona residencial, é feito sem qualquer regra e constitui um "crime" contra o meio ambiente.

Esta foi a solução encontrada apesar do aterro não estar concluído, uma vez que ainda decorrem negociações para a conclusão das obras de

construção da infra-estrutura, iniciada em 2011. Sobre as perspectivas da conclusão da empreitada, a segunda do género em Angola depois de Luanda, uma execução física na ordem dos 95 por cento, informou que estão a depender da resolução da dívida com o empreiteiro, tendo no entanto assegurado que esforços estão a ser efectuados junto das instituições centrais, de modo a se ultrapassar a situação o mais breve possível.

H.F.

### 8.3 Falta de água nas cadeias preocupa órgãos de Justiça

*Jornal de Angola*  
11 De Julho de 2020  
Texto: Venâncio Victor

O problema da falta de água potável nas cadeias de Malanje preocupa a Comissão Provincial de Coordenação Judicial, pois dificulta o cumprimento das medidas de biossegurança dos 1.707 reclusos contra a pandemia da Covid-19.

A preocupação foi manifestada na primeira reunião ordinária da Comissão Provincial de Coordenação Judicial referente ao primeiro trimestre deste ano, realizada quinta-feira, sob orientação da juíza presidente em exercício do Tribunal Provincial de Malanje, Luísa de Brito.

Os participantes recomendaram aos órgãos competentes que resolvam, com urgência, o problema da falta de água nas cadeias da província porque está a dificultar o cumprimento das medidas de biossegurança, nomeadamente a lavagem das mãos, fundamental na prevenção ao coronavírus.

Os membros da Comissão concluíram que o problema da sobrelotação nas cadeias prevalece na província. A título de exemplo, sublinharam, a Cadeia da Comarca de Malanje, com capacidade instalada de 450 reclusos, acolhe 596, dos quais 236 detidos.

### 8.4 Água vai chegar a 15 mil habitantes

*Jornal de Angola*  
13 De Julho de 2020

A nova subestação de captação e tratamento de água, em construção na sede municipal do Bocoio, província de Benguela, vai beneficiar cerca de 15 mil cidadãos, informou a Angop.

Segundo o chefe do Departamento Municipal da Empresa de Águas, Bernardo Mande, a subestação vai contar com duas bombas cada com capacidade para dar vazão a 300 metros cúbicos de água por hora. A subestação terá ainda um tanque para armazenamento de água, sendo o seu tratamento o convencional, com pré-oxidação, coagulação, evacuação, decantação e filtração.

O responsável explicou que quando o empreendimento entrar em funcionamento, a rede de distribuição existente será ampliada com uma nova linha de 21 quilómetros de extensão.

Relativamente à antiga subestação, Bernardo Mande disse que a infra-estrutura tem capacidade de captar e tratar 700 metros cúbicos de água por hora, cuja qualidade obedece aos padrões definidos pela Organização Mundial da Saúde. O responsável adiantou que actualmente estão a distribuir apenas 500 metros cúbicos de água por hora, em função das perdas, devido a problemas na linha de distribuição.

Segundo Bernardo Mande, existem actualmente na sede municipal do Bocoio apenas 630 ligações domiciliárias, estando em curso um projecto para o aumento das mesmas, garantindo que o abastecimento de água tem sido regular, havendo apenas constrangimentos quando ocorrem problemas técnicos.

## 8.5 Mais de 4 mil famílias vão beneficiar de água

*Jornal de Angola*

*14 De Julho de 2020*

*Texto: Augusto Cuteta*

A problemática da falta de água potável, em bairros periurbanos da Cidade do Kilamba, fica minimizada de forma considerável, nos próximos seis meses, quando entrar em funcionamento o Centro de Distribuição da Vila Flor, que vai permitir mais de 4.150 ligações domiciliárias.

O administrador do Distrito Urbano do Kilamba, Murtala Marta, explicou, ao *Jornal de Angola*, que a entrada em operação do Centro de Distribuição da Vila Flor vai contemplar famílias do bairro onde está a ser erguido o serviço e zonas do Bita Progresso e de Santo António.

Murtala Marta avançou que as obras, já em fase final, do Centro de Distribuição de Água da Vila Flor decorrem sem sobressaltos, daí a garantia de que os trabalhos possam terminar dentro dos prazos estabelecidos.

O responsável, que falava no âmbito do nono aniversário da Cidade do Kilamba, assinalado sábado, sob o lema «Fica em casa», realçou que, neste momento, a administração tem assegurado o abastecimento de água aos moradores dos bairros periféricos àquela urbe da província de Luanda, através de camiões-cisterna.

O administrador realçou que a situação da produção de água potável vai ser ainda mais incrementada, com a conclusão do Centro de Distribuição de Cabolombo, que abrangerá mais de 350 mil famílias de bairros do município de Belas e de zonas adjacentes à referida parcela da província de Luanda.

Neste momento, por condicionantes não reveladas pelo responsável, a obra, que faz parte de um grupo de acções levadas a cabo pelo Executivo, no sentido de levar água potável aos moradores de zonas distantes do centro da cidade de Luanda, está paralisada.

A energia eléctrica é outro problema que as populações dessas zonas periféricas da Cidade do Kilamba enfrentam, por ter grande dependência de postos de transformação de gestão privada. Em breve, assegurou o administrador, esse cenário vai igualmente ser alterado, quando terminar a subestação do Bita.

### Transformação do lixo

Noutra vertente, o administrador anunciou que há um projecto que está a ser desenvolvido para o aproveitamento do capim e de resíduos sólidos recolhidos a nível do Kilamba, para serem transformados em adubo orgânico. Nesse projecto, com resultados previstos para os próximos três meses, a administração do Kilamba conta com a parceria de moradores da cidade.

Numa primeira fase, a produção de adubos será para consumo interno, mas, se houver excedentes, vai ser comercializada para outras entidades. Murtala Marta realçou que a recolha, deposição e tratamento do lixo e das zonas verdes são dos principais problemas que a Cidade do Kilamba enfrenta, actualmente, resultantes de condicionalismos que a administração tem em relação aos recursos financeiros.



## 8.6 Trabalhadores deixam de receber 3% da Segurança Social a partir de Julho

*Jornal Expansão*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Faustino Diogo*

Termina no dia 26 de Julho o prazo para que os consumidores regularizem as dívidas dos serviços de energia e água contraídas durante o estado de emergência que vigorou durante dois meses no País por causa da pandemia da covid-19.

Também no próximo mês, os 3% de salário que os trabalhadores receberam a mais por não pagarem Segurança Social, voltam a ficar retidos.

Neste período do estado de emergência (Março a Maio), os clientes ficaram "desobrigados" do pagamento das facturas da luz e da água sem que no entanto as empresas públicas pudessem suspender o fornecimento. A medida foi anunciada como auxílio às famílias para minimizar os constrangimentos que a estado de emergência provocou na economia nacional.

O Decreto Presidencial que ditou as regras da situação de calamidade pública vigente desde 26 de Maio, deu 60 dias para que os pagamentos em atrasados com a ENDE e EPAL fossem regularizados, findo este período as empresas pública passam a estar legitimadas a efectuarem cortes no fornecimento destes serviços.

Aquando da declaração da situação de calamidade pública, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, avançou que até 26 de Julho, os cidadãos devem regularizar as suas facturas. A regularização podia ser feita de forma faseada, mas depois de 27 de Julho as autoridades podem retomar a dinâmica normal. Ou seja, a partir do final do mês de Maio os consumidores poderiam pagar a dívida acumulada em prestações, quem não o fez, deve agora pagar na totalidade, salvo alguma negociação directa com a ENDE e a EPAL.

Entre as medidas que estão em fim de vigência, consta também a transferência de 3% do desconto da Segurança Social para o salário dos trabalhadores do sector privado que começou a vigorar em Abril. Isto significa que a partir deste mês os trabalhadores deixam de receber este valor que volta a entrar nos cofres do INSS.

A medida de alívio fiscal anunciada para melhorar o rendimento das famílias e ajudar as empresas

permitiu, durante 3 meses, aos trabalhadores receberem mais 'kumbu', no final de cada mês.

Quanto às empresas, deixa também de ser permitido o diferimento do pagamento da contribuição para a SS (contribuição de 8% do total da folha salarial) referente ao II trimestre de 2020. Ou seja, a pagamento da Segurança Social volta à normalidade para as empresas e para os cidadãos. O Expansão apurou junto de fonte do Governo que as medidas fiscais anunciadas não serão prorrogadas, terminando nos prazos previstos aquando da sua divulgação.

De acordo as regras da situação de calamidade pública, os documentos caducados que ainda estão a ser usados, como por exemplo, bilhete de identidade, carta de condução, livre-te de viatura, título de propriedade automóvel, passaporte, cartão de estrangeiro residente e outros, devem ser renovados até 30 de Agosto.

## 8.7 Água chega em Caita e Txamba Mendes

*Jornal de Angola*

*14 De Julho de 2020*

*Texto: Isidoro Samutula*

As populações das localidades de Caita e Txamba Mendes, município do Chitato, província da Lunda-Norte, estão a consumir, desde a semana passada, água potável pela primeira vez, com a entrada em funcionamento de dois furos artesianos, cujas obras, realizadas em quatro meses, custaram 17 milhões de kwanzas.

Os sete mil habitantes das duas localidades consumiam até então água dos rios, cacimbas e lagoas.

O sistema de abastecimento de água em Txamba Mendes comporta um furo artesiano com 74 metros cúbicos de profundidade, e uma electro bomba com capacidade para bombear 2.5 metros cúbicos por hora, que alimenta dois reservatórios de dez metros cúbicos cada.

A electrobomba funciona com energia solar, com uma potência instalada de 7.75 quilowatts, e distribui água a três chafarizes.

O responsável da construtora Muconda Trading, Maurício Sérgio, que executou as obras, disse que o sistema de abastecimento de água na localidade de Caita tem quase o mesmo protótipo de Txamba Mendes.

O reservatório de Caita tem capacidade para armazenar dez metros cúbicos de água, e abastece igualmente três chafarizes.

Maurício Sérgio esclareceu que, além da construção de chafarizes, nas duas localidades foram feitas ligações domiciliárias, em residências de sobas, professores e em infra-estruturas escolares, sanitárias e policiais.

Quanto à assistência técnica, o responsável garantiu que a construtora vai prestar serviços de manutenção nos dois sistemas durante um ano.

## 8.8 Moradores do distrito urbano 11 de Novembro clamam por melhores serviços

*Jornal de Angola*

16 De Julho de 2020

Texto: *Arcângela Rodrigues*

Bairro do Compão. “Aqui não há nada. Sobrevivemos como podemos e a vida anda assim mesmo, com todos os nossos problemas”, desabafou Cristiano João, de 34 anos, que apesar das condições precárias afirma que já está habituado. “Estou aqui desde pequeno. É aqui onde passei os melhores momentos da minha infância”, explica, para acrescentar que no Distrito Urbano 11 de Novembro, no Cazenga, os problemas aumentam à medida que o tempo passa.

No Compão não há escolas. As vias de acesso estão degradadas e o fornecimento de água potável é deficiente. Entre outros problemas, ali existe apenas um posto de saúde em funcionamento. Cristiano João afirma que a criminalidade é, também, um problema sério, que está a tirar o sono aos moradores.

“Os jovens não querem estudar, trabalhar ou aprender alguma profissão. Abraçaram a delinquência e perderam o medo. Criam pânico no bairro. Realizam assaltos a qualquer hora do dia, muitas vezes à mão armada e, também, lutam entre grupos”, disse, acrescentando que a falta de iluminação pública é um dos factores que contribui para o aumento da criminalidade na zona.

O bairro conta com uma esquadra policial, mas o número de efectivos é insuficiente para fazer o patrulhamento. Cristiano conta que, há dias, um homem perdeu o olho por não aceitar entregar 50 Kwanzas aos marginais. “Furaram-lhe as vistas. Isso está muito mal. Todos temem que, a qualquer

momento, também podem ser vítimas de assaltos”, disse.

Segundo o morador, o único posto de saúde em funcionamento na localidade não tem capacidade técnica e humana para atender a procura de populares, que se vêm obrigados a sair do bairro em direcção a outras localidades do Cazenga, em busca de melhores serviços de assistência médica e medicamentosa no hospital dos Cajueiros, e nos centros de saúde da Ana Paula, Progresso, 11 de Novembro, Somague, entre outras unidades sanitárias.

No bairro do Compão, as ruas estão sempre alagadas. Por falta de esgotos, as águas residuais não encontram saídas e a situação piora no tempo chuvoso: casas inundadas, ruas intransitáveis e muito lixo. Não há contentores. Com esses problemas todos, surgem muitos casos de malária na zona.

Apesar de a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) proceder à instalação de torneiras em várias moradias, no âmbito do projecto de 700 mil ligações domiciliárias, a maioria dos moradores enfrenta dificuldades para ter o produto em casa.

Os que não construíram tanques ou não dispõem de grandes reservatórios de água, nas suas residências, são obrigados a percorrer longas distâncias. Sobre o projecto em causa, o morador Cristiano João explica que “nos primeiros meses o produto correu normalmente, mas depois deixou de sair. Os que têm tanques vendem água aos vizinhos”.

Outra moradora, Maria António, 30 anos, lamenta do estado em que se encontram as ruas do bairro do Compão. “As estradas desapareceram. Só restam lombas e buracos. Quem não tem carro próprio anda de moto táxis, porque os taxistas não circulam por estas ruas”, diz, para reclamar do aumento significativo dos níveis de criminalidade. “Nem consigo ficar à vontade, parada no portão da minha casa. Se não são os marginais que aparecem, será a poeira a correr comigo”, afirma Maria António.

A moradora conta que os jovens, por falta de ocupação, além de roubarem, passam o dia nas ruas a consumir drogas e bebidas alcoólicas. “Também as meninas, por não haver aqui locais de lazer e, por falta de ocupação, engravidam muito cedo”, sublinha Maria António, que diz ter sobrinhos de 7 e 8 anos, que nunca foram matriculados numa escola.

“Não há dinheiro para matriculá-los num colégio privado, e por esse motivo, eu e os meus irmãos que já concluíram o ensino de base, estamos a ensiná-los à ler e escrever”, revela. Maria António realça que

isso é o mínimo que podiam fazer, para as crianças não crescerem analfabetas.

Um bairro sem escolas

O coordenador do bairro, Yangalele Samuel, confirma que não existem escolas públicas no Compão, situação que “empurra” muitas crianças para fora do sistema de ensino, principalmente aquelas cujas famílias estão desprovidas de recursos financeiros, para as matricular em colégios privados.

“Deparamo-nos com vários problemas que há muito criam constrangimentos aos moradores, e todos nós gostaríamos que fossem solucionados”, afirmou Yangalele Samuel, visivelmente insatisfeito com o estado das vias de acesso ao bairro.

Yangalele Samuel aguarda ansioso pela construção, nos próximos dias, de uma unidade de saúde de referência, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

A melhoria no fornecimento de energia eléctrica, abastecimento de água potável e saneamento básico são outras das exigências feitas pelos moradores do Distrito Urbano 11 de Novembro. Os problemas são antigos e, no seio dos residentes, a expectativa numa solução definitiva enfraquece ano após ano. “Por exemplo, se a iluminação pública fosse mais eficiente, acredito que a delinquência não seria assim tão acentuada”, assevera Joaquim Fernandes, morador há 12 anos.

O administrador do Distrito Urbano 11 de Novembro, Célsio de Carvalho, afirma que o abastecimento de água está entre os principais desafios da administração local do Estado, tendo destacado a implementação do projecto de 700 mil ligações domiciliárias na zona. Fez saber que, no âmbito do referido projecto, a Empresa Pública de Águas (EPAL) já cadastrou um total de 13.522 beneficiários. A distribuição de água é feita pela rede de canalização domiciliar.

“As principais dificuldades estão na regularização das facturas e garimpo. A EPAL tinha em carteira a implementação de contadores pré-pagos, mas até agora não houve qualquer aplicabilidade”, disse.

Confiante no futuro, Célsio de Carvalho destacou a existência de um projecto de reabilitação das vias rodoviárias no distrito, que, no entanto, carece de aprovação da Administração Municipal do Cazenga.

Desprovido de um projecto sustentável que visa a melhoria do saneamento básico, o administrador assegurou que têm sido realizadas acções regulares de

remoção de areia, lodo e resíduos sólidos ao longo das valas de drenagem e bacias de retenção.

## 8.9 Engenheiros pretendem criar rio artificial para abastecer Luanda

*Jornal de Angola*

*18 De Julho de 2020*

*Texto: Rosalina Mateta*

Dois engenheiros angolanos têm na forja o esboço de um rio artificial, cuja proposta pretende apresentar, em breve, ao Governo. As coordenadas já estão definidas. O engenheiro António Venâncio explica o percurso da água que vai trazer um rio à cidade. O mesmo terá dois caudais saídos do canal do Kikuxi. Um irá parar a Cacuaco e outro ao Benfica.

O projecto de engenharia pretende revolucionar o sistema de abastecimento de água à província de Luanda, bem como cobrir todas as etapas do saneamento básico.

Ao Jornal de Angola, António Venâncio, especialista em Engenharia Civil e mestre em Ciências Técnicas, observou, durante uma recente conversa telefónica, que o modelo em uso “não é eficiente. É caro e não é eficaz”. Por esta razão, juntou-se ao especialista em Engenharia Sanitária e Hidráulica e mestre em Ciências Técnicas, Francisco Lopes dos Santos, na busca de inovação técnica. “Estamos a trabalhar num modelo completamente novo, diferente de todos os já experimentados até agora. Queremos salvar Luanda dos problemas de inundações, lagoas e todos os males que surgem quando chove. Também pretendemos criar um modelo para o abastecimento de água, totalmente diferente”.

Para o fornecimento de água, a dupla de engenheiros tenciona trazer à Luanda um manancial de água dos rios Kwanza e Kifangondo, através da construção de um rio artificial. “Quando tivermos o rio construído, num período de três a quatro anos, acabaremos com a carência de água”, afiança o técnico.

A equipa de engenheiros já definiu o traçado do rio artificial, estimando que os caudais comecem no fim do canal do Kikuxi. Um vai penetrar pelo Cazenga e chegará a Cacuaco. Outro entrará pelo Nova Vida, Ponte Molhada e atingirá o Benfica.

“Com estes dois braços, teremos um manancial de água capaz de proporcionar o fornecimento de água e funcionamento do saneamento básico para a província de Luanda”.

## Proposta independente

Elaborado pelos engenheiros António Venâncio e Francisco Lopes dos Santos, o esboço, em fase avançada, poderá, brevemente, ser apresentado ao Governo que, se o considerar viável, será entregue às entidades envolvidas na política de planificação e gestão do abastecimento de água à capital angolana.

Para aditar mais subsídios, o engenheiro Venâncio esclareceu que o modelo em concepção, é apenas uma proposta independente que ele e seu par pretendem submeter à consideração do Governo. “Esta é outra engenharia, a dos angolanos... O modelo que estamos a propor é de uma engenharia rápida, barata e eficaz”, sustentou.

## 8.10 Excesso de lixo no bairro pode provocar epidemia

*Jornal de Angola*

*18 De Julho de 2020*

*Texto: Pedro Augusto*

Os moradores da Centralidade do Zango 5 temem que a circunscrição seja atingida, nos próximos tempos, por um surto de cólera e outras viroses, face à quantidade de lixo, principalmente doméstico, nas principais artérias da zona.

A ausência de muitos serviços sociais, como o saneamento básico, tem tirado o sono aos habitantes. Como consequência, assiste-se ao amontoado de lixo em quase todos os quarteirões nas ruas da centralidade, o que tem originado o surgimento de ratas e insetos.

Mesmo com o esforço feito por alguns habitantes, organizados em comissões de moradores, a centralidade apresenta uma imagem desagradável. Aliás, algumas zonas apresentam um aspecto de total abandono, pois, muitas residências aguardam pelos respectivos inquilinos.

“Temos sérias dúvidas se na centralidade existe mesmo uma administração. Estamos a ficar impacientes com a situação que vivemos. Como é possível uma zona habitacional, como esta, não dispor de serviço de saneamento básico? Como vamos dar tratamento ao lixo que produzimos?”, questionou-se uma das moradoras do Bloco D, um dos mais atingidos pelo lixo doméstico e não só, que pediu para não ser identificada. Residente na zona desde Agosto do ano passado, diz não entender as razões da não disponibilização, até agora, de serviços de saneamento básico na centralidade. “Luanda tem várias empresas de limpeza, o que falta para entrarem

em acção na nossa centralidade? Estamos receosos que sejamos atingidos por um surto de cólera nos próximos tempos”, lamentou.

O morador Armindo António, do Bloco N, atira culpas da situação ao Instituto de Fomento Habitacional e à Imogestim. “A preocupação destes organismos não podem, apenas, preocuparem-se em fazer a entrega das residências ou com as prestações mensais do pagamento do arrendamento por parte dos inquilinos”.

Arminda António considera grave a situação vigente na centralidade, por isso pediu os organismos de direito a zelarem pelo problema que há muito, aflige os moradores.

Quem, também, se mostra preocupado com a não recolha dos resíduos sólidos produzidos na centralidade é o morador Paulo Pereira, que espera que a situação seja resolvida o mais depressa possível, sob pena de os moradores serem atingidos por epidemias.

## Campanha de limpeza

Uma campanha de limpeza comunitária, visando mudar a imagem que a Centralidade do Zango 5 apresenta nos últimos dias, está agendada para o próximo sábado, pelas 7h00, numa iniciativa do Comité de Acção do Bloco C, do partido MPLA.

A campanha vai ser realizada em todas as ruas da centralidade, segundo um comunicado do Comité de Acção do Partido MPLA, que convida todos os militantes, simpatizantes, amigos e moradores da zona para participarem da mesma.

## 8.11 Saneamento básico deficiente agrava a vida dos moradores

*Jornal de Angola*

*22 De Julho de 2020*

*Texto: Fula Martins*

Os centros de saúde do distrito atendem uma média diária de 350 pacientes acometidos pela malária, cólera, febre tifóide e outras doenças relacionadas ao deficiente saneamento básico. Junta-se a dificuldade para ter água potável nos diferentes bairros que compõem o distrito do Sambizanga.

Na Lixeira, Pombinha, Brinca Na Areia, Cuba, Camponês, Frescura, Candeeiros, Baião, entre outros bairros, a luta pela sobrevivência inicia às primeiras horas da manhã. O aglomerado de moradores junto aos camiões cisternas e o pouco que resta dos chafarizes, dois dos principais pontos de

abastecimento de água, com mulheres e crianças em maior número, denunciam a carência do precioso líquido nas torneiras das residências.

Para a maioria das famílias do Sambizanga, há anos que o consumo diário de água ficou limitado, contudo, o deficiente saneamento básico, segundo o que é ponto comum entre os moradores, tem sido o maior pesadelo.

O cenário que o Jornal de Angola constatou aquando da sua recente presença no Bairro Operário reforça este pensamento. Contentores abarrotados de lixo e grandes quantidades de entulhos resultantes da destruição de várias residências, no âmbito do plano de requalificação do bairro, falam por si.

Livre das águas da chuva há mais de dois meses, Moisés Caveto, morador no distrito, olha com bastante preocupação para os charcos e excesso de lixo em algumas ruas do Bairro Operário. Este último, diz, não resulta unicamente da fraca capacidade de recolha. Moisés Caveto explica que parte do problema está na maneira descuidada como algumas famílias manuseiam o lixo. Embalam mal os resíduos, deixando-os a descoberto. Outras não conseguem compactar caixas, cartões e outros artigos do género.

“O lixo é depositado de qualquer maneira no contentor e acredito estar na hora de se repensar tudo isso”, sugeriu.

Desprovido de um plano urbanístico, no Sambizanga Sede, bairro construído na época colonial, falta de tudo um pouco para se ter um bom saneamento, desde ruas asfaltadas, espaços verdes e valas de drenagem para facilitar o escoamento das águas.

Manuel Semeão, morador no bairro Pombinha, não se conforma com a quantidade de buracos e outros entraves que dificultam a circulação de veículos e peões ao longo das ruas.

“Este bairro tem muitos becos e as poucas ruas não oferecem condições para a circulação de viaturas. A rede de esgoto na via principal está obstruída, no interior do bairro não existe vala de drenagem e o lixo é atirado nos becos”, lamentou.

Ao coro de lamentações junta-se Linda João, de 60 anos. Além das ruas e becos “invadidos” pelo lixo, águas residuais, crateras, entre outros, a anciã clama pelo abastecimento regular de água potável.

“As falhas de água são constantes, a requalificação demora a chegar e os nossos filhos estão sempre nos hospitais por causa do deficiente saneamento básico.

Estamos cansados de pedir apoio à administração”, disse.

Francisco Pedro vive há mais de 34 anos no bairro da Lixeira. Funcionário de uma pastelaria algures na rua dos Carneiros, no distrito do Sambizanga, Francisco Pedro generaliza as consequências por que passam os moradores.

“Tal como na Lixeira, vários outros bairros do distrito do carecem de saneamento básico. Muitos de nós consumem água dos tanques dos vizinhos que nos tem causado problemas de saúde”, afirmou, sublinhando que durante a época chuvosa enfrentam muitos dissabores devido a inexistente drenagem das águas pluviais.

Apesar dos vários constrangimentos, Francisco Pedro mantém esperança que um dia o bairro venha a beneficiar de asfalto, passeios, jardins públicos, sistema de drenagem das águas e rede pública de abastecimento de água potável, para que as crianças cresçam num ambiente saudável.

#### Programa integrado

No âmbito do Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), o distrito não foi excluído. O Sambizanga foi contemplado com a reabilitação das ruas de Benguela, Lobito, Comandante Bula e do Centro Cultural Dr. António Agostinho Neto. As obras têm o apoio institucional da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) e incluem os passeios, arborização e o sistema de drenagem das águas residuais e pluviais.

Em declarações ao Jornal de Angola, o coordenador para Área Técnica da Administração do Sambizanga considera a construção de uma nova rede de esgoto e respectivas ligações domiciliárias a solução para o problema de saneamento básico no distrito.

Wilfredo André explicou que o Sambizanga dispõe apenas de uma operadora comprometida com a recolha de resíduos sólidos e garantiu que os entulhos resultantes das demolições feitas no âmbito da requalificação do Bairro Operário têm sido recolhidos. Além de informar que a Administração do Distrito Urbano do Sambizanga e a CACL trabalham no levantamento topográfico das vias terciárias para realizarem uma intervenção profunda, referiu que o distrito carece de plano director. Wilfredo André acrescentou que, embora esteja em fase inicial, a CACL trabalha num programa director que abarca todo município de Luanda.

“O único projecto habitacional recente do Sambizanga foi a Centralidade da Marconi, na Petrangol, que passou para o município do Cazenga,

na sequência da divisão político administrativa de 2011”, disse.

#### Abastecimento de água

Com mais de seis mil e 844 clientes cadastrados, o abastecimento de água na maior parte dos bairros do Sambizanga, sob responsabilidade da Empresa Pública de Águas (EPAL), é feita com algumas irregularidades, apesar da rede de distribuição ter beneficiado de reabilitação num passado recente.

Wilfredo André apontou o bairro Madeira como a área mais afectada pela escassez de água e referiu não existir, por enquanto, nenhum programa que visa a expansão da rede de abastecimento aos bairros periféricos que seja do domínio da administração.

Por outro lado, assegurou que a distribuição de energia eléctrica é feita em baixa tensão para os clientes cuja potência não excede os 50 KVA e afirmou que está em curso a instalação de contadores pré-pagos nas residências e instituições.

“Há um programa de instalação de contadores pré-pago, que decorre de forma faseada em função da tipologia e do estado da rede”, disse Wilfredo André, realçando que no Sambizanga não existe bairro com restrições de iluminação pública nas ruas principais.

#### Rede de saneamento básico

A construção de uma rede integrada de saneamento básico só é possível com uma requalificação profunda, que inclua o interior dos vários bairros do distrito, considerou o engenheiro de construção civil Pinto José.

Em declarações ao Jornal de Angola, Pinto José afirmou trata-se de um conjunto de obras com custos elevados e só é possível com mão-de-obra qualificada e projectos consentâneos.

“Antes de tudo é necessário fazer um levantamento para permitir a produção de uma matriz. Nos bairros Lixeira, Frescura, Madeira, Cuba ou Baião, só é possível a requalificação após o levantamento pelo facto de já existirem ruas e residências”, disse, Pinto José, reforçando que bairros construídos sem arruamentos exigem uma requalificação muito mais profunda.

## 8.12 Elisal sai da gestão do aterro sanitário dos Mulenvos que vai ser privatizado

*Jornal Expansão*

*31 De Julho de 2020*

*Texto: Olga Leite*

Com 13 anos de histórico de lixo e mais 23 de vida útil, o Aterro Sanitário de Mulenvos poderá sair em breve da alçada da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) e passar para concessão a privados, solução aberta pelo Decreto Presidencial 122/20 de 19 de Fevereiro.

A necessidade de reestruturar e melhorar a capacidade de resposta da única infra-estrutura do género em Luanda ganha dimensão assim que entramos no aterro. A 100 metros de altura, no quarto patamar do segundo alvéolo do Aterro de Mulenvos, no município de Viana, com os pés assentes em milhares de toneladas de lixo que Luanda produz e a respirar ar misturado com metano - a nova PCA da Agência Nacional de Resíduos aceitou conversar com o Expansão no fim da linha de um dos problemas maiores da capital angolana - Nelma Caetano não vê apenas resíduos, vê negócio.

Aliás, vê a 3ª economia do país, depois do petróleo e dos diamantes. Um negócio para as empresas com ideias inovadoras e para os catadores de lixo, que podem vir a ser legalizados, em cooperativas, numa primeira fase em Luanda e mais tarde em outras províncias.

Na cadência de camiões que desembocaram no aterro de Mulenvos enquanto durou a conversa com o Expansão, a nova presidente do Conselho de Administração da ANR encontrou o fio condutor adequado para introduzir uma das mais recentes iniciativas legislativas presidenciais em matéria de resíduos, que abre caminho à requalificação e a uma nova gestão, exploração e valorização dos resíduos através do Decreto Presidencial 22/20 de 19 de Fevereiro, que autoriza a abertura de concurso limitado para a adjudicação do Contrato de Concessão a Título Oneroso do Aterro Sanitário de Mulenvos,

A "rebentar pelas costuras" acolhe hoje 6.500 toneladas/dia, quando foi projectado em 2007 para 2.500 toneladas diárias. No arranque de um ciclo, Nelma Caetano, sem o saber e por casualidade, acabou por assistir ao fim de vida útil da última célula de deposição do aterro e tornar contacto com o espaço onde, em breve, será aberta uma nova célula, que se prepara, pela explicação do ciclerone da visita e director de engenharia civil e aterros da Elisal, Manuel Ximuto Cunha, para receber a intervenção de impermeabilização, com geomembrana, que resguarda os lençóis freáticos,

A primeira caracterização sobre a tipologia de resíduos em Angola foi feita em 1992, apenas para a cidade de Luanda. Duas décadas depois, em 2012, avançou-se nesta matéria para o PESGRU, o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos, um documento orientador que elencava o tipo de lixo produzido em todo o país, por província, quais as perspectivas até ao ano 2025 e as propostas de acção prioritárias,

A época considerado um ambicioso instrumento de acção, elencava metas para 2015, que nunca avançaram, outras para 2022 que ainda não saíram do papel. Arrojado na visão, apontava para a implementação da recolha selectiva em todos os municípios, e de aterros em todas as cidades capitais de província, até 2025.

Estamos próximo dessa meta e o país só pode contar com o Aterro de Mulerrvos, no município de Viana, em Luanda, e com o Aterro da Catenguenha, no Huanbo, que começou a receber lixo há poucos dias. O resto são lixeiras a céu aberto e valas sanitárias.

Apesar de recém-empossada como PCA da ANR, Nelma Caetano acompanhou como técnica do Ministério do Ambiente, e nos últimos anos como Directora Nacional de Prevenção e Avaliação de Impactos Ambientais, várias propostas internacionais para aterros em Cabinda, Benguela e no Bengo, que "nunca avançaram por falta de garantias soberanas que o Estado não concede pelo efeito da crise económica mundial", argumenta.

#### Economia circular em Angola

É um caminho difícil o que espera a nova responsável da Agência, nomeada no dia 2 de Julho e empossada há uma semana, "consciente que a malária e a cólera estão relacionadas com o problema dos resíduos. Os problemas de saúde pública exigem uma intervenção estruturada, na opinião de Nelma Caetano, a nível urbano e no que diz respeito à população que procura uma renda familiar no lixo,

A ANR quer saber quem são e onde estão estas pessoas, de forma a organizá-las em cooperativas, com mais dignidade: "para tal vamos criar centros de transferência", permitindo separar o lixo em "segurança", em vez de andarem pelos contentores da cidade. A Agência quer assumir o papel de "advogada desta causa", tirando os catadores da informalidade para um enquadramento legal, com direitos e deveres, mesmo a nível fiscal.

Criada faz 6 anos no passado dia 28, por Decreto Presidencial, a Agência Nacional de Resíduos tem por missão regulamentar a actividade de concessão de serviço público na área do lixo e executar a política de gestão de detritos, bem como propor medidas legislativas, técnicas e económico-financeiras em matéria de política de gestão de resíduos, contribuir para o cumprimento de leis, regulamentos e normas aplicáveis, entre outras tarefas.

Cabe nesta linha a ambição da engenheira de ambiente de transformar o actual sistema de resíduos em Angola de economia linear em circular, que nada tem a ver com a prática actual, de "produz-utiliza-deita fora". "Há muitas entidades internacionais que têm fundos para financiar projectos exclusivamente ligados à transição para a economia circular, através da reutilização, da reciclagem e da valorização energética, vamos então atrás desses recursos e aplicá-los aqui em Angola", reitera a PCA, num dos pontos da visita, o lago de lixiviados, que recebe por gravidade de todo o líquido resultante da decomposição dos resíduos.

Redução do plástico passa por eco-taxas Determinada em "acabar com o lixo", como missão primeira, Nelma Caetano tem em mente, à semelhança do PESGRU 2012, um Plano de Gestão Estratégica dos Resíduos Industriais, dentro do qual está a iniciativa legislativa para acabar, gradualmente, com os plásticos, que a recém-empossada PCA da Agência apelida de "praga". Angola tem 2 planos estratégicos: dos resíduos sólidos urbanos e dos resíduos hospitalares. Há 4 anos, a própria ANR, avançou com uma proposta de decreto sobre o Regime Jurídico de Fornecimento de Sacos Plásticos Leves pelos Agentes Económicos; que nunca se concretizou. Em 2018 também foi instituída uma comissão interministerial para definir um conjunto de eco-taxas, mas entendeu-se "que seria sobre carregar os nossos contribuintes que tinham já o IVA para pagar". A Agência pretende ir mais longe com a restrição de todo o plástico de uso único, como sacos, palhinhas, copos e louças descartáveis, que passará pela instituição de taxas a aplicar aos produtores e importadores.

No decurso da conversa com Expansão Nelma Caetano usa vocábulo "paixão", que raramente cabe no léxico do sector dos resíduos, em concreto, para chegar àquela que é hoje uma das maiores bandeiras da ecologia mundial- a preservação das zonas húmidas dos mangais, essencial à preservação de espécies marinhas e terrestres - e que em Angola estão atoladas em lixo. Exemplos deste perigo são os mangais do Lobito e actualmente "estamos preocupados com o caso do Soio, no Zaire, que tem uma grande parte do território instalado em mangais e, em vez disso, está com imensos resíduos".

Questionada pelo Expansão sobre os 17 objectivos da Agenda 2030, que em nenhum deles contempla a problemática dos resíduos, a PCA da Agência de Resíduos espera ir ainda a tempo de alterar o documento neste sentido "mas também sobre o saneamento básico. O bem-estar da nossa sociedade só será exequível com saneamento básico eficaz, que é um grande problema de saúde pública", afirma.



## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Recolhidas mais de 100 mil armas em posse da população

*Novo Jornal*  
10 De Julho de 2020

Cerca de 112 mil armas de fogo de diversos calibres em posse ilegal da população foram recolhidas no país, no período de Março de 2008 a 8 de Julho deste ano, no âmbito da campanha de desarmamento da população civil. No período em referência, foram destruídas mais de 79 mil armas de fogo de diversos calibres.

O dado foi prestado, na passada quarta, 8, pelo porta-voz da polícia Nacional de Angola, comissário Orlando Bernardo, durante uma conferência de imprensa, em alusão ao Dia Mundial da Destruição de Armas: que se assinala a 9 de Julho.

Orlando Bernardo explica que a recolha das armas de fogo resultou de denúncias, flagrantes delitos, buscas e apreensões, durante serviço de patrulhamento realizado pelas forças da ordem e, posteriormente, foram remetidas ao Ministério público, ao processo de inspeção, catalogação e ao laboratório de criminalística, para a sua análise.

O responsável assegura que a recolha ou retirada de armas de fogo, quer de forma voluntária ou coerciva, das mãos de cidadãos que não estão autorizados ao porte e uso das mesmas, tem tido resultados satisfatórios, devido ao trabalho de sensibilização e mobilização à população.

O porta-voz da Polícia avança que a Comissão Nacional para o Desarmamento da população Civil trabalha mim processo específico que vai permitir reforçar e reorganizar o controlo das armas de fogo, tanto nos quartéis como fora deles, assim como na importação das mesmas, de modo a ter-se menos armas de fogo fora do controlo das Forças de Defesa e Segurança.

### 9.2 Detidos 13 assaltantes no Rocha

*Jornal de Angola*  
23 De Julho de 2020

Treze marginais, que se dedicavam a assaltos à mão armada, dois dos quais implicados na tentativa de um roubo de 13 milhões de kwanzas no bairro Rocha

Pinto, foram apresentados, ontem, em Luanda, pela Polícia Nacional.

Durante a apresentação pública dos implicados no assalto do Rocha Pinto, o comandante municipal da Polícia em Luanda, superintendente-chefe Gabriel Tito, explicou que os dois meliantes tinham recebido informações a dar conta que seriam transportados 13 milhões de kwanzas de um estabelecimento comercial para uma instituição bancária. Os assaltantes, fazendo-se transportar numa motorizada e munidos de uma arma de fogo, surpreenderam, na via pública, o proprietário da viatura que levava o dinheiro e de lá extraíram vários sacos, estando certos que seriam os sacos com o dinheiro. Na fuga apressada, os meliantes deixaram o saco com os 13 milhões de kwanzas na viatura. “Levaram apenas os sacos que continham outros produtos e não o dinheiro”, disse Gabriel Tito.

O comandante da Polícia explicou que, do histórico dos acusados, consta um assalto à mão armada de 800 mil kwanzas e muitas outras acções na calada da noite no bairro Rocha Pinto. Os dois confessaram a autoria do crime e assumiram que a arma de fogo usada no assalto foi adquirida no bairro Kikolo.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 Empresa mobiliária vê o PIIM como uma oportunidade de negócios

*Jornal de Angola*

*10 De Julho de 2020*

*Texto: António Eugénio*

O grupo Jirétours, que investiu esse ano mais de 350 milhões de kwanzas para o fabrico de móveis escolares usando matéria-prima 100% angolana essencialmente a madeira e o ferro, está atento às oportunidades que se abrem sobre as unidades escolares a serem construídas no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Com o foco virado para este nicho, o investidor pretende que o Governo possa reduzir a exportação de carteiras e poupar milhões de kwanzas, que podem ser injectados para outros sectores económicos. “Os nossos móveis são feitos com material nacional. É um contra censo que continuemos a comprar bens acabados quando internamente podemos fabricá-los”, disse o administrador do grupo empresarial, Osvaldo Caumbulo, em declarações ao Jornal de Angola.

Com esta medida, a firma alega desencorajar e reduzir o tráfico ilegal da madeira para o exterior, valorizar a matéria-prima nacional e alavancar a indústria transformadora da madeira. O responsável afirmou que diariamente a unidade chega a fabricar 300 carteiras individuais para abastecer algumas escolas de Luanda, numa capacidade total de 600 carteiras individuais e duplas por dia.

Ultimamente tem havido fraca procura do imobiliário escolar e a desaceleração da economia tendo em conta a pandemia de Covid-19. A empresa, além de vender carteiras, garante também assistência e manutenção aos clientes que acorrem àquela unidade fabril. Osvaldo Caumbulo apelou ao Executivo para continuar a apoiar a produção nacional, em particular o sector imobiliário, para a criação de mais empregos para a juventude.

A fábrica gerou, até agora, 65 postos de trabalho. Quanto aos preços dos materiais comercializados são acessíveis, tendo lamentado o facto de muitas instituições de ensino carecerem de carteira e muitas delas acorrerem anualmente a algumas unidades para comprar carteiras escolares por alguns que ele considera “paraquedistas” do ramo que comercializam os meios a custos elevados.

“Não compreendo como é que vão comprar os materiais escolares numa unidade comercial que, em menos de pouco tempo, deterioram. É preciso responsabilizar essas pessoas”, atira. Face aos problemas sanitários que o país vive, a empresa adequou-se ao momento da calamidade e está a confeccionar meios que evitem a propagação de qualquer enfermidade.

O grupo empresarial angolano pretende alargar o negócio para outras localidades do país, porém, solicita as instituições financeiras a redobrar o apoio à indústria transformadora de madeira. Localizada na zona do Benfica, em Luanda, numa área de 1.200 metros quadrados, a empresa foi criada em 2016 com a produção de mobiliário doméstico e em 2017, fruto da entrada de uma nova administração passou a dedicar-se à produção de mobiliário escolar, sobretudo em madeira, metálico e em polipropileno destinado também para escritórios, bibliotecas, igrejas e museus.

### 10.2 BIOCUM anuncia perdas de 250 milhões de kwanzas provocadas por incêndios

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Cristóvão Neto*

A BIOCUM, uma companhia de bioenergia implantada em Cacuso, Malanje, anunciou ontem perdas de 249,059 milhões de kwanzas só no período de 30 dias situado entre 16 de Junho e 15 de Julho, em resultado do que chama “queimadas criminosas” causadas por moradores da região “de forma intencional, especialmente para a caça de animais” selvagens.

A companhia denunciou ao Jornal de Angola a ocorrência de seis incêndios naquele período, em conflagrações que afectaram fazendas nas que tem plantações de cana-de-açúcar, envolvendo 32 talhões ou uma área total de 846,03 hectares. Uma lista das ocorrências aponta para a queima de nove talhões afectando uma área de 240,99 hectares na fazenda Pungo Andongo, a 16 de Junho, e outra de cinco talhões (175,23 hectares) na mesma fazenda, a 25 daquele mês.

Contam-se os incêndios em dois talhões (60,58 hectares) da fazenda Mangolê a 23 de Julho, bem como de quatro talhões numa fazenda denominada Salto Cavallo, a 4 de Julho, de igual número de talhões na fazenda Kilamun, no dia seguinte, destruindo uma

área de 74,41 hectares, e na Pedras Kwanza, a 8 de Julho, queimando mais de 147 hectares.

A BIOCUM declarou que, de Abril à presente data, período em que transcorreu metade da época da safra, a produção de açúcar situou-se em 40 mil toneladas, 35 por cento da meta de 115 mil toneladas estabelecida para o ano em curso (além de 18 mil metros cúbicos de álcool neutro e 63 mil megawatts de energia eléctrica renovável a partir da biomassa).

A BIOCUM queixa-se do facto de, apesar de criminosas, as queimadas serem tratadas como “fenómenos isolados”, considerando-as, antes, actos de “vandalismo” e “crimes contra o ambiente e contra a propriedade”, geralmente lavras de camponeses e projectos agroindustriais como a BIOCUM.

#### Recrutamento em período de restrição

Apesar dessas adversidades, a companhia anunciou um recorde de produção diária de 920 toneladas de açúcar, na primeira semana de Julho, o que é atribuído a um novo planeamento das operações a que a BIOCUM se obriga depois dos incêndios. Além disso, a empresa reformulou toda as operações para manter a actividade nas condições das restrições recomendadas para evitar a propagação da pandemia da Covid-19, com o fim explícito de “produzir mais açúcar, gerar emprego e rendimentos”.

Desde Abril, um mês depois da vigência de medidas excepcionais para a contenção da propagação da pandemia, a empresa elevou o quadro de pessoal para um total de três mil trabalhadores, entre os quais 725 recrutados para a manutenção das operações em tempo integral, 24 horas por dia. Entre recrutados contam-se 484 trabalhadores rurais e 28 operadores de máquinas e de processos industriais, além de mão-de-obra de outras profissões e ofícios como mecânicos, motoristas, lubrificadores, caldeiros, instrumentistas, enfermeiros e pedreiros.

### 10.3 Campanha florestal aberta com restrições

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Lourenço Bule e Nicolau Vasco*

O governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, abriu há dias, na localidade de Caiúndo, 135 quilómetros a sul da cidade de Menongue, a campanha florestal 2020/2021, com base na quota de

15 mil metros cúbicos de florestas, atribuída à província pelo Ministério da Agricultura.

Durante a cerimónia, Júlio Bessa disse aos madeiros que, apesar do lançamento da campanha florestal, o corte de novas árvores só começa quando for concluída a comercialização dos 30 mil 902 metros cúbicos de madeira Mussivi e de outras espécies derrubadas entre 2017 e 2019, que estão concentradas nas matas e nos diferentes estaleiros espalhados pela província.

O governador explicou quem, terminada essa fase, todas as empresas detentoras de licença para 2019, com saldo de exploração, deverão contactar o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), para revalidação das mesmas, no quadro de novas regras de exploração estabelecidas pelo Governo do Cuando Cubango.

Para Júlio Bessa, a espécie Mussivi, uma das mais apreciadas, cuja proibição de exploração expira em Agosto, a luz do Decreto Executivo nº 278/18, de 7 de Agosto, deverá prevalecer até ao ano de 2021, enquanto durar o programa de reorganização do sector florestal.

A abertura oficial ficou também marcada pelo corte de uma árvore, pela transformação do tronco em madeira e pela plantação da espécie Mussivi. Segundo Júlio Bessa, esse simbolismo deve servir de exemplo, face as responsabilidades sociais que os madeiros devem assumir junto das zonas de exploração.

#### Reunião com madeiros

Ainda na terça-feira, o governador Júlio Bessa reuniu com todos os operadores do sector madeiro do Cuando Cubango, para apresentação de contribuições às novas regras de exploração estipuladas pelo Governo local. Foi consenso que, quem não cumprir, além de avultada multa, o prevaricador deverá responder em Tribunal.

Durante o encontro, em que participaram outros membros do Executivo provincial, autoridades tradicionais e membros das forças de defesa e segurança, Júlio Bessa sublinhou que as novas regras têm como propósito pôr cobro à exploração desordenada de madeira, conferir maior poder de arrecadação de receitas fiscais e a criação de mais postos de trabalho.

Júlio Bessa lembrou que a proibição do corte de árvores para a produção de madeira e de carvão inclui as zonas fronteiriças com a Namíbia e todo o projecto turístico internacional Okavango/Zambeze (KAZA), visando evitar a desflorestação da província e, com isso, dar maior protecção à biodiversidade que

já vive ameaçada pelos caçadores furtivos e de fortunas.

Segundo o governador, a medida visa também combater o contrabando de madeira ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, principalmente nos municípios de Cuangar, Calai e Dirico, que se encontram desguarnecida por falta de condições, situação que tem sido aproveitada pelos “amigos do alheio”, que roubam do lado de Angola tudo o que lhes apetece.

Júlio Bessa explicou ainda que a suspensão do corte de madeira a 12 de Novembro de 2019, por iniciativa do Governo local, deveu-se ao impacto negativo que esta actividade provoca às estradas, pontes, pontecos e pelo surgimento de ravinas, além de em nada ajudar a província e a população, em termos de arrecadação de receitas e benfeitoria para as comunidades.

“Estamos também a trabalhar para acabar com as queimadas e a caça furtiva em todo território do Cuando Cubango”, através da imposição de critérios que façam com que “os cidadãos possam cumprir a lei escrupulosamente”, disse.

#### Novas regras de exploração

Na ocasião, o governador do Cuando Cubango, Júlio Bessa, procedeu a assinatura do despacho n.º 28/GGPCC/2020, que dita as regras para o escoamento de todo produto florestal do terreno em que foi cortado e que, por imperativos de vária ordem, não foi possível a sua comercialização.

O referido documento determina ainda que na presente campanha não serão concedidas licenças de exploração e fica expressamente proibido o corte de árvores em pé, apesar de muitas empresas possuírem saldos de exploração de anos anteriores.

A criação de condições organizativas e logísticas para a abertura dos mercados de venda de madeira na cidade de Menongue e no Cuangar, emissão, de modo célere, dos respectivos certificados fitossanitários, bem como a preparação de condições para que os referidos certificados possam ser emitidos localmente, no quadro da descentralização administrativa, são igualmente tarefas determinadas no referido documento.

De acordo com o despacho exarado pelo governador do Cuando Cubango, o departamento provincial do IDF deve avaliar as empresas candidatas à exploração da madeira na campanha de 2021, que devem, para o efeito, obedecer às regras definidas consensualmente junto da Associação dos Madeireiros da província e constantes no memorando conjunto com o Ministério da Agricultura e Pescas.

Os órgãos de defesa e segurança e a Administração Geral Tributária (AGT) foram também chamados a cumprir, com rigor, a fiscalização dos actos dos agentes envolvidos na exploração de madeira e, caso se justifique, a encaminharem os prevaricadores aos órgãos de justiça, para serem responsabilizados nos termos da lei, regulamentos e regras aprovadas.

O despacho do governador determina ainda o cumprimento rigoroso da Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem (Lei n.º 6/17, de 24 de Janeiro) e sobre o Regulamento Florestal (Decreto n.º 171/18, de 23 de Julho), bem como a obrigatoriedade do pagamento de emolumentos e outros encargos fiscais inerentes à actividade de exploração de madeira na província. O documento recomenda ainda que as empresas se organizem em consórcios ou cooperativas, de modo a requererem, com o apoio do Governo do Cuando Cubango, à créditos bancários, para o fortalecimento das empresas de exploração, geração de renda e empregos para a juventude.

#### Madeira cortada

O chefe do departamento do IDF no Cuando Cubango, Domingos Ndedika, disse que a província tem 30 mil 902 metros cúbicos de madeira da espécie Mussivi cortada, principalmente, no ano de 2017, período em que se assistiu a um corte desordenado e que forçou o Ministério da Agricultura a suspender o abate desta espécie, em 2018.

Segundo o responsável, existe um volume de madeira do tipo Girassonde, serrada em 2017, estimada em três mil metros quadrados e pertencentes às empresas de exploração que actuam em municípios fronteiriços.

“Apesar de as empresas terem desenvolvido as suas actividades num raio de 80 quilómetros, ao longo da linha fronteiriça, sentem-se bastante prejudicadas, por não conseguirem, atempadamente, o certificado fitossanitário para o escoamento e comercialização da madeira de 2017”, acrescentou.

Domingos Ndedika disse também que o licenciamento em torno da campanha florestal 2019 não registou qualquer discrepância. Nesse período foram abatidos 1.877 metros cúbicos e mantido um saldo em pé de 7.423 metros cúbicos, às espécies Mucussi, Girassonde, Munhenhe e Pau-rosa.

## 10.4 “Nós do Projecto Otchiva já nos sentimos vencedores”

*Jornal de Angola*

24 De Julho de 2020

Texto: José Meireles

A jovem ambientalista angolana Fernanda Renée, 27 anos, manifestou-se satisfeita com a inclusão do seu nome e do projecto que dirige, na lista dos 27 finalistas mundiais do prémio “Jovens Campeões da Terra”, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Contactada pelo Jornal de Angola, a propósito, a ambientalista revelou-se feliz ao ver o seu nome entre os 27 finalistas da edição deste ano do referido certame das Nações Unidas. “Embora ainda não tenha divulgado os vencedores a nível dos continentes, nós os mentores do Projecto Otchiva já nos sentimos vencedores, pois é um orgulho muito grande fazer parte da lista dos finalistas do tão honrado prémio da ONU”, disse emocionada.

Com o projecto de Protecção e Restauração dos Mangais em Angola, o trabalho de Fernanda Renée faz parte de um total de 845 candidaturas a nível mundial, tendo sido seleccionada para as 5 finalistas regionais (por África) pela sua nova abordagem, com vista a enfrentar as crises ambientais mais prementes do mundo, com ideias inovadoras.

Os vencedores de cada continente serão conhecidos em Dezembro deste ano, na sede da ONU, em Nova Iorque. Na edição passada, a actual ministra da Cultura, Turismo e Ambiente, Adjany Costa, foi a vencedora regional para a África. Com 15 membros fundadores, “Otchiva”, é um Projecto de Protecção e Restauração dos Mangais em Angola, que agrega 1250 voluntários, cujo objectivo visa promover o uso sustentável dos mangais e o bem-estar de todos os seres vivos que dependem daquele ecossistema marinho.

O facto de ter nascido junto à orla marítima, com presença de mangais, flamingos e outras espécies de aves migratórias, a jovem ambientalista angolana acompanhou com muita preocupação a degradação da bela biodiversidade do ecossistema, principalmente no Lobito, através de construções anárquicas que contribuíram para o declínio das espécies e aumento das inundações na zona.

A acção dos membros da “Otchiva”, que em língua nacional Umbundu significa “lago”, ou “zona húmida”, está voltada para a realização de campanhas de sensibilização sobre a importância dos mangais

para o ecossistema, bem como a limpeza e reflorestação dos mesmos em toda a sua extensão.

Implementado, desde Julho de 2017, na cidade do Lobito, província de Benguela, o projecto “Otchiva” tem como principal alvo o habitat dos flamingos, símbolo da identidade daquela cidade do litoral Sul de Angola e mais tarde foi aplicado também em Luanda (na zona de Benfica) e no município do Soyo (Zaire), havendo a intenção de estendê-lo a outras regiões costeiras do país.

Fruto da acção desenvolvida pelo projecto “Otchiva”, já é visível, principalmente no município do Lobito, a presença constante e massiva de população de flamingos, bem como de outras espécies de aves, caranguejos e peixes.

Natural do Lobito e com formação superior em Engenharia de Pesquisa e Produção de Petróleo, pela Universidade Jean Piaget, em Luanda, Fernanda Renée foi recentemente homenageada pela União Africana, com a atribuição de um Diploma de Reconhecimento pelo contributo exemplar prestado para a sustentabilidade ambiental em África.

## 10.5 Prémio Mentora de projecto que restaurou mais de mil hectares de mangais em Angola nomeada finalista pela ONU

*Novo Jornal*

24 De Julho de 2020

Texto: Álvaro Victória

Fernanda René e, angolana responsável pela iniciativa ambiental que já restaurou mais de 1.200 hectares de mangais no litoral do país, foi nomeada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente para finalista do Prémio Jovens Campeões da Terra 2020, cujos vencedores serão anunciados em Dezembro próximo.

A engenheira, de 27 anos, mentora do projecto ambiental otchiva, consta de uma lista de 35 finalistas do prémio, sendo que cada continente se faz representar na concorrência por cinco candidatos.

“É uma honra [a nomeação], pois significa que o projecto de restauração e protecção de mangais [em Angola] foi credibilizado e reconhecido mundialmente”, reage ao NJ.

Trata-se de um prémio que Angola já logrou conquistar na edição passada (na Zona Africana), através da bióloga Adjany Costa, actual ministra da Cultura, Turismo e Ambiente, reconhecida pela

ONU pelo seu empenho na conservação de água e biodiversidade em Angola.

Fernanda René e informa que, desde que se lançou à causa, há três anos, o projecto Otchiva, com mais de 1300 colaboradores, já restaurou aproximadamente 1200 hectares de mangais entre Luanda, Zaire e Benguela, esta última sua terra natal.

Realça que o trabalho de reflorestação de mangais - berçário de vários animais marinhos - tem proporcionado o regresso de espécies destes ecossistemas, com destaque para os flamingos.

Renée avança que, após várias jornadas de recuperação de mangais no litoral de Luanda, Lobito e Soyo, a sua instituição perspectiva actuar, agora, no litoral das províncias do Bengo, Kwanza-Sul e Cabinda.

Destaca o apoio das autoridades, particularmente na figura do Vice-Presidente da República, Bornito Baltazar de Sousa, para quem a presença nas jornadas de campo do projecto otchiva "tem ajudado a inibir" a destruição de vários mangais pelo País.

"Desde que o Vice-Presidente da República se juntou a nós, temos notado que a destruição de mangais, dando lugar, sobretudo, a projectos hoteleiros, reduziu significativamente. Hoje, já há, inclusivamente, operadores hoteleiros que nos consultam para saber como podem ser úteis à causa ambiental", descreve.

Fernanda Renée observa que, para além do Vice-PR, a iniciativa tem contado com o apoio da petrolífera Total, do embaixador da Bélgica e da sociedade civil angolana, em geral.

## 10.6 Queimadas e desflorestação

*Jornal de Angola*

*27 De Julho de 2020*

*Texto: Adebayo Vunge*

Há alguns anos, vamos notando uma ausência gritante de animais na nossa floresta. Perdeu-se fauna na flora. E isso é mais notório quando circulamos pelas diversas estradas nacionais e vemos pontos de venda de várias espécies abatidas depois de caçadas.

A caça é exercida em Angola de forma furtiva, mas, principalmente, como uma forma de sobrevivência no seio de muitas comunidades rurais, ora para preencher a escassez de alimentos, ora, também, para ter rendimentos que lhes permitam obter outros produtos para a sua subsistência.

Em paralelo a este fenómeno, está também o da desflorestação silenciosa e desregrada, muitas vezes noticiada, mas sem que haja uma resposta séria e rigorosa. A preservação do ambiente é um assunto que tem íntima relação com a nossa sobrevivência no planeta, quando não a das futuras gerações.

De resto, se há alguma coisa positiva, e que tem sido a percepção destes tempos de pandemia, é que a redução da actividade económica e industrial e as medidas de isolamento social, e de acordo com dados da revista Nature Climate Change, permitiram reduzir os níveis de poluição no planeta. Por exemplo, em Abril, as emissões de dióxido de carbono e gases de efeito estufa reduziram 17% e há expectativas de que esta tendência se mantenha, o que teria um impacto positivo nos compromissos internacionais do Acordo de Paris. É por isso uma espécie de regeneração acelerada, com impactos notórios (serão momentâneos?) em vários países e ecossistemas. De Veneza à Austrália.

O aquecimento global, causado pelo aumento de gases de efeito estufa na atmosfera desde a pré-revolução industrial, e produzido por acção directa das actividades humanas, tem um impacto muito negativo no planeta, atingindo-nos a todos. Porém, a sua intensidade e consequências não são sentidas, e nem ocorrem de forma igual, em todos os lugares.

Vários estudos consideram que os países que menos contribuíram e contribuem para o aquecimento global e onde as populações são mais vulneráveis são, mais uma vez, os mais afectados pelo aquecimento global, porque não têm os recursos materiais e financeiros para se adaptarem e/ou se protegerem dos impactos que a mudança climática vem provocando. Estamos acumulando uma dívida ecológica e social global insustentável, que, e para além das populações em situação de pobreza, compromete as gerações futuras. De resto, um dos sinais que nos são mais próximos prendem-se com os episódios de seca, cada vez mais frequentes, que vem agudizando a fragilidade das populações naquelas regiões, sobretudo porque põe em causa a segurança alimentar.

O aquecimento global é hoje o corolário de toda a "questão" ambiental. Ao mesmo tempo, há uma questão social associada, com contornos e elementos económicos e políticos, que se manifestam com a condição de pobreza em que vivem substratos significativos da população. É assim em muitos países africanos, e em fenómenos visíveis em países como o Malawi, Tchad, Moçambique, entre outros.

É claro que a nossa realidade não é uma ilha. A deterioração das condições sociais e económicas, no actual contexto de pandemia, trazem à baila fenómenos como as queimadas que se registam em várias regiões do país, comprometendo a produção agrícola e a subsistência das comunidades.

Por isso, não podemos estar indiferentes às notícias que foram difundidas no passado sábado pela Rádio Nacional de Angola, dando nota de acções do género nos arredores das propriedades da Biocom, e a empresa denunciou o impacto negativo destas acções dos caçadores furtivos na quantidade e qualidade da sua produção de açúcar.

Já não sem surpresa, outros produtores agrícolas, em algumas zonas do Cuanza-Sul, queixam-se de queimadas, não de caçadores furtivos, mas de comunidades rurais, a pretexto de caça e recolção de espécies animais para a sua sobrevivência.

Porém, as notícias sobre a nossa “crise” ambiental, com envergadura capaz de fazer estragos no médio-longo prazo, devem ser acompanhadas de uma maior sensibilização e consciencialização das comunidades, pois é necessário, antes, a tomada de consciência e o fortalecimento das vozes da denúncia para que se possa apostar numa mudança de paradigmas. Os órgãos institucionais devem ser igualmente mais incisivos para que não juntemos problemas aos que já nos assolam.

Calar significa que somos cúmplices. E a defesa do ambiente não tem preço. Os países do Sul estão mais sensíveis à crise climática e ecológica, temos de exigir mais do Norte, mas, e também por isso, temos de fazer o nosso trabalho de casa. Temos de penalizar quem faz contrabando de carapau em época de interdição. Quem corta uma árvore e não planta outras dez. Quem anda a dar cabo de pacaças, elefantes ou macacos. Pelo contrário, é urgente arborizar, educar e consciencializar a população sobre a necessidade de preservarmos a nossa quota-parte.

## 11. MINEIRA

## 12. MIGRAÇÃO

## 13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### 13.1 "Alargar o prazo de pagamento da dívida à China trará alívio e liquidez à economia do País"

*Jornal Expansão*

*10 De Julho de 2020*

*Texto: Joel Costa (texto) e Direitos*

*Reservados (fotos)*

Angola está a negociar a dívida com credores externos ao abrigo da iniciativa do G20. O País negocia igualmente com a China a suspensão do pagamento da dívida por três anos. Que impacto poderão ter estas negociações na economia angolana?

A China não está a entrar em alívio de dívida, mas a empurrar para a frente os pagamentos, à semelhança do adiamento do pagamento da dívida até ao final do ano, promovido pelo G20. Mas, tal como a China, haverá certamente do lado das instituições multilaterais e outros países reestruturação da dívida mais do que adiamento.

Que países podem ver a sua dívida reduzida?

Principalmente nos casos em que os países estão insolventes. Não tenho noção do caso de Angola, não sei se é um caso de falta de liquidez, porém há dúvidas quanto à solvência.

O que acontecerá com as dívidas dos países insolventes?

Para dar um exemplo, vamos olhar para a Argentina, país em que estava claro que a dívida era insolvente. Não tem sentido instituições multilaterais colocarem dinheiro numa conta que você sabe que é insolvente.

Qual será o resultado?

O único resultado disso vai ser viabilizar o pagamento dos investidores externos. Tal como aconteceu com a Grécia no segundo financiamento do Fundo Monetário Internacional e, recentemente,

com a Argentina. O dinheiro do Fundo Monetário Internacional que entrou para a

Argentina, no ano passado, só serviu para facilitar a saída dos credores privados externos.

E depois o prejuízo fica para os restantes?

Sim. Acho que vai haver uma pressão enorme para ocorrer algum tipo de alívio da dívida, seja sobre a forma de reestruturação, que resulte na redução do tamanho da dívida dos países insolventes.

É isto que os credores que aceitam adiar o pagamento do serviço da dívida esperam?

Claramente. Querem adiar, segurar o pagamento por alguns meses ou três anos de alívio, esperando que no final deste período não tenham de fazer, como se diz em inglês, o hair cut, ou seja a redução da dívida!

Mas qual será o impacto deste adiamento no pagamento do serviço da dívida à China ou outros credores na economia de Angola?

A possibilidade de postergação do serviço da dívida à China corresponde a um alívio de liquidez. São compromissos de serviços de dívida no futuro imediato, quer seja até ao final deste ano ou de três anos, como é o caso de Angola, como mencionou. Mas isso é um alívio de liquidez, cujo resultado vai depender muito de onde o País devedor estará no que diz respeito aos fundamentos, no que diz respeito à solidez da dívida.

Pode explicar melhor?

O impacto que a reestruturação ou negociação da dívida pode ter nos países que aderiram à iniciativa do G20 ou que estão a negociar directamente a dívida com os seus credores tem resultados diferentes, consoante as três situações que passo a explicar. No caso dos países em que ocorreu, agora, o choque financeiro externo do coronavírus estão numa situação com perspectiva de uma trajectória da dívida pública em relação ao PIB sólida. Estes países estão a sofrer apenas um choque de fluxo, que desapareceu da noite para o dia. Neste caso, óptimo, maravilha.

Trata-se, neste caso, de garantir liquidez?

Sim, ou seja, evita-se que o choque acabe afectando negativamente a trajectória que o país teria na ausência do choque provocado pelo coronavírus.

E no segundo caso?

Nesses casos, claramente, há uma trajectória da dívida de insolvência. Aí não adianta nada o adiamento da dívida, porque você até pode ter a resolução do



problema da liquidez, mas, no final desse período de curto prazo, está lá o monstro que é o rácio da dívida / PIB. Provavelmente o adiamento ainda é pior, porque o serviço não foi eliminado e continua a acumular durante este período de adiamento.

Qual é o terceiro caso?

Este é bem mais complexo. E quando o país está no meio, num ponto em que não há certezas sobre a situação, se a dívida é solvente, mas ilíquida, ou se é insolvente. Estes casos são a grande dúvida, não se conseguindo perceber se o monstro que nasce dos compromissos

do alívio da dívida no curto prazo vão permitir, no final, quando passar o momento de seca e liquidez, vai permitir que o país volte à normalidade.

E se estiver insolvente?

Se for uma trajectória que não pode ser retomada vai ter que existir o que chamamos corte de cabelo, em que os credores vão ter de aceitar uma queda no valor desta dívida. Dito desta forma, parece bom. Mas se fosse uma coisa tão boa assim, os países estariam sempre a fazer calotes.

Porque razão não o fazem?

Porque de cada vez que você faz um calote e quiser voltar o prémio de risco que os credores vão cobrar é mais alto. É melhor não estar numa situação como essa. Uma vez que o país esteja numa situação de insolvência é pior se tentar manter o erro.

Há exemplos de países em que isto esteja a acontecer?

Voltamos ao exemplo da Argentina. Por-todos os parâmetros para onde se olha a dívida é insolvente. Neste caso, de nada vai adiantar ter mecanismos de suavização da iliquidez, porque o que vai haver é uma reavaliação da dívida, vai ter de haver um corte de cabelo, um haircut, para reduzir o tamanho da dívida, ou seja, os credores vão ter de aceitar uma redução dessa dívida.

Que consequências pode ter estas negociações da dívida para Angola?

Vai sobretudo depender de qual é a situação estrutural do País diante deste choque. Angola, eu quero crer, que já está em busca deste alívio de liquidez no curto prazo para retomar uma trajectória que se espera seja viável no curto prazo.

Não há risco de as multas e juros subirem?

Sobem, há sempre uma tendência de subida. O que, em grande medida, vai depender de como é que o mercado vê a negociação, ou seja, como é que os credores o vêem. Se os credores vêem esse facto como uma manifestação de pouca vontade do País de cumprir com o serviço da dívida, a subida é brutal. Não me parece que seja este o caso de Angola, principalmente agora com o choque da Covid-19 sobre a economia do País, que trouxe a justificação perfeita.

### 13.2 "A China é um dos melhores parceiros financeiros é comerciais"

*Jornal Expansão*  
17 De Julho de 2020

Angola está a negociar com os seus credores internacionais. Parece que conseguiu junto da China um congelamento de amortizações e juros durante três anos. A sustentabilidade da dívida está assegurada ou é preciso ir mais a fundo?

A sustentabilidade das dívidas públicas tem uma axiomática própria, onde se conjugam parâmetros relacionados com o crescimento económico (se o PIB não aumenta ou fá-lo em proporções menores, o rácio da dívida aumenta), o défice orçamental (que deveria ser a única fonte alimentadora da dívida, excluindo-se, portanto, empréstimos para garantir obras de prestígio de regimes políticos autoritários) e a taxa de juro dos empréstimos contraídos pelo Estado (pela economia quando também existir uma dívida privada externa). É neste quadro de referência que devem ser definidas estratégias de endividamento. As negociações com a China, para mim um dos melhores parceiros financeiros e comerciais para Angola, de postergamento, a 3 anos, de amortizações e juros, mas principalmente de desanexação do petróleo, vão contribuir para uma diminuição da pressão sobre o OGE, possibilitando mais verbas a alocar às vias de criação/aumento de produto potencial (educação, investigação, inovação, infraestruturas e saúde).

A diversificação económica continua por fazer e o país continua 'viciado' no petróleo. Como mudar de paradigma?

Já ouvi/li dizer-se, 10 anos depois de se ter apresentado a diversificação como a panaceia para combater todos os males da economia angolana, que a mesma não passou de mera retórica. E o facto é que continua a sê-lo. Com a contração da economia mundial e africana, o FMI refere que a atenção deve virar-se, finalmente, para a criação de uma economia

interna integrada, geradora de cadeias de valor que adensem a malha de relações intersectoriais. Por aqui se podem criar economias de escala geradoras de competitividade para as exportações. Este adensamento deve sustentar-se, muito em particular, no sistema de pequenas e médias empresas, as mais ágeis para aproveitarem oportunidades e resistirem a intempéries e choques, internos e externos. A sua capacidade de adaptação é muito superior às das grandes empresas.

Mas as empresas continuam com dificuldades para aceder a crédito. É possível fazer-se diversificação sem crédito bancário?

A resposta é óbvia.

Porque é que os bancos têm sido avessos ao desenvolvimento da economia angolana por via da concessão de crédito?

Os bancários e os banqueiros seguramente que discordam, veementemente, desta sua questão, porque no seu entender não é a realidade. No seu compreender, todos os bons projectos são financiados, deslocando-se o problema justamente para a carência de projectos de investimento privado bem calibrados, avaliados e corri taxas de retorno confirmadas. Há mesmo quem considere inconstitucional a obrigação imposta pelo Banco Central de se conceder crédito ao sector privado e não o fazendo acabam por serem multados. E, assim, os bancos comerciais são multados por não darem crédito e são multados por não terem evitado as imparidades, muitas delas, senão mesmo a sua maior parte, de cariz amiguista. Os bancos comerciais são o maior credor do Estado em Angola, desempenhando aqui um papel importante ao facilitarem o funcionamento do Estado (pagamento de salários, etc.), ao mesmo tempo que são dos maiores contribuintes fiscais do Estado.

O que lhes tem dado um retorno substancial, já que as taxas de juro para emprestar ao Estado são apetecíveis ... Se emprestam ao Estado terão, depois, para emprestar aos privados' que muitas vezes não têm como dar garantias?

Há situações em que os pedidos de financiamento foram analisados e positivamente apreciados, mas aguardam que os seus requisitantes os introduzam no sistema produtivo. Produzir para vender a quem? Numa economia de mercado, se é que o somos nas presentes condições, é difícil acreditar e aceitar este tipo de imposições que falseiam as regras e os mecanismos de funcionamento do mercado. Os bancos lidam com dinheiro alheio e se começarem a dar crédito só porque algumas vezes os criticam,

corre-se. o risco de as imparidades bancárias dispararem, sem nenhum benefício para a sociedade. Há muito crédito político e os casos do BPC, BCI e mesmo do Banco Económico podem servir de exemplos. E quem paga as intervenções nesses bancos são os contribuintes ...

Evidentemente que os contribuintes não estão na disposição de serem parte da sua solução pagando mais impostos ou assistindo a desvios de verbas orçamentais dos sectores estruturantes da vida económica e da vida social- quando na sua maioria não foi parte do problema – os tomadores de empréstimos devem estar devidamente localizados e objecto de acções judiciais. Dito isto - os bancos devem ser instituições cuja solvabilidade ofereça garantias e confiabilidade aos aforradores - também devo reconhecer a existência de excesso de burocracia nos bancos comerciais e, embora, muita dela se deva às instruções restritivas do banco central, o seu alívio podia ser encarado como um elemento de diferenciação e de competitividade entre eles.

Imagino que ajustiça possa ter aqui um papel também importante no sentido de garantir que quem não paga os seus créditos, depois é penhorado ... Ajustiça está muito politizada no nosso País e também eivada de bastante burocracia. Foi recentemente criada ou recriada uma Comissão para a Reforma do Direito e da Justiça (aparentemente também com algumas tarefas preparatórias da reforma constitucional) de onde se esperam resultados muito positivos, em termos de celeridade dos processos e de independência verdadeira dos tribunais e dos magistrados.

O Alves da Rocha está à frente do CEIC desde a sua criação, há 17 anos. Que balanço faz a o percurso do centro de investigação?

Desde há 17 anos que este centro de investigação se tem questionado sobre os principais problemas económicos, sociais e mesmo políticos do País. Não é fácil, nem recomendável, separar a economia e os assuntos sociais da política. Através das suas pesquisas plasmadas nos seus relatórios anuais, em estudos específicos (como o da diversificação da economia, da corrupção em Angola, da inserção do País em espaços económicos mais vastos, da pobreza e do desemprego, da distribuição do rendimento nacional, da inflação, etc.) e da participação dos seus investigadores em conferências internacionais (África do Sul, Portugal, Reino Unido, França, Noruega, Moçambique, Cabo Verde) e nacionais, este centro de investigação tem dado relevantes contributos à produção de conhecimento. Prova disso é o acolhimento nas nossas instalações na UCAN de

mestrandos e doutorandos vindos de muitas partes do mundo.

Isso dá-lhe reconhecimento...

O CEIC deve ser considerado, sem falsas modéstias, como uma das melhores estruturas de pesquisa social em Angola, com investigadores permanentes todos angolanos, mas com uma gama de colaboradores científicos de universidades portuguesas, norueguesas, britânicas e sul-africanas. Como não há uma atitude favorável à pesquisa em Angola, nem as verbas orçamentais chegam a ser visíveis - a preferência na sua atribuição vai para as Universidades Públicas - o CEIC teve de se virar para organizações e instituições estrangeiras' na Noruega, na Alemanha, no Reino Unido e, em certa medida, em Portugal. A embaixada do Reino da Noruega foi, entre 2011 até final de 2017, a grande financiadora das actividades de pesquisa do CEIC. Porém, este financiamento cessou e agora o Centro está à procura de outras fontes que lhe garantam a continuidade dos seus trabalhos. É de elementar justiça destacar atitudes positivas de algumas instituições na concessão de patrocínios para alguns eventos do CEIC, bancárias umas, como o BNA, o BFA e mais recentemente o BNI e o BCH, e não financeiras outras, como a OSISA, a Total e a BP Angola.

Mas não chega ...

São sempre ajudas insuficientes para se manter em funcionamento permanente as áreas de pesquisa, que, como se sabe, têm de ser sistemáticas e com resultados diferidos no tempo ... Não tem sido fácil e por isso está-se a procurar trabalhos de consultoria que não esvaziem a componente de investigação. A conciliação é difícil.

Têm-lhe passado muitos jovens economistas pelas mãos. Alguns deles têm hoje importantes cargos no Governo. Esta é, ou não, a geração mais bem preparada do País, ou há ainda caminhos a percorrer?

O meu legado em Angola vai ser, indiscutivelmente, na área da formação dos economistas e investigadores, da pesquisa social e da publicação de livros. Não posso falar por todas as universidades, outras, entre públicas e privadas, também formaram muitos e bons economistas.

Mas garanto que muitos deles que foram meus alunos são dos melhores jamais formados no País, com referências internacionais dadas pela sua participação em conferências e colóquios além-fronteiras. E claro que me sinto muito orgulhoso deste feito de há muitos anos.

### 13.3 Cerca sanitária é levantada hoje

*Jornal de Angola*

*24 De Julho de 2020*

*Texto: Manuela Gomes*

A cerca sanitária sobre o centro comercial “Cidade da China” será levantada hoje, depois de terem sido realizados mais de mil testes rápidos no local, disse ontem, em Luanda, o secretário de Estado para a Saúde Pública, Franco Mufinda.

Aquele centro comercial tinha sido colocado sob cerca sanitária, no passado dia 21 do mês em curso, na sequência do registo, um dia antes, de dois casos positivos da Covid-19, aquando da realização do rastreio dos cidadãos chineses que deveriam ser repatriados para República Popular da China.

Num processo rápido e organizado, durante o período da manhã, foram testados os proprietários (chineses) das mais de 300 lojas daquele centro comercial, seguindo-se os funcionários angolanos, que mostraram-se aliviados por realizar o teste do novo coronavírus.

Os cidadãos chineses anseiam que as equipas de testagem do Ministério da Saúde executem um processo de forma célere, para a reabertura o mais rápido possível de todas as lojas. Franco Mufinda explicou que só vão voltar a funcionar aquelas lojas cujos proprietários e trabalhadores tenham os resultados dos testes rápidos, caso contrário não deverão retomar as actividades comerciais.

“Hoje equipas da Saúde vão passar para uma fiscalização cerrada às lojas e confrontar a realidade no cumprimento destas exigências”, disse. O secretário de Estado salientou que o processo de testagem prossegue hoje e vai focar-se, particularmente, nos cidadãos angolanos que se deslocam à “Cidade da China”.

Impactos nos negócios

Em declarações ao Jornal de Angola, o presidente do centro comercial “Cidade da China”, Jack Huang, disse que a cerca sanitária teve um grande impacto nos negócios dos lojistas, mas reconheceu que foi uma decisão bem tomada pelo Governo angolano, no sentido de evitar a propagação da pandemia.

Agradeceu a rápida intervenção do Ministério da Saúde, particularmente, 65 técnicos destacados no local, e prometeu fazer cumprir as medidas de prevenção e combate à Covid-19, por parte dos seus compatriotas e demais funcionários que operam na “Cidade da China”.

O coronavírus é inimigo comum de todos. Asseguramos que vamos seguir à risca as medidas estabelecidas pelas autoridades da Saúde e temos total confiança que, depois da pandemia, vamos contribuir mais para o desenvolvimento económico de Angola”, referiu. O centro comercial “Cidade da China”, localizado na Via Expressa, possui mais de 300 lojas, onde trabalham mais de quatro mil angolanos.

### 13.4 China e Macau têm sido parceiros estratégicos de Angola e Moçambique

*Jornal de Angola*  
24 De Julho de 2020

Os cônsules de Angola e Moçambique disseram ontem à agência Lusa que a China continental e Macau têm sido parceiros estratégicos no combate à pandemia.

“Do Fórum Macau, temos recebido todo o apoio necessário, dentro das possibilidades do Fórum. Recentemente, recebemos (...) algum material de combate à pandemia, já agradecemos, mas nunca é demais continuar a receber esse apoio”, afirmou Eduardo Velasco Galiano. O chefe da missão de Angola em Macau sublinhou ainda a ajuda assegurada directamente pela China continental, onde também foi “adquirido muito material”.

A importância da ajuda chinesa e do antigo território administrado por Portugal foi igualmente partilhada pelo cônsul-geral de Moçambique em Macau. Têm tido uma “contribuição bastante valiosa, muito importante mesmo. Macau, em particular, através do Fórum Macau, contribuiu com alguns donativos em termos de material de prevenção, bem como a República Popular da China, através do Governo central”, afirmou o cônsul-geral de Moçambique em Macau.

“Penso que têm sido parceiros estratégicos neste combate à pandemia”, resumiu Rafael Custódio Marques. O chefe da missão de Moçambique em Macau salientou que a ajuda materializou-se, sobretudo, ao nível de “material de prevenção e de combate à pandemia e mesmo em relação a troca de informações, a nível técnico, a nível médico, através de videoconferências”.

As declarações de ambos foram realizadas à margem de uma sessão de partilha de resultados do trabalho realizado por um grupo de peritos médicos antiepidémico do Governo da China na Argélia e Sudão, entre 14 de Maio e 11 de Junho, e que contou com a primeira participação do género de especialistas de Macau.

Tanto Eduardo Velasco Galiano quanto Rafael Custódio Marques não descartaram a possibilidade de solicitar apoio a uma equipa semelhante, que desse suporte no combate à pandemia ao nível da prevenção e da formação. Os dois diplomatas, contudo, frisaram que a situação nos respectivos países está “sob controlo”.

Com um total de 1.557 casos de Covid-19, 11 mortos e 523 pessoas recuperadas, Moçambique vive em estado de emergência desde 1 de Abril.

Já Macau registou apenas 46 casos desde o início da pandemia. Actualmente, não tem qualquer caso activo, não identificou surto comunitário e nenhum profissional de Saúde foi infectado.

A pandemia de Covid-19, já provocou mais de 617.500 mortos e infectou mais de 15 milhões de pessoas em 196 países e territórios, segundo um balanço feito pela agência de notícias France-Press (AFP).